

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
INSTITUTO NUTES DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE  
LABORATÓRIO DE ESTUDO DAS CIÊNCIAS

DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ

**CARACTERÍSTICAS DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO  
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro

2021

DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ

**CARACTERÍSTICAS DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO  
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestre em Educação em Ciências e Saúde.

Orientador: Dr. Gustavo de Oliveira Figueiredo

Coorientadora: Dra. Aline Gomes de Mello de Oliveira

Rio de Janeiro  
2021

Ficha catalográfica elaborada por Priscila Almeida Cruz, CRB- 7/6242.

C957 Cruz, Darlene Francisco de Brito

Características da evasão na educação superior em saúde: uma análise a partir do curso de graduação em nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro. / Darlene Francisco de Brito Cruz. – Rio de Janeiro: UFRJ/NUTES, 2021.  
102 f.: il. ; 30 cm.

Orientador: Gustavo de Oliveira Figueiredo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde, Rio de Janeiro, 2021.

Referências bibliográficas f. 91-96.

1. Ensino superior. 2. Nutrição -- Estudo e ensino (Superior). 3. Educação em Ciências e Saúde – Tese. I. Figueiredo, Gustavo de Oliveira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde. III. Título.

**DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ**

**CARACTERÍSTICAS DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO  
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestre em Educação em Ciências e Saúde.

**BANCA DE AVALIAÇÃO**

**Membros titulares:**

---

Prof. Dr. Gustavo de Oliveira Figueiredo (Orientador)  
Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho  
Programa de Pós-graduação em Nutrição  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca  
Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Membros suplentes:**

---

Profa. Dra. Avany Fernandes Pereira  
Programa de Pós-graduação em Nutrição Clínica  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Juliana Dias Rovari Cordeiro  
Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo fôlego de vida, pois tudo que tenho e sou é dEle.

Agradeço ao Welington, meu esposo, por todo apoio, compreensão e ajuda.

Ao meu grupo de trabalho, de onde nasceu o projeto, às professoras Glória Valéria da Veiga, Avany Fernandes Pereira, Ceci Santiago e, em especial, aos professores Gustavo de Oliveira Figueiredo e Aline Gomes de Mello de Oliveira, meu orientador e minha coorientadora, respectivamente, que acompanharam o meu desenvolvimento e me ajudaram em cada etapa.

Ao grupo de pesquisa COGITARE, do qual faço parte no Laboratório de Estudo das Ciências (LEC) do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, pelos estudos e debates que muito contribuíram para o meu trabalho.

Às técnicas que trabalham na secretaria da graduação do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), Juliana e “Márcias”, que auxiliaram na seleção dos alunos evadidos para a realização das entrevistas.

A cada uma das *ladies*, minhas amigas, que sempre me incentivaram a não desistir. Em especial, à Renata, que sempre esteve tão perto, me apoiando no que fosse preciso.

Às alunas de iniciação científica: Juliana, Karine, Luene e Nathália, que muito contribuíram para esta pesquisa.

Ao meu filho, a toda minha família e aos meus amigos pela torcida.

## RESUMO

CRUZ, Darlene Francisco de Brito. **Características da Evasão na Educação Superior em Saúde:** Uma análise a partir do curso de graduação em Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: Gustavo de Oliveira Figueiredo. Coorientadora: Aline Gomes de Mello de Oliveira. 2020. 102f. Dissertação (Mestrado de Educação em Ciências e Saúde) — Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O estudo sobre os fatores de evasão na educação superior em saúde: o caso da graduação em Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro surgiu em 2017. A partir de uma necessidade observada pela direção do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), verificou-se que dados institucionais indicavam um número crescente na evasão do curso de Nutrição. Pesquisas bibliográficas apontam que a evasão é um grave problema educacional. Apontam, ainda, que as medidas para resolver o problema dependem de ações e programas de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e de processos de orientação individual aos estudantes que precisam ser implementados, desenvolvidos e/ou aperfeiçoados pelas instituições de ensino. Esta pesquisa tem como objetivo compreender a evasão como um fenômeno multifatorial e suas relações com as políticas públicas de educação e a cultura universitária. Baseando-se nos aportes da área da educação, com ênfase na sociologia crítica, foram selecionadas algumas ideias de Paulo Freire e Boaventura Sousa-Santos para subsidiar as análises. O estudo é de natureza qualitativa. Para o desenvolvimento da coleta de dados da pesquisa foi realizada uma revisão sistemática da literatura sobre o tema e um trabalho de campo que inclui uma entrevista semiestruturada realizada com estudantes evadidos do curso (n = 11). Os resultados provenientes das entrevistas foram analisados por meio da Análise de Conteúdos temática (Bardin, 2016) a partir da qual se constituíram as seguintes categorias: Os principais motivos de abandono, as perdas para a instituição e para todos os sujeitos envolvidos, os critérios de acesso e as condições de permanência na universidade, desafios relacionados ao ensino e à aprendizagem, a falta de informação sobre os cursos de graduação na área da saúde, a evasão como indicador de qualidade e os desafios institucionais. Os resultados mostram que a evasão se dá por multifatores como pessoais, culturais, sociais e econômicas. As políticas neoliberais com a ausência de políticas públicas acentuam a meritocracia da entrada e permanência no curso de nível superior na universidade pública. Há uma expectativa de que esta pesquisa possa estimular a reflexão dos docentes e discentes da UFRJ sobre o tema da evasão universitária, além de contribuir para a criação de um núcleo de acompanhamento pedagógico no Centro de Ciências da Saúde (CCS), com subsídios teóricos, metodológicos e empíricos para as pesquisas científicas relacionadas à evasão na educação superior em saúde.

**Palavras-chave:** Evasão universitária. Educação superior. Universidade pública. Formação em saúde. Graduação em Nutrição.

## ABSTRACT

CRUZ, Darlene Francisco de Brito. **Características da Evasão na Educação Superior em Saúde: Uma Análise a Partir do Curso de Graduação em Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Orientador: Gustavo de Oliveira Figueiredo. Coorientadora: Aline Gomes de Mello de Oliveira. 2020. 102f. Dissertação (Mestrado de Educação em Ciências e Saúde) — Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The study on the causes of evasion in Higher Education in Healthcare Courses: the case of the Undergraduate Studies in Nutrition at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) began in 2017. Based on a need observed by the dean of Josué de Castro Nutrition Institute (INJC) during the elaboration of the Institutional Development Plan (PDI), it was verified that institutional data indicated a growing number in the evasion of the Nutrition course. Bibliographic researches indicate that the evasion is a serious educational problem. They also point out that the measures to solve the problem depend on student assistance actions and programs, pedagogical support, and individual orientation processes for students who need to be implemented, developed and/or improved by the educational institutions. This research aims to understand evasion as a multifactorial phenomenon and its relations with public education policies and university culture. Based on contributions from the area of education, with emphasis on critical sociology, some ideas from Paulo Freire and Boaventura Sousa-Santos were selected to support the analysis. The study is of a qualitative nature. For the development of research data collection, a systematic review of the literature on the subject and a fieldwork that includes a semi-structured interview conducted with students evaded from the course (n = 11) were carried out. The results from the interviews were analyzed through the Thematic Content Analysis (Bardin, 2016) from which the following categories were constituted: The main reasons for withdrawal, losses for the institution and all parties involved, access criteria and conditions for staying at the university, challenges related to teaching and learning, lack of information on Undergraduate Studies in Healthcare Courses, evasion as an indicator of quality and institutional challenges. The results show that the evasion is due to multiple causes such as personal, cultural, social and economic. The neoliberal policies with the absence of public policies accentuate the meritocracy of entry and permanence in Higher Education at the Public University. There is an expectation that this research may stimulate the reflection of UFRJ professors and students on the topic of university evasion, in addition to contributing to the creation of a pedagogical support nucleus at the Center for Health Sciences (CCS), with theoretical, methodological, and empirical subsidies for scientific research related to evasion in Higher Education in Healthcare Courses.

**Keywords:** University Evasion. Higher education. Public University. Healthcare Education. Undergraduate Studies in Nutrition.

## LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1** — Síntese dos procedimentos metodológicos para revisão de literatura

**QUADRO 2** — Síntese dos documentos que compõem o *corpus* de análise

**QUADRO 3** — Categorias temáticas construídas a partir dos textos da revisão de literatura

**QUADRO 4** — Categorização dos 11 sujeitos participantes da pesquisa

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Andifes</b>	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
<b>CCS</b>	Centro de Ciências da Saúde
<b>CEG</b>	Conselho de Ensino de Graduação
<b>COAA</b>	Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico
<b>DCNs</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>ENADE</b>	Exame Nacional de Desempenho de estudantes
<b>Fies</b>	Fundo de Financiamento Estudantil
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>Inep</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>INJC</b>	Instituto de Nutrição Josué de Castro
<b>IESC</b>	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva
<b>LEC</b>	Laboratório de Estudo da Ciência
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>NDE</b>	Núcleo Docente Estruturante
<b>NUTES</b>	Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde
<b>NTIC</b>	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>PAIUB</b>	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIBID</b>	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>Pnaes</b>	Programa Nacional de Assistência Estudantil
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>ProUni</b>	Programa Universidade para Todos
<b>PQI</b>	Programa de Qualificação Institucional
<b>Reuni</b>	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>SiSU</b>	Sistema de Seleção Unificada
<b>SESu</b>	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Desporto
<b>UERJ</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UNIRIO</b>	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA</b> .....	<b>9</b>
2.1	CONCEITOS E POLÍTICAS SOBRE A EVASÃO.....	9
2.2	EVASÃO: UM PROBLEMA SOCIAL COMPLEXO .....	15
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>20</b>
3.1	GERAL.....	20
3.2	ESPECÍFICOS .....	20
<b>4</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>21</b>
4.1	OS PRINCIPAIS MOTIVOS DE ABANDONO.....	25
4.2	AS PERDAS PARA A INSTITUIÇÃO E PARA TODOS OS SUJEITOS ENVOLVIDOS .....	28
4.3	OS CRITÉRIOS DE ACESSO E AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE .....	29
4.4	DESAFIOS RELACIONADOS AO ENSINO E À APRENDIZAGEM.....	31
4.5	A FALTA DE INFORMAÇÃO SOBRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE.....	32
4.6	A EVASÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE E OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS	33
<b>5</b>	<b>MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL</b> .....	<b>37</b>
<b>6</b>	<b>MÉTODO</b> .....	<b>44</b>
6.1	LOCAL DE ESTUDO: BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO DA UFRJ .....	44
6.2	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS .....	46
6.3	A PERSPECTIVA QUALITATIVA .....	46
6.4	PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	47
<b>7</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>49</b>
7.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	49
7.2	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EVASÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO DA UFRJ.....	50
7.3	OS PRINCIPAIS MOTIVOS DE ABANDONO.....	53
7.4	OS CRITÉRIOS DE ACESSO E AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE .....	61
7.5.	DESAFIOS RELACIONADOS AOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	63
7.6.	A FALTA DE INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE.....	65
7.7	A EVASÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE E AS NECESSIDADES DE MUDANÇA NA CULTURA INSTITUCIONAL.....	68

7.8 RELAÇÕES INTERPESSOAIS E O RELACIONAMENTO COM A TURMA.....	72
7.9 SENTIMENTOS DOS ALUNOS RELACIONADOS À EVASÃO.....	74
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>100</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sou pedagoga e trabalho, desde 2010, como Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto de Nutrição Josué de Castro, no Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As atribuições desse cargo possibilitam a coordenação de atividades de planejamento, orientação e avaliação educacional, com o objetivo de aprimorar a qualidade do processo educativo na universidade e assessorar o corpo docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto, devido à escassez crônica de trabalhadores na universidade pública e à crise atual no que diz respeito ao seu financiamento, desenvolvo atividades administrativas na secretaria de pós-graduação *stricto sensu* do curso de Nutrição. Essa condição de trabalho sempre me trouxe uma grande inquietação, pois, apesar de saber que tais atribuições não deixam de ter também alguma função pedagógica, acredito que poderia contribuir muito mais com a universidade, para além de somente operacionalizar a burocracia institucional.

Em 2016, durante o Encontro de Planejamento e Integração, que ocorre anualmente no INJC, a direção do instituto apresentou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os dados sobre evasão. Foram realizadas algumas reflexões sobre os possíveis motivos para o alto índice de abandono nos cursos de graduação do INJC, a partir da percepção informal da equipe da secretaria de graduação, com base em sua relação de proximidade com os alunos. De acordo com essa impressão inicial, foram levantadas algumas hipóteses sobre os principais fatores relacionados à evasão, especialmente no primeiro ano do curso de ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), quer sejam: (i) não obtenção do auxílio de assistência estudantil; (ii) dificuldade de manutenção do estudante na cidade do Rio de Janeiro sem o auxílio moradia, já que muitos ingressantes são oriundos de outros estados da federação; (iii) o fato de o curso de Nutrição ser escolhido como uma segunda opção; (iv) dificuldades de aprendizagem relacionadas à defasagem da formação no ensino médio e alto índice de reprovação em disciplinas do ciclo básico.

Após constatar a existência desse problema, foi despertado em mim o interesse pelo estudo da temática. Além disso, ficou explícita a necessidade de se investigar, de forma mais científica, os motivos que causam a evasão por meio de uma pesquisa educacional. Nessa época, o curso de Nutrição passava por um intenso processo de reforma curricular com a assessoria de professores do grupo de pesquisa COGITARE — Estudos em política trabalho e formação humana, do Laboratório de Estudo das Ciências do Instituto NUTES de Educação

em Ciências e Saúde (NUTES). A partir do convite da direção do INJC, em 2017, formou-se um grupo de trabalho constituído pelo professor Gustavo Figueiredo, do NUTES, pela direção e pelos coordenadores dos cursos de Nutrição e Gastronomia do próprio instituto. Tendo em vista o meu interesse pelo tema, fui convidada a participar dessa equipe. Também recebi o convite para fazer parte do grupo COGITARE, no âmbito do projeto "Avaliação Participativa da Qualidade de Cursos de Graduação e da Formação Superior na Área da Saúde", que já trabalhava em colaboração com o instituto desde 2015.

No ano de 2018, a UFRJ iniciou um Programa de Qualificação Institucional (PQI), estimulando a formação dos funcionários da universidade em nível *stricto sensu*. Nesse mesmo ano, participei do processo seletivo do curso de mestrado acadêmico no NUTES, no qual obtive aprovação. Meu tema de pesquisa surgiu, portanto, no contexto dessa articulação institucional e busca compreender os motivos e sentimentos relacionados à evasão de discentes no curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA

### 2.1 CONCEITOS E POLÍTICAS SOBRE A EVASÃO

A evasão escolar faz parte da tradição dos debates científicos na educação brasileira. Existem muitas pesquisas sobre o assunto, principalmente na educação básica cujo ensino é obrigatório. Dados de 2017, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), apontam que o Brasil não tem conseguido inserir todos os jovens na escola. Considerando o ritmo de expansão da escolaridade dos últimos 15 anos, no Brasil, levaria cerca de 200 anos para universalizar o atendimento escolar. Na comparação internacional, o Brasil vem perdendo posições, segundo a Andifes (2017), uma vez que, na virada do milênio 43% dos países tinham resultados melhores que o Brasil, no entanto, atualmente mais de 55% dos países encontram-se com um percentual menor de jovens fora da escola.

O ex-ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez (jan./2019 a abr./2019), em entrevista ao Fórum Empresarial Lide, em Campos do Jordão/SP, em abril de 2019, afirmou que há pouco mais de 10 milhões de jovens, entre 15 e 17 anos, fora da escola. Desse total, 15% não se matricularam na escola no início do ano letivo, isto é, antes mesmo do iniciarem as aulas, 1,5 milhão de jovens já estariam excluídos. Além disso, nem todos os 8,8 milhões dessa faixa etária, que efetivaram suas matrículas, permaneceram no espaço escolar até o final. Cerca de 7% do total desses jovens abandonaram a escola durante o período letivo. Segundo o ex-ministro, ao final do ano, mais de 30% desses jovens já se encontravam fora da escola. Apenas 6,9 milhões de estudantes brasileiros de 15 a 17 anos frequentam-na até o fim do ano letivo. Já no âmbito da graduação, o também ex-ministro da educação, Mendonça Filho (mai./2016 a abr./2018), atribuiu os altos índices de desistência à fragilidade do ensino médio (BRASIL, 2019).

Por sua vez, em maio de 2013, a sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), que define o planejamento dos concursos de acesso aos cursos de graduação realizado no âmbito da UFRJ, discutiu a evasão dos estudantes das universidades públicas federais e analisou as questões relacionadas ao problema de formação básica, que muitos alunos apresentam ao ingressar no ensino superior. Naquele período, a professora Angela Rocha, pró-reitora de graduação da UFRJ (2011-2015), ressaltou a importância da universidade como instituição de qualificação e que, para preservação dessa função, não caberia ao ensino

superior cobrir as defasagens do ensino médio. A professora defendeu a necessidade de ser cobrado um ensino básico melhor, em que os alunos estejam preparados para ingressar em condições de cursar a faculdade (CALMON, 2014).

No entanto, pergunta-se: onde ficam as questões sobre desigualdades sociais existentes em nosso meio, em que temos diversas realidades de acesso à educação? Suprir essa defasagem leva tempo, não é instantâneo. Além disso, é necessário que os responsáveis pela construção do currículo se empenhem para que isso ocorra, para que haja uma melhora nos ensinos fundamental e médio, tendo em vista que tal currículo tem um caráter político e cultural, que reflete os interesses de uma classe, de um grupo.

Em 2010, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o SiSU, associados a outras políticas nacionais, houve um aumento significativo do acesso de diferentes camadas sociais ao ensino superior, principalmente daquelas que possuem menor renda. No entanto, as forças neoliberais buscam destruir essas atividades sociais implementadas entre a última década do século XX e a primeira do XXI, como afirmam Knobel e Leal (2019 apud GIROUX; FIGUEIREDO, 2020):

O Ministério da Educação pretende implantar dispositivos de gestão, de governança e de empreendedorismo com o objetivo de incentivar parcerias com organizações sociais, empresas e associações privadas. O programa representaria um desinvestimento maciço do Estado nas universidades públicas, o que levaria à privatização e ameaçaria a ideia do Ensino Superior gratuito como um bem público e social, com consequências sociais desastrosas (KNOBEL; LEAL, 2019 apud GIROUX; FIGUEIREDO, 2020, p. 13).

Sakurada (2017) faz uma crítica ao REUNI, afirmando que esse Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, não se colocou de fato como uma política pública de ampliação de acesso ao ensino superior nas diversas regiões do Brasil. Afirma ainda que o que houve foi a ampliação de campi das universidades já existentes, sem haver uma expansão das estruturas físicas, materiais e pessoais, necessárias para dar conta do grande número de alunos que ingressaram, além do direcionamento de recursos públicos ao setor privado.

Em relação ao SiSU, Sakurada (2017) afirma que esse Sistema de Seleção Unificada promoveu o aumento de ingresso de estudantes oriundos da classe trabalhadora, principalmente de baixa renda, e de negros e pardos nas universidades públicas, com a possibilidade dos estudantes disputarem as vagas sem a necessidade do custeio de taxa de vestibular e deslocamento, podendo o candidato escolher até duas opções de cursos e realizar a alteração de opções durante as inscrições de acordo com a nota de corte do curso escolhido,

utilizando-se da nota proveniente do Enem. Por outro lado, essa possibilidade que o candidato tem de efetuar mudança na escolha do curso, em detrimento da sua pontuação obtida no Enem, pode ocasionar uma escolha no curso superior de um curso que não seja de seu interesse, acarretando posteriores evasão. Entretanto, Gillioli (2016) realizou um estudo nas IFES e afirma que a adoção desse modelo de seleção não causou grandes mudanças no quantitativo da evasão.

No tocante à expansão de vagas na universidade pública, Saviani (2010) afirma que 90% da ciência produzida no país são de responsabilidade dessas universidades. Dessa forma, a ampliação do acesso acarreta a formação de maior número de profissionais bem qualificados, repercutindo positivamente no desenvolvimento do país, ao contribuir para a elevação cultural da população e para o aumento do grau de consciência política e exercício da cidadania.

Isso nos reporta a algumas ações do Ministério da Educação (MEC), como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que busca mudar a educação brasileira incentivando as instituições de ensino superior a abrirem suas portas e ofertarem, para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio: conteúdo, professores e espaços físicos, como laboratórios. Desse modo, o objetivo é promover a integração entre a educação básica e o ensino superior.

A pró-reitora de graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2013, Loreine Hermida, apontou a necessidade de apoio das universidades aos alunos de menor renda para que tenham condições de se manterem nos cursos. Segundo ela, essas instituições deveriam investir mais em ajuda financeira para proporcionar moradia, deslocamento e alimentação a esses discentes (LEITE, 2013).

Embora o estudos citados tenham apontado para o aumento do acesso aos cursos de graduação, dados anteriores da Secretaria de Educação Superior do MEC na década de noventa já divulgavam indicadores alarmantes de que cerca de 50% dos alunos evadiam de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A gravidade do problema culminou na iniciativa de realizar um seminário que tratou do tema evasão nas universidades públicas brasileiras a fim de discutir o problema e criar estratégias para reduzir as taxas de evasão nas IFES. Nesse encontro, foram conceituadas três formas de evasão: (i) a evasão *de curso*: definida como a saída irrevogável do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo; acontece quando ele se desliga do ensino superior em situações diversas, tais como abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou re-opção (mudança de curso),

exclusão por norma institucional; (ii) a evasão *da instituição*: quando o estudante se desliga da instituição, mas se mantém matriculado na educação superior; (iii) a evasão *do sistema*: representada pela saída de um discente do ensino superior, seja ela definitiva ou temporária (ANDIFES; ABRUEM; SESu/MEC, 1996).

Durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, houve muita dificuldade em encontrar dados sobre a evasão nos sites oficiais do governo. Afirma-se que a evasão no ensino superior é um tema pouco estudado, entretanto, existem poucos dados disponíveis para gerar informações que possam subsidiar formulações de políticas públicas sobre o tema. Sabe-se, por outro lado, que a questão da evasão universitária envolve questões de natureza econômica relacionada ao financiamento das universidades, mas também, de natureza acadêmica, relacionado ao modo tradicional e inflexível como os currículos dos cursos de graduação são implementados.

Nesse ano de 2020, foram divulgados os resultados do Censo da Educação Superior relativos ao ano de 2015 quando se traçou um perfil dos estudantes ao longo da graduação, considerando as taxas de permanência, conclusão e desistência. De acordo com o MEC/INEP (2020) os dados revelam um acréscimo desordenado na taxa de desistência do curso de ingresso, na avaliação da trajetória dos alunos entre 2010 e 2014. Em 2010, 11,4% dos alunos abandonaram o curso para o qual foram admitidos. Em 2014, esse número chegou a 49%. Ainda de acordo com o censo, 8.033.574 alunos estão matriculados no ensino superior. O número supera a estatística de 2014 em 2,5%, quando havia 7.839.765 matriculados. São ofertados 33 mil cursos de graduação em 2.364 instituições de ensino superior. Um dado preocupante mostra uma grande ociosidade no sistema. O Censo aponta ainda que das 6,1 milhões de novas vagas em instituições públicas e privadas de ensino superior, somente 42,1% estão preenchidas e 13,5% das vagas remanescentes foram ocupadas. De acordo com as conclusões do documento, a falta de interesse em ocupar as vagas amplamente oferecidas, tanto na rede pública quanto na particular, deve-se ao fato de o jovem não identificar, na sua vontade, uma perspectiva desse ou aquele curso. (MEC/INEP, 2020)

É necessário compreender a evasão como um problema multifatorial. De acordo com Nagai e Cardoso (2017), existem elementos relacionados às características individuais do estudante, às questões internas e externas das instituições de ensino. Os autores afirmam que os fatores individuais são: "Situação socioeconômica, opção por mudança de curso ou carreira, desencanto com o curso escolhido, pouco preparo para enfrentar o nível de

dificuldade exigido por alguns cursos, desinformação do aluno quanto à carreira inicialmente escolhida".

Citam ainda que as dificuldades de ordem institucional são: "Grade curricular extensa, rígida, estratificada, conservadora e desatualizada". Com relação aos itens externos à universidade os autores apontam: "Perspectiva de remuneração e a possibilidade de emprego, dificuldades profissionais vislumbradas, falta de base do aluno levando a reprovações sucessivas" (NAGAI; CARDOSO, 2017, p.198).

Dados do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostraram, através do censo 2010, o aumento do número de alunos que ingressaram no ensino superior durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. No ano de 2002, ingressaram 148,8 mil alunos, enquanto em 2010 esse número passou a ser mais que o dobro, chegando a 302,3 mil estudantes. O número de matrículas nos cursos de graduação teve um acréscimo 110,1% no período de 2001 a 2011 (BRASIL, 2016).

Esse mesmo censo de 2010 destacou alguns fatores que podem ser atribuídos ao aumento do número de alunos matriculados na universidade, tais como: o desenvolvimento econômico alcançado pelo Brasil nos últimos anos, o que impulsionou uma busca no mercado por mão de obra mais especializada; Políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência na educação superior, dentre elas o aumento do número de financiamento (bolsas e subsídios) aos alunos, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (ProUni); A ampliação da oferta de vagas na rede federal, via abertura de novos campi e novas Instituições de Ensino Superior (IES).

Outros pontos que também merecem destaque quanto à contribuição para o aumento do acesso ao nível superior foram a expansão na modalidade do ensino a distância e os cursos de menor duração voltados à profissionalização de nível superior, denominados de tecnológicos (NEVES; MARTINS, 2016).

Estudos realizados por Freitas (2016); Gilioli (2016); Ambiel (2015); Tontini e Walter (2013); Lobo (2012); Gurgel (2011) consideram a evasão como um problema que acarreta perdas para a instituição e para todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Por este motivo, segundo Vitelli (2010), há um grande esforço em buscar conhecer suas causas. Dessa forma, torna-se possível estabelecer consenso em torno de, pelo menos, seis fatores relacionados à evasão universitária: *desempenho acadêmico, fatores sociais, identificação na escolha profissional, área de conhecimento a qual o curso pertence, tempo de matrícula no curso e condição financeira da família.*

Para Veloso e Almeida (apud RODRIGUEZ, 2011), os principais motivos para abandonar um curso de graduação poderiam ser sintetizados em: *financeiros* (falta de recurso para se manter na faculdade), *acadêmicos* (dificuldade na aprendizagem, relacionamento com os professores) e *pessoais* (falta de maturidade, baixa satisfação em relação às matérias estudadas).

Organizando as informações disponíveis sobre o tema, Freitas (2016) cita Morosini *et al.* (2011) ao afirmar que a evasão de estudantes é um assunto educacional complexo que ocorre em todos os tipos de instituições e afeta todo o sistema. Freitas menciona também Silva-Filho (2016) quando conclui que a evasão na educação superior é um problema que atinge diversos outros países, além do Brasil. Por outro lado, não podemos deixar de considerar Ristoff (1995) no que diz respeito ao conceito de evasão, pois, o que muitos chamam de fracasso, ele classifica como tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade.

Para Gilioli (2016), as medidas para evitar a evasão dependem de ações e programas de assistência estudantil e de orientação pedagógica. Para o autor, grande parte das iniciativas de combate a esse problema na educação superior pública brasileira são consequência de ações focadas de cada instituição, no âmbito de sua autonomia.

Os programas de assistência estudantil e de orientação pedagógica, por conhecer a realidade dos seus alunos, poderia agir de forma a auxiliá-los em momentos de dúvida ou de dificuldades no curso. Por isso, ter apoio pessoal, em que os estudantes possam ser ouvidos, pode ser de grande valia no combate à evasão. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi adotada a dimensão específica da *evasão de curso*, isto é, a evasão, para fins deste estudo, é vista como a saída definitiva do aluno do curso de graduação em Nutrição, mesmo que tenha optado por outro curso do CCS ou mesmo de outros centros da UFRJ e *evasão da instituição*, quando o estudante se desliga da instituição, mas se mantém matriculado na educação superior. Dessa forma, buscou-se responder as seguintes questões: 1) **Quais os fatores levam o aluno a desistir do curso?** 2) **De que forma a cultura e o currículo podem estar relacionados à evasão?** 3) **Quais os sentimentos dos alunos que evadiram e como isso impactou suas vidas?**

## 2.2 EVASÃO: UM PROBLEMA SOCIAL COMPLEXO

A evasão é composta por multifatores e dimensões, sendo elas de ordem pessoal, cultural, social e econômica. Assim, não é possível analisar essas questões isoladamente, pois cada uma está intrinsecamente ligada a um contexto institucional e individual. Logo, reduzir a evasão a um ou outro motivo seria negar as desigualdades sociais existentes e ainda a decisão do estudante em continuar ou não naquele curso.

De acordo com Bueno (1993), a evasão distingue-se da exclusão, pois a primeira pode significar uma postura ativa do aluno em desligar-se, enquanto a segunda implica uma responsabilidade da instituição, independentemente da vontade do indivíduo.

Ristoff (1995) fez uma relevante distinção entre o conceito de evasão, que consiste no abandono dos estudos, e o de mobilidade, fenômeno em que há a migração para outro curso.

Parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício mas investimento, não é fracasso - nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da instituição - mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural do crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades (RISTOFF, 1995, p. 19 apud RANGEL *et al.*, 2019, p. 5).

Apesar da definição da evasão se referir à saída do aluno do curso de origem sem concluí-lo, esse ato de sair nem sempre é um fator negativo para o estudante, já que pode representar uma mudança de caminho que ele optou por fazer.

O relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (ANDIFES; ABRUEM; SESu/MEC, 1996) aponta alguns fatores que podem originar esse fenômeno no nível superior. Estes fatores podem ser de três ordens: i. aqueles que dizem respeito ao próprio estudante; ii. Os que estão relacionados ao curso e à instituição; iii. Os socioculturais e econômicos externos, é importante ressaltar que grande parte desses fatores se inter-relacionam.

Com relação às características individuais do estudante, foram indicadas como possíveis causas da evasão: questões de habilidades de estudo, personalidade, problemas decorrentes da formação escolar anterior, escolha precoce da profissão, dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária, incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho, desencanto ou desmotivação dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção, dificuldade na relação ensino-aprendizagem traduzidas em

reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas, desinformação a respeito da natureza dos cursos, descoberta de novos interesses que levam à mudança de curso. As escolhas pessoais são influenciadas por parâmetros externos, como, por exemplo, o prestígio social da profissão, a carreira profissional, a tradição ou a pressão familiar.

No tocante aos fatores internos das instituições, foram elencados problemas sobre currículos extensos, estratificados, rígidos, conservadores, desatualizados. Quanto aos externos à instituição, as questões relativas ao mercado de trabalho, às perspectivas de remuneração. De fato, existe uma inter-relação desses fatores. Sendo assim, não se deve entender a evasão apenas como um fator econômico, pois há uma história por trás de cada uma.

Castells (2007) afirma que a vida das pessoas está sendo moldada pelas forças das sociedades em rede e que a globalização tem impactado suas identidades. Nesse contexto, ocorrem processos sociais profundos, gerando outros tipos de desigualdades, que se agregam as já existentes, como afirma Zuin (2010).

Numa sociedade em que a tecnologia ocupa posição decisiva, a ponto de ressignificar as configurações das relações humanas em todas as suas esferas, a discussão dos eixos direcionadores das futuras políticas públicas de educação não pode abster-se de uma análise mais apurada sobre o modo como as atuais relações de produção determinam transformações cada vez mais aceleradas na esfera da superestrutura e, portanto, nas instituições que as compõem, principalmente as escolares (ZUIN, 2010, p. 977).

O uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) pode servir tanto para intensificar o controle social como para o reforço de práticas democráticas, afirma Zuin (2010). Os recursos tecnológicos ressignificam as práticas pedagógicas, portanto as políticas públicas devem levar em conta o modo como essas tecnologias impactam a vida do estudante e do educador.

Estamos em um período de pandemia devido à Covid-19, em que o isolamento se faz necessário em virtude da infecção. No entanto, as atividades continuam, de maneira que precisamos frequentemente do acesso às novas tecnologias. Todavia, esse acesso se dá de forma distinta por cada um, a depender da realidade na qual se está inserido.

Nesse contexto de isolamento social, a UFRJ realizou uma pesquisa com os alunos da graduação e pós-graduação sobre a inclusão digital para: identificar aqueles que possuem dificuldades de acesso à internet; encontrar soluções para possibilitar a inclusão digital dos estudantes que não têm acesso à internet; definir os meios tecnológicos que serão recomendados à comunidade e para os quais sua equipe terá condições de dar suporte e

treinamento; levantar as formas de viabilizar a inserção dos discentes com deficiência nas práticas de ensino, avaliando suas necessidades específicas; analisar a possibilidade de oferecer acesso a equipamentos de informática nas dependências da UFRJ em condições de segurança; contribuir para o planejamento da implementação de práticas de ensino com uso de tecnologias digitais durante o período da pandemia da Covid-19.

Do total de 60 mil alunos da universidade, 18.841 alunos de graduação que responderam ao questionário e sobre o acesso à internet, dos, 1.687 declararam não ter acesso à internet, 17.123 alunos disseram ter acesso à internet banda larga. Dos alunos que participaram da pesquisa, 16.482 afirmaram ter acesso a desktop e/ou notebook. É importante lembrar que 45% dos estudantes de graduação possuem renda familiar abaixo de 1,5 salário mínimo e 63% abaixo de 5 salários mínimos<sup>1</sup>.

Essa pesquisa foi realizada de forma on-line e preenchida pelos alunos durante a pandemia em 2020. Sendo assim, alguns podem não ter respondido devido à falta de acesso ao formulário, por não possuírem internet, demonstrando as diferenças sociais e econômicas em uma sociedade de classes, marcada pela marginalização das pessoas.

Cabe ressaltar que dos respondentes, 602 alunos informaram que possuíam algum tipo de deficiência. Para aqueles que possuíam deficiência auditiva, que inviabiliza a comunicação verbal, a universidade destinou recursos para a contratação de Intérprete Educacional de Libras. O objetivo é que esse profissional faça traduções da língua portuguesa para Libras e vice-versa, atuando como facilitador para o acesso, a participação e a aprendizagem do estudante. Ainda se espera que esse intérprete ajude na construção de uma cartilha com orientações iniciais aos docentes e no mapeamento de softwares de apoio para discentes com necessidades educativas especiais.

Não podemos afirmar que a pandemia trará como resultado o aumento da evasão, mas há possibilidades de elevação dos índices de evasão escolar como uma das principais consequências desse período prolongado de paralisação das atividades presenciais. A oferta de atividades de ensino remoto pelas redes de ensino reduz os prejuízos na aprendizagem dos estudantes, mas há o desafio de mantê-los engajados.

A UFRJ vem buscando implementar ações, tais como assegurar o acesso dos estudantes às atividades de ensino remoto propostas; realizar acompanhamento contínuo e constante da participação dos alunos em atividades não presenciais; manter canais de

---

<sup>1</sup>Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2020/07/02/pesquisa-revela-percentual-de-estudantes-com-acesso-a-internet/>. Acesso em 27 de set. de 2020.

comunicação abertos aos discentes, no intuito de minimizar os efeitos causados pela pandemia da Covid-19 na vida acadêmica dos alunos,

De acordo com Machado, Carvalho e Ferreira (2018), em um olhar mais atento aos problemas sociais na trajetória do país, a educação superior tem impacto para a sociedade em geral, com destaque nas dimensões social, cultural e econômica.

A formação em nível superior pode desempenhar papel relevante ao atuar na construção de soluções de problemas existentes, como na ampliação da cidadania, redução da pobreza e melhoria da saúde, por exemplo. Essa perspectiva contrasta de modo importante com a ampliação de vagas em diferentes cursos em universidades públicas e privadas, e tem sido concebida como instrumento de política social no Brasil quando adota, predominantemente, o modelo de educação superior de forte cunho técnico, voltado à formação de mão de obra para atender estritamente ao mercado de trabalho (MACHADO; CARVALHO; FERREIRA, 2018, p. 4).

Historicamente, a maior parte da população brasileira foi excluída da educação superior, não somente pela restrição ao acesso, mas também pelo modelo de currículo tradicional, marcado pelo poder concentrador no professor, pelo excesso de zelo pelos conteúdos, pelo predomínio de instrumentos de controle e disciplina e pela hegemonia do conhecimento técnico-científico, afirmam Figueiredo e Orrillo (2020).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) abordam a necessidade de se alterar o processo de ensino-aprendizagem, em que o aluno passa ser o centro da aprendizagem e o professor um agente facilitador, mediador, motivador dessa construção. Dessa forma, Machado, Carvalho e Ferreira (2018) afirmam que cabe ao docente estimular os estudantes a discutirem aspectos políticos da profissão e sua função na sociedade, a utilizarem novas práticas pedagógicas e a incorporarem o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação à educação com o objetivo de contribuir para a formação de um indivíduo crítico, criativo e ativo.

Em virtude de uma política de Estado Liberal, os alunos tendem a buscar cursos que tenham melhor posição no mercado de trabalho e a ênfase dada a determinadas disciplinas na grade curricular vai influenciar qual tipo de profissional e cidadão se quer formar. Nesse sentido, há algum tempo, se discute sobre a brecha que existe entre os conhecimentos adquiridos na escola e as competências necessárias no mundo do trabalho. Em 1998, em Santiago, na Declaração da Cúpula da Américas, os chefes de Estado reconheceram que a falta de preparação intelectual e de domínio das competências básicas continuam sendo um problema para grandes contingentes da população. Sander (2005), afirma que

a vida da atual sociedade globalizada exige soluções urgentes e abrangentes, que ultrapassam as possibilidades reais dos programas tradicionais de ensino. A globalização da economia, a liberalização do comércio internacional e a aceleração das mudanças tecnológicas têm importantes implicações para a reformulação da política e da prática educacional em todos os níveis e modalidades de ensino (SANDER, 2005, p. 38).

O estudo sobre evasão no ensino superior não é tão explorado quanto necessário pela literatura acadêmica, como afirma Silva (2013). Diversos estudos apontam como a principal causa de evasão o fator econômico, sem levar em conta o contexto em que os indivíduos estão inseridos, as mudanças ocorridas na atual sociedade globalizada que vivemos, as mudanças tecnológicas que influenciam no novo modelo de ensino, a vontade do estudante de permanecer ou não no curso e as políticas públicas de educação que podem contribuir através de criação de programas.

### **3 OBJETIVOS**

#### 3.1 GERAL

Analisar as características da evasão como um problema multifatorial e suas relações com as políticas públicas de educação e a cultura universitária a partir do curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

#### 3.2 ESPECÍFICOS

3.2.1 Caracterizar e compreender o fenômeno da evasão no curso de Nutrição da UFRJ, buscando associar as políticas públicas aos interesses da formação universitária para além da análise estritamente econômica.

3.2.2 Refletir sobre o problema da evasão no âmbito da cultura organizacional do INJC com ênfase nas implicações do currículo oculto.

3.2.3 Conhecer os motivos e os sentimentos relacionados à evasão, dos alunos que abandonaram o curso de graduação em Nutrição, discutindo os efeitos dessa experiência em suas vidas e projetos de futuro.

#### 4 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos, os resultados e as análises da revisão de literatura sobre a temática, em tela, Fatores de evasão na educação superior em saúde: o caso da graduação em Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Quanto aos procedimentos metodológicos, primeiramente, foi feita a escolha do assunto e, logo em seguida, as palavras-chave relacionadas ao tema do estudo, que foram utilizadas para possibilitar a busca do material bibliográfico por meio da base de dados do Google Acadêmico.

Antes de iniciar a pesquisa, foi realizado o cadastro no Google Acadêmico para ter acesso à “minha biblioteca”, além de algumas configurações, tais como selecionar a língua (português e espanhol) e quantificar o resultado por página (20). O levantamento do material foi realizado por termos de busca, através das seguintes combinações: fatores de evasão; motivos de evasão; evasão no curso de Nutrição; universidade pública, evasão universitária e saúde; evasão no ensino superior.

No quadro 1, está apresentada a síntese dos procedimentos metodológicos para realização da revisão de literatura.

**QUADRO 1 – Síntese dos procedimentos metodológicos para revisão de literatura**

BUSCA	TIPO DE BUSCA	CHAVES DE BUSCA	QUANTITATIVO DE TEXTOS ENCONTRADOS (n)	BASE DE DADOS
1	Simple	“Fatores de evasão”	239	Google acadêmico
2	Simple	“Motivos de evasão”	383	Google acadêmico
3	Simple	“Evasão no curso de Nutrição”	01	Google acadêmico
4	Avançada	“Universidade Pública” e “Evasão Universitária” e Saúde	138	Google acadêmico
5	Simple	“Evasão no ensino superior”	1120	Google acadêmico

Fonte: elaboração própria dos autores (2020).

Foram realizadas três etapas até ser obtida a seleção final dos textos que compuseram o *corpus* de análise. Na primeira fase, foram encontrados 1.881 trabalhos, sendo selecionados

16 dissertações, 46 artigos, 2 teses, 1 monografia e 1 projeto, totalizando 66 itens. A escolha do material foi realizada a partir de uma primeira leitura do título.

Na segunda etapa, as referências foram analisadas por mais dois pesquisadores, a partir da leitura do título e do resumo dos trabalhos, em que 14 textos coincidiram na seleção de três pesquisadores, 16 na seleção de dois pesquisadores, 27 na seleção de um e 9 não foram selecionados por nenhum dos três.

Na terceira, os textos que foram selecionados por apenas um pesquisador ou nenhum foram excluídos. Dos 16 que coincidiram na seleção de dois pesquisadores, 7 textos foram reconsiderados após uma leitura mais aprofundada dos resumos, por acreditarem que seria de grande relevância para o estudo. Dessa forma, elevou-se o *corpus* de análise para 21 trabalhos selecionados por três pesquisadores, totalizando 19 artigos e 2 dissertações, conforme apresentado no quadro 2.

#### QUADRO 2 — Síntese dos documentos que compõem o *corpus* de análise

ORDEM	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DOS TEXTOS QUE COMPÕEM O <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	TIPO DOCUMENTO	N. BUSCA
1	GOMES, A. A. Considerações sobre Evasão Escolar no Ensino Superior. <b>Nuances</b> , São Paulo, v. 6, n. 6, p. 90-106, out. 2000.	Artigo	4
2	RODRIGUEZ, A. Fatores de permanência e evasão de estudantes do ensino superior privado brasileiro – um estudo de caso. <b>Caderno de Administração</b> : Revista da Faculdade de Administração da FEA. v. 5, n.1, s/p. 2011.	Artigo	1
3	RODRIGUEZ, A. Fatores de Permanência e Evasão de Estudantes do Ensino Superior Privado Brasileiro. <b>Revista de Tecnologias e Mídias na Educação</b> , 2012.	Artigo	1
4	CAMPELLO; A. V. C.; LINS, L. N. Metodologia de análise e tratamento da evasão e retenção em cursos de graduação de instituições federais de ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. <b>Anais...</b> Rio de Janeiro.	Artigo	5
5	SOUZA, C.; da Silva, C.; GESSINGER, R. Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR (CLABES), 2., 2012, Panamá. <b>Anais...</b> Panamá: Universidad Tecnológica de Panama, 2017.	Artigo	5
6	SANTOS, P. K. Evasão na educação superior: uma análise a partir de publicações na ANPED e CAPES (2000 a 2012). In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL	Artigo	5

- ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR (CLABES), 3., 2013, Panamá. **Anais...** Panamá: Universidad Tecnológica de Panama, 2016.
- 7 BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 16, n. 2, mar./ago. 2011. Artigo 5
- 8 GURGEL, L. G. F. **Perfil dos Discentes Ingressos e Evasão Escolar nos Cursos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco**. 2011. 66f. Dissertação (Mestrado em Odontologia) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Dissertação 2
- 9 LOBO, Maria B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. In: HORTA, C. E. R. (Org.). **Evasão no ensino superior brasileiro**. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2012. (Cadernos ABMES, v. 25, p. 9-58). Artigo 5
- 10 VIVAS, M. I. Q. Evasão na educação superior: uma aproximação com o fenômeno na universidade pública. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., 2011, Florianópolis. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2012 Artigo 5
- 11 MOROSINI, M. C. *et al.* A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: ICLABES. PRIMERA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 2012, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: PUCRS, 2016. Artigo 5
- 12 BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. “Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF**, v. 14, n. 1, p. 95-105, jan./abr. 2009. Artigo 5
- 13 GÓMEZ, M. R. F.; TORRES, J. C. Discutindo o acesso e a permanência no ensino superior no contexto do SiSU (Sistema de Seleção Unificada). **ORG & DEMO**, Marília, v. 16, n. 1, p. 69-88, jan./jun. 2015. Artigo 5
- 14 RAMOS, M.; MACHADO, A.; MONTEIRO, M. Ações para o combate a retenção e evasão acadêmica e qualificação do ensino da graduação em Nutrição da Universidade Federal do RS. In: VII SALÃO DO ENSINO, 7., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Lume UFRGS, 2011. Artigo 3
- 15 NAGAI, N. P.; CARDOSO, A. L. J. A evasão universitária: uma análise além dos números. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 24, n. 1, p. 193-215, 2017. Artigo 1
- 16 TONTINI, G.; WALTER, S. A. Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos?: ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 89-110, mar. 2014. Artigo 2

17	SANTOS, P. K. Evasão na educação superior: uma análise a partir de publicações na ANPED e CAPES (2000 a 2012). In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR (CLABES), 3., 2013, Panamá. <b>Anais...</b> Panamá: Universidad Tecnológica de Panama, 2016.	Artigo	5
18	FREITAS, R. S. <b>A ocorrência da evasão do ensino superior</b> – uma análise das diferentes formas de mensurar. 2016. 82f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.	Dissertação	1
19	GILIOLI, R. S. P. <b>Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: Expansão da rede, SiSU e desafios.</b> Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2016.	Artigo	1
20	VITELLI, Ricardo F. Evasão em cursos de graduação: Fatores intervenientes no fenômeno. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR (CLABES), 2., 2012, Panamá. <b>Anais...</b> Panamá: Universidad Tecnológica de Panama, 2017.	Artigo	1
21	AMBIEL, R. A. M. Construção da Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior. <b>Avaliação Psicológica</b> , Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 41-52, abr. 2015.	Artigo	2

Fonte: elaboração própria dos autores, 2020.

Os 21 textos que compuseram o *corpus* foram lidos na íntegra e, a partir dessa leitura, foram construídas 6 categorias temáticas, conforme apresentado no Quadro 3.

**QUADRO 3 — Categorias temáticas construídas a partir dos textos selecionados na revisão de literatura**

CATEGORIA TEMÁTICA	TIPO DE ABORDAGEM SOBRE O TEMA	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
Os principais motivos de abandono	Trabalhos mostram como principais motivos de evasão: financeiros, acadêmicos e pessoais.	Nagai e Cardoso (2017); Gilioli (2016); Souza, Silva e Gessinger (2016); Vitelli (2016); Rodriguez (2012); Vivas (2011)
As perdas para a instituição e para todos os sujeitos envolvidos	Trabalhos tratam a evasão como um problema que acarreta perdas sociais, acadêmicas e econômicas.	Freitas (2016); Gilioli (2016); Vitelli (2016); Souza, Silva e Gessinger (2016); Ambiel (2015); Tontini e Walter (2013); Lobo (2012); Gurgel (2011); Bardagi e

		Hutz (2009); Campelo e Lins (2008)
Os critérios de acesso e as condições de permanência na universidade	Trabalhos abordam políticas públicas de acesso, mas que não garantem a permanência desse aluno até a diplomação.	Nagai e Cardoso (2017); Vitelli (2016); Gomez e Torres (2015); Tontini e Walter (2013); Rodriguez (2012).
Desafios relacionados ao ensino e à aprendizagem	Trabalhos indicam o baixo desempenho no ensino médio refletindo no desempenho insatisfatório das disciplinas iniciais no curso superior, resultando em abandono nos primeiros semestres.	Vitelli (2016); Nagai e Cardoso (2017); Santos (2016); Lobo (2012); Vivas (2011)
A falta de informação sobre os cursos de graduação na área da saúde	Trabalhos apontam pressão sofrida pelo jovem para ingressar na universidade que, muitas vezes, faz a escolha do curso sem o conhecimento necessário.	Souza, Silva e Gessinger (2016); Gurgel (2011); Bardagi e Hutz (2009); Gilioli (2016)
A evasão como indicador de qualidade e os desafios institucionais	Trabalhos afirmam que um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas podem auxiliar na diminuição da evasão.	Ambiel (2015); Gilioli (2016); Santos (2016); Lobo (2012); Baggi e Loppes (2011); Bardagi e Hutz (2009)

Fonte: elaboração própria dos autores, 2020.

Abaixo será realizada uma breve discussão sobre as categorias temáticas identificadas nesta pesquisa.

#### 4.1 OS PRINCIPAIS MOTIVOS DE ABANDONO

A primeira categoria temática trata dos motivos que podem influenciar na evasão, dentre eles destacam-se: o relacionamento entre o estudante e o professor, método de ensino e qualidade didática dos professores, a estrutura curricular, o convívio entre os próprios alunos, o prestígio do curso na cidade, a escolha inadequada do curso, a ausência de vocação para a carreira escolhida, a alteração de curso, a dificuldades para se manter em uma nova cidade, os problemas em se adaptar a uma nova cidade, a mudança de cidade, os problemas para conciliar estudo com trabalho, as dificuldades em se manter somente estudando, a localização da instituição, a sobrecarga de atividades, as instalações inadequadas, a greve, assim como, a gravidez, a doença, o casamento, a oferta de emprego ou promoção, as poucas

opções de trabalho, a expectativa de baixa remuneração após a conclusão do curso, o acúmulo de reprovações e a dificuldade de aprendizado. Nagai e Cardoso (2017); Gilioli (2016); Souza, Silva e Gessinger (2016); Vitelli (2016); Rodriguez (2012); Vivas (2011).

Verificou-se que os seis artigos citados acima atribuem como principais fatores de evasão à ausência de recurso financeiro para se manter na faculdade e à dificuldade na aprendizagem. No entanto, Vitelli (2016) e Rodriguez (2012) destacaram, ainda, a questão do relacionamento com os professores, a falta de maturidade, a baixa satisfação em relação às disciplinas estudadas e a inexistência de afinidade com a área. Nagai e Cardoso (2017) também consideram outros motivos que influenciam o aluno a deixar seu curso, tais como fatores psicológicos, sociológicos, organizacionais e interacionais. Vivas (2011) associa à evasão a aprovação para outra instituição, pouca identificação com o curso e problemas para conciliar trabalho e estudo.

Gilioli (2016) aponta, como indicadores da evasão, a colocação profissional, a vocação do aluno, a disponibilidade de tempo para estudos e os fatores da vida pessoal. Souza, Silva e Gessinger (2016) mostram que a questão financeira é uma causa para a evasão, mas não a fundamental, como muitos autores afirmam. O principal motivo pode ser o desestímulo com o curso ou a falta de conhecimento prévio sobre a carreira escolhida. Tal qual Gilioli (2016), Lobo (2012) corrobora que a questão financeira não deve ser considerada como fator primário para a evasão, mas como mais um obstáculo a ser superado para permanecer estudando.

Segundo Mello (2014 apud NAGAI; CARDOSO, 2017, p. 7), uma das ações apontadas para diminuir a evasão é a bolsa de permanência. Tal assistência pode contribuir para que o aluno, que não tem condições, se mantenha em uma universidade. É importante lembrar que mesmo em universidades públicas os estudantes possuem gastos com transporte, alimentação, material escolar, entre outros.

No entanto, atualmente, observamos cortes financeiros consideráveis na área da educação (FOPROP, 2020). As bolsas e os auxílios são de grande importância para a permanência de alguns estudantes na universidade, principalmente os estudantes de camadas sociais menos favorecidas, que conquistaram o direito de ingressar na universidade, seja por meio das cotas ou pelo REUNI, que permitiram uma expansão do acesso ao nível superior.

É visível que apenas a ampliação do acesso à graduação não é o suficiente. Sendo assim, é necessário que ocorra uma sólida política de assistência estudantil para subsidiar a permanência desses alunos na universidade.

A evasão é mais elevada em cursos que exigem notas mais baixas para entrada, em graduação cujo perfil do discente é de nível socioeconômico e cultural, predominantemente, baixo. Porém, alunos de classificação socioeconômica mais baixa que recebem apoio da assistência estudantil apresentam altos índices de conclusão. (NAGAI; CARDOSO, 2017 apud ADACHI, 2014, p. 199).

A pesquisa realizada por Vitelli (2016) demonstra que quanto mais aprovação o discente obtiver ao longo do curso, menor será o seu percentual de evasão. Ele ainda afirma que essa percentagem é maior no início do curso. Para Vitelli (2016, p. 92), dos “601 alunos que não obtiveram nenhuma aprovação no período, 92,18% desses acabaram por se evadir da instituição. Alguns evadiram nos semestres iniciais, onde a evasão é mais acentuada”.

De acordo com Vivas (2009), muitos estudantes têm a necessidade de trabalhar, sem poder se dedicar exclusivamente à universidade. Isso pode prejudicar muito o seu engajamento acadêmico ou até mesmo a sua escolha profissional, visto que cursos que não possibilitam conciliar estudo e trabalho restringem as opções de ingresso.

O Reuni foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e encerrado em 2012. O objetivo desse programa foi ampliar o acesso e a permanência de estudantes nas instituições federais. Um dos acordos das universidades federais com o MEC consistiu na redução das taxas de evasão, na ocupação das vagas ociosas e no aumento do número de ingressantes, especialmente no período noturno.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) foi criado e associado ao Reuni, por meio da Portaria Normativa do MEC n. 39, de 12 de setembro de 2007, que, dentre outros aspectos, mencionava “contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (Art. 3º, § 1º, apud GILIOLI, 2016).

Gilioli (2016) afirma que estudos referentes aos anos de 1970 apontavam que um dos principais fatores para a evasão era a aprovação em exame vestibular de instituição de maior interesse por parte do aluno. Outra questão relevante era a reprovação em disciplinas nos quatro primeiros semestres, como pode ser observado em trabalhos realizados na década de 1980 e início da de 1990.

Quando se trata de reprovações em disciplinas nos primeiros anos da graduação, Cunha, Tunes e Silva (2001, apud GILIOLI 2016, p. 10) registraram que essas pesquisas do início dos anos de 1990 sugeriram, como medidas de solução do problema, “[...] revisão curricular, mudança na metodologia do ensino e implementação de um sistema eficaz de orientação acadêmica ao aluno” (GILIOLI, 2016, p.10).

#### 4.2 AS PERDAS PARA A INSTITUIÇÃO E PARA TODOS OS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Na segunda categoria temática, foram encontrados cinco artigos que afirmam que a evasão é um desperdício social, acadêmico e econômico. Os autores que defendem esse ponto de vista são: Freitas (2016); Souza, Silva e Gessinger (2016); Tontini e Walter (2013); Gurgel (2011); Campelo e Lins (2008). Outros estudos, além de corroborar com essa ideia, apontam outros fatores negativos que a evasão proporciona.

Vitelli (2016), por exemplo, destaca a evasão como um problema que acarreta perda para todos os envolvidos no processo educacional. O autor justifica a busca de suas causas e o desenvolvimento de trabalhos e pesquisa na área educacional. Gilioli (2016), por sua vez, indica que a evasão poderá representar atraso ou cancelamento de um sonho, perdas de oportunidade de trabalho, de crescimento pessoal e de melhoria de renda. Afirma, ainda, que para a instituição acarreta ociosidade do espaço físico, de professores, de funcionários e de equipamentos, pois a estrutura acadêmica que deveria atender determinado grupo inicial estaria sendo destinada a um quantitativo menor de alunos, gerando desperdício dos investimentos do governo.

Da mesma forma, Ambiel (2015) apontou em seus estudos que cada aluno que deixou de concluir o curso representou um desperdício de investimento público. Para Nagai e Cardoso (2017):

A ineficiência na retenção dos alunos no ensino superior público pode provocar significativo desperdício financeiro, uma vez que os recursos, ora investidos na instituição de ensino, não geram o retorno esperado. Ademais, as consequências abrangem os âmbitos pessoal, econômico e social. No âmbito pessoal tais consequências podem ser traduzidas em sentimentos de frustração, incapacidade intelectual, insegurança, medo e fracasso. Em relação aos aspectos socioeconômicos, o aluno que deixa o ensino superior encontra maiores dificuldades em entrar no mercado de trabalho, dessa forma causando impacto significativo no crescimento da economia e ampliando a desigualdade social. (NAGAI; CARDOSO, 2017, p. 194).

Lobo (2012) vê o abandono do aluno como um prejuízo social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino. Nesse contexto, temos uma perda coletiva para os estudantes, os professores, a instituição de ensino, o sistema de educação e toda a sociedade. Sendo assim, os discentes terão maiores dificuldades em atingir seus objetivos pessoais caso não ingressem em outro curso, o que pode contribuir com a existência de menos indivíduos com formação superior.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de novembro de 1996, a educação superior tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo; [...]
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; [...]
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas nas instituições.

Bardagi e Hutz (2009) apontaram em sua pesquisa autores que vão de encontro com a maioria das ideias acima e dizem que a saída de um curso sem terminá-lo pode ser positiva. Afirmam que a vida pode melhorar após a evasão, que há alívio por não ter que lidar com os aspectos estressores do curso, proporcionando possibilidades de tempo e liberdade para pensar em outras coisas. Tais autores colocam a evasão como um processo gradual de afastamento, desinteresse e busca por novas atividades. Entretanto, destaca que a maioria dos evadidos pretende retomar os estudos universitários.

No entanto, Cunha (2001) relatou que, após a realização de entrevistas com evadidos do curso de Química da Universidade de Brasília (UnB), entre 1990 e 1995, os sujeitos apontaram ter sentimentos relacionados à tristeza, solidão, vergonha, culpa e raiva após a efetivação da saída do curso.

#### 4.3 OS CRITÉRIOS DE ACESSO E AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Na terceira categoria temática, sete estudos discutiram a importância de políticas governamentais de acesso e permanência no nível superior. Vitelli (2016) tratou da expansão do ingresso na universidade pública, que proporcionou um aumento do contingente de discentes de camadas sociais mais pobres. Contudo, reiterou a necessidade de haver uma

política de assistência estudantil, que seria responsável em dar subsídio ao aluno com baixa renda para que ele permanecesse no curso universitário.

É notório que o Reuni permitiu a ampliação do acesso ao nível superior, no entanto ainda faltam algumas ações de políticas públicas para auxiliar àqueles que queiram, mas não tem condições de se manter em uma universidade. Nagai e Cardoso (2017) afirmaram que alunos de classificação socioeconômica mais baixa, que recebem apoio da assistência estudantil, apresentam altos índices de conclusão. Gomez e Torres (2015) mostraram que, devido à expansão das instituições de ensino superior e à entrada de alunos em condições sociais desfavoráveis, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Tal iniciativa buscou proporcionar auxílio aos estudantes para manutenção de condições básicas, bem como apoio pedagógico, visando entre outros aspectos diminuir a evasão e a repetência. Ações previstas no Pnaes constituem-se em políticas de permanência estudantil. Constatou-se também que a evasão, a partir da implementação do Sistema de Seleção Unificada, permaneceu em um patamar elevado, porém houve uma redução desse quantitativo mediante a execução dessas ações afirmativas.

Tontini e Walter (2013) consideraram que o aconselhamento e o apoio são condições importantes de suporte à persistência de estudantes no ensino superior, especialmente para aqueles que estão em seu primeiro ano. Relatam, ainda, que alunos com situações financeiras desfavoráveis têm a possibilidade reduzida de permanecer na IES, pois sofrem com ansiedade e estresse, enquanto discentes de nível socioeconômico mais elevado possuem a predisposição para continuar seus estudos. Por isso, é importante a existência de políticas voltadas para a permanência do estudante nas universidades, principalmente através do fortalecimento de apoio financeiro.

Rodriguez (2012) apontou o baixo investimento educacional do governo como fator que dificultou o cumprimento de metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), inclusive de manter o aluno matriculado. O PNE é uma lei em vigência desde 25 de junho de 2014, que estabelece diretrizes e metas para os próximos dez anos da educação brasileira e uma delas é elevar a taxa de matrícula do nível superior, da população de 18 a 24 anos, no segmento público. Apesar de ser um avanço, é necessário que também haja políticas de permanência. Por isso, outra meta desse plano é aumentar o investimento governamental em educação pública, de forma a atingir 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final do decênio. A ampliação de investimento educacional é um excelente caminho para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2014).

#### 4.4 DESAFIOS RELACIONADOS AO ENSINO E À APRENDIZAGEM

Na quarta categoria temática, encontrou-se cinco estudos que relacionaram a dificuldade de aprendizado e o baixo desempenho acadêmico como fatores que contribuem para evasão: Lobo (2012); Nagai e Cardoso (2017); Santos (2016); Vitelli (2016); Vivas (2011).

Nagai e Cardoso (2017) afirmaram que o rendimento insuficiente no ensino médio refletiu em dificuldades nas primeiras disciplinas do curso superior, acarretando reprovações e resultando no abandono ainda nos semestres iniciais do curso. Nesse sentido, é válido mencionar que dados do Censo da Educação Superior de 2015, divulgados pelo Inep, revelam um acréscimo desordenado na taxa de desistência do curso, no período de ingresso entre 2010 e 2014 (BRASIL, 2015).

Para o ministro da educação da época, Mendonça Filho, essa evasão é acarretada devido ao atual ensino médio, que não prepara o estudante para ingressar e concluir o nível superior.

Em conformidade, Vivas (2011) destacou a importância de que o acesso aos graus mais altos de escolarização requer dos discentes a aquisição de linguagens, códigos e competências básicas, condizentes com o universo cultural, acadêmico, tecnológico e profissional a que terão contato após ingressarem na universidade. Muitas vezes, esses estudantes não têm assegurado os conhecimentos básicos compatíveis com a etapa de ensino médio, tampouco a maturidade intelectual e profissional que se espera deles em um curso universitário.

Sem dúvidas, houve uma expansão da oferta e do acesso à educação superior nos últimos anos. Apesar disso, muito tem sido discutido sobre os problemas que os estudantes egressos do ensino médio apresentam quanto ao domínio da língua materna escrita e falada, da linguagem matemática e de conhecimentos gerais dos aspectos mais dinâmicos da sociedade, o que pode colocar em risco o tão sonhado diploma. Sob o mesmo ponto de vista, Vitelli (2016) afirma que há uma defasagem entre a formação ideal dos alunos na educação básica, com consequência direta na graduação, evidenciando que os níveis de ensino precisam se preocupar com uma maior integração.

Santos (2016), por sua vez, apontou as limitações dos discentes em relação ao aprendizado e sustentou que a evasão é decorrente das dificuldades em conciliar estudo e trabalho e, ainda, conseguir dar atenção à família. Neste estudo, também deu destaque à

formação escolar precária. Lobo (2012) mostrou que a educação básica deficiente também é uma das causas desse problema, no entanto, ressaltou que o aluno nem sempre é o culpado. Devem-se buscar as razões de sua saída, para que seja possível entender o que está ocorrendo e evitar mais perdas pelos mesmos motivos.

#### 4.5 A FALTA DE INFORMAÇÃO SOBRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

De acordo com os estudos de Souza, Silva e Gessinger (2016), Gurgel (2011), Gilioli (2016) e Bardagi e Hutz (2009), podemos observar na quinta categoria temática que aponta que a falta de informação sobre o curso também contribui para a evasão. Souza, Silva e Gessinger (2016) apontaram alguns fatores que podem levar à evasão dos alunos, como a falta de condições financeiras para manter-se em um programa de nível superior.

No entanto, para Oscar Hipólito, apud Souza, Silva e Gessinger (2016), a dificuldade econômica não é a principal causa desse problema. Esse autor destaca que o desestímulo com o curso e a ausência de conhecimento prévio sobre a carreira escolhida são fatores que podem influenciar na permanência ou não do aluno. Ressalta ainda que, se o ensino for de qualidade e houver bons professores, o estudante não medirá esforços para continuar estudando.

Semelhantemente, Gurgel (2011) afirmou que a escolha da profissão é motivo de dúvidas, pois, na maioria das vezes, a decisão é tomada de forma imatura e pode ser associada à inexistência de informações sobre a profissão escolhida. Além disso, citou como um dos motivos de evasão o fato de o aluno não conseguir obter colocação para a primeira opção de curso e, mesmo assim, aceitar ser matriculado em outra graduação, escolhida como segunda possibilidade.

A dificuldade e a imaturidade da decisão do curso podem ser vistas através das respostas aos questionamentos sobre: “se pensaram em trancar o curso” ou “se pensaram em algum momento fazer outro curso” à primeira opção (14,3%) responderam afirmativamente, um número maior (42,9%) afirmaram ter pensado em algum momento fazer outro curso, mas não o fizeram porque “gostavam do curso escolhido” ou “preferiram o curso escolhido” a incompatibilidade entre essas duas respostas demonstra a fragilidade dessa tomada de decisão, e outros por considerar a outra opção com “maior dificuldade de ingresso” ou “não conseguirem passar”, na outra opção, expondo a nítida opção não pela vocação, mas por maior acessibilidade a determinados cursos em detrimento de outros (GURGEL, 2011, p. 24).

Nos estudos realizados por Gilioli (2016), podem-se observar alguns motivos que influenciam sobremaneira no aumento da possibilidade de o aluno evadir da graduação, tais como: imaturidade; desconhecimento ou insuficiência de informações sobre o curso em que

ingressou; descontentamento com a profissão escolhida; dificuldades de adaptação ao curso e à instituição; falta de clareza das perspectivas de formação profissional; inadequação curricular; escolha precipitada e equivocada por parte do aluno. Entrevistados relatam que a fragilidade na escolha do curso contribui para a evasão, podendo repercutir em falsas expectativas que, quando não são atendidas, contribuem para o surgimento de sentimentos de decepção, desmotivação, perda do entusiasmo e frustração.

Bardagi e Hutz (2009) relatam em suas investigações alguns aspectos que podem causar a evasão: a desorientação e o desamparo na chegada à universidade e ao curso; a falta de informação; o despreparo para lidar com a diferença entre o ensino médio e a universidade; a dificuldade de acesso aos professores e a superficialidade nos contatos interpessoais. No que se refere aos efeitos da decisão de evadir, os alunos relatam inicialmente sentimentos como tristeza, solidão, vergonha, culpa e raiva após a saída do curso. Porém, mesmo sendo minoria, 39% apontam alívio e satisfação.

A maioria dos evadidos pretende retomar os estudos universitários e a decisão de saída parece uma resposta à falta, na universidade, de um ambiente receptivo aos problemas que surgem ao longo da formação. Embora a evasão possa ser vista como positiva em muitos casos, quando é resultado de um amadurecimento pessoal e vocacional e culmina com a troca de curso e a opção por uma carreira que se aproxima mais do ideal do aluno (BARDAGI E HUTZ, 2009, p. 96).

#### 4.6 A EVASÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE E OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS

A sexta categoria é composta por cinco estudos que abordam a evasão como um desafio institucional, sendo eles: Gilioli (2016); Ambiel (2015); Lobo (2012); Baggi e Lopes (2011); Bardagi e Hutz (2009).

Baggi e Lopes (2011 apud Gilioli 2016, p. 26) reconhecem que “são poucas as instituições que possuem um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento, de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas”.

Ademais, Gilioli (2016) afirma que cada universidade precisa realizar o acompanhamento de seus discentes para detectar dificuldades de diversas ordens, apontando que parte das medidas antievasão dependem de ações e programas de assistência e orientação a serem implementados, desenvolvidos ou aperfeiçoados. Porém, não exime a responsabilidade do governo federal em promover políticas e estímulos para que as IES os

adotem. Ressalta que iniciativas de caráter unicamente nacional não são suficientes, tendo em vista a realidade local de cada instituição, até mesmo de cada campus e curso. Além disso, afirma que:

A integração à vida acadêmica, o aprimoramento de currículos e percursos formativos, programas de assistência estudantil, bolsas e acompanhamentos mais sistematizado de docentes junto a alunos com dificuldades são algumas medidas que dependem prioritariamente das IES para que a evasão seja combatida. Conclui-se, portanto, que é no âmbito da autonomia administrativa e pedagógica das IES públicas que a maior parte das ações antievasão estudantil pode ser tomada e ter efetivo impacto (GILIOLI, 2016, p. 50).

Dessa maneira, Tinto (2007 apud AMBIEL, 2015, p.3) pontua que intervenções visando tanto à adaptação ao ambiente quanto ao apoio pedagógico para estudantes com dificuldades de aprendizagem são ações necessárias por parte das instituições.

Lobo (2012) comparou a evasão com as doenças silenciosas, pois nem sempre há indicadores prévios de que elas ocorrerão. Para o autor, uma forma de antecipar a questão é acompanhar os alunos faltosos e aqueles com notas baixas. Ele afirma que a compreensão e o combate à evasão é um problema de gestão, que não está apenas na alçada do coordenador do curso, mas nas decisões da alta administração das IES, tomadas por gestores e colegiados acadêmicos, as quais concorrem para facilitar ou, até mesmo, induzir a evasão de discentes, sem que haja a noção disso.

Tinto (2007 apud LOBO, 2012, p. 17) aponta que mais da metade das evasões tem origem no primeiro ano de curso. Da mesma forma, destacou que “pesquisas mostram que a frequência e a qualidade das interações dos estudantes com professores, funcionários e colegas representam um dos principais indicadores não só de permanência, mas também do aprendizado estudantil” (LOBO, 2012, p. 17).

Lobo (2012) indicou alguns pontos para minimizar o processo de evasão: estabelecer um grupo de trabalho encarregado de reduzir esse quantitativo; avaliar a estatística; determinar as causas; estimular a visão centrada no aluno da IES; criar condições as quais atendam aos objetivos que atraíram os estudantes; tornar o ambiente e o trânsito na IES agradáveis aos discentes; e criar um programa de aconselhamento e orientação aos alunos.

De acordo com Baggi e Lopes (2011), a relação entre a evasão e a avaliação institucional no ensino superior é um assunto pouco estudado, mas que aparece como instrumento de auxílio para redução desse processo. Segundo os autores supracitados, um dos debates precursores no Brasil sobre essa temática em IES emergiu dentro de um conjunto

de discussão sobre avaliação da instituição, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), realizado por diferentes universidades, especificamente as públicas.

Em fevereiro de 1995, ocorreu a realização do Seminário sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, promovido pela Secretaria de Educação Superior e pelo Ministério da Educação. Esse evento tinha a finalidade de encontrar um conceito comum e analisar o fenômeno da evasão, resultando na criação da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, a qual busca propostas para diminuir os índices de abandono observados.

Baggi e Lopes (2011) criticaram o Inep no que se refere aos dados oficiais sobre o fenômeno da evasão, tendo em vista a não apresentação, de forma explícita, do quantitativo de alunos que saíram. A disponibilização dessas informações pelo governo, de forma mais direta e objetiva, possibilitaria um avanço em relação às alterações nas políticas públicas, a fim de auxiliar os estudantes e as IES no combate à evasão, afirmam os autores.

A avaliação institucional, por sua vez, segundo Dias Sobrinho (1995, p. 55), “[...] ultrapassa largamente a mera medição ou quantificação e se esforça para compreender os significados das redes de relações cuja tessitura constrói a universidade”. Mas essa avaliação, para se tornar uma aliada importante no combate à evasão na universidade, depende em grande medida da explicitação concreta de dados oficiais mais elaborados. Dessa forma, poderia colaborar para minimizar os efeitos da evasão e se tornar em mais um dos meios de mudança de cultura acadêmica, seja no trabalho docente, na gestão das instituições, nas redefinições curriculares, entre outras dimensões da estrutura do ensino superior (BAGGI; LOPES, 2011, p. 365).

Bardagi e Hutz (2009) ressaltaram que a evasão é um aspecto negligenciado pelas IES e que tem sido atribuída tal responsabilidade totalmente aos alunos. No entanto, deveria ser vista como um problema da instituição, em sua forma integral.

Na pesquisa realizada por esses autores, percebe-se que os estudantes declararam desconhecer os serviços que a universidade pudesse lhes oferecer após o ingresso na graduação. Porém, sugeriram algumas possibilidades interessantes, tais como a oferta de orientação de carreira, o fornecimento de informações sobre as regras de trancamento de matrícula, a indicação de pessoas que pudessem auxiliá-los quando pensam em sair do curso. Eles verbalizaram que a instituição não se interessa por suas dificuldades durante o curso e não se preocupa em saber os motivos de saída ou em auxiliar no processo de transferência ou de reopção, o que causa frustração. Relatam ainda o descaso da IES com a evasão ao considerar que é uma questão pessoal sobre a qual não podem interferir.

[...] quando eu fui lá para cancelar, eles só perguntaram o motivo pelo qual tu quer cancelar, tu risca ali “descontentamento”... tu só risca... eles podiam pelo menos ver o que tá acontecendo, pô, tu tá há dois anos no curso, quer sair e ninguém pergunta nada... isso aí não teve preocupação deles... (BARDAGI E HUTZ, 2009, p. 100).

Finalmente, Bardagi e Hultz (2009) concluem que a evasão é uma consequência de múltiplos fatores e um deles é a universidade não se considerar como responsável, entre outros elementos, pela permanência do aluno. Caso assumisse sua responsabilidade, poderia desenvolver estratégias pedagógicas e bem-estar psicológico aos estudantes, através da criação de um espaço para o atendimento de toda a comunidade discente.

## 5 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

O Art. 205 da Constituição Federal de 1988 é categórico ao afirmar que a educação, a qual é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esse conceito subsidiará a elaboração do nosso marco teórico, em que iremos dialogar com alguns autores da área, principalmente Dermeval Saviani, Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos.

Na concepção de Saviani (2010), as exigências para escola formar um cidadão crítico e participativo implica em um currículo adequado, no que diz respeito à seleção dos conteúdos, à distribuição do tempo, aos métodos e materiais didáticos. Ressalta-se também que, além do domínio dos assuntos a serem trabalhados com os alunos, é necessária uma visão minuciosa da sociedade por parte dos professores, para que possam incentivar os estudantes a também o serem.

A transmissão dos conhecimentos já sintetizados e disponíveis para inserção nos currículos não é negativa em si, afirma Saviani (2010), pois uma das funções da escola é possibilitar o acesso a esses dados. O autor destaca que o problema é o caráter mecânico dessa transferência, ou seja, o fato de ser feita desassociada das razões que a justificam. Dessa forma,

na medida em que os professores conseguem lidar criticamente com os conhecimentos disponíveis, distinguindo entre o que é pedagogicamente relevante e o que não o é, assim, o seu ensino deixa de ser mera transmissão incorporando também uma contribuição original (SAVIANI, 2010, p. 141).

Além do currículo oficial, existente nas instituições, que serve como um direcionamento para o professor planejar os conteúdos a serem ministrados, há também o currículo oculto. Figueiredo e Orrillo (2020) ressaltam que este contribui, de forma indireta, para a aprendizagem do aluno, onde se adquire atitudes, comportamentos e valores. Logo, é responsável igualmente por ensinar conformismo, obediência e individualismo, através de rituais, regras, regulamentos e normas implícitas. No entanto, sinalizam que existem medidas e ações que podem ser tomadas no âmbito das IES e do currículo, que podem trabalhar contra os desígnios do poder e do controle.

O papel da universidade não se resume a desenvolver habilidades técnicas (apesar de ser incontestável sua importância) nos alunos. Ela também deve estimular o pensamento, a busca pelo conhecimento, a emoção e a crítica. As relações humanas não podem ser desvinculadas do seu contexto social (FIGUEIREDO; ORRILLO, 2020, p. 25).

Nessa perspectiva, é inegável que o ponto de vista social e político da instituição e do docente possam contribuir bastante com a formação cidadã do aluno. Além disso, os conteúdos que serão ministrados, contidos no currículo oficial, não serão abordados de forma imparcial, pois a neutralidade na educação não existe, revelando uma concepção ideológica daquele que o faz.

Paulo Freire (2001) considera a educação como uma prática de liberdade, proporcionando a transformação do seu mundo e a superação das suas condições. Acredita que, através dela, homens e mulheres podem se fazer e refazer e enxerga como uma possibilidade, ou seja, “é reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa” (FREIRE, 2001, p. 20).

Lutar por uma IES, pública e de qualidade, é investir na educação intelectual e política do indivíduo, que virá a se qualificar para o trabalho e colaborará de forma mais autônoma na sociedade. Embora o processo educacional busque o desenvolvimento individual, percebe-se que ao mesmo tempo ele contribui para a atuação do sujeito de forma coletiva. Os moldes do ensino atendem aos interesses de uma classe social, porque educar é um ato político, segundo Freire (1996).

Gedeon (2006) salienta que a estratificação das classes sociais começa a partir da educação, em que se privilegia a burguesia e desprestigia a categoria popular. Um dos principais fundamentos de Freire é que o aluno chega à escola levando uma cultura que não é superior ou inferior à do professor. Dessa forma, um aprende com o outro e para isso é necessário que as relações sejam afetivas e democráticas, garantindo a possibilidade de todos se expressarem. Além disso, afirma que o autoritarismo, historicamente tão frequente no meio educacional, prejudica o desenvolvimento do processo de diálogo entre os saberes. Para os autoritários, a democracia se deteriora quando as classes populares se fazem presentes nas escolas, nas ruas, nas praças públicas.

A universidade está muito preocupada em manter o status quo, por isso, tem a necessidade da transmissão do conhecimento. Freire (2001) destaca que, por mais fundamentais que sejam, a importância efetiva dos conteúdos não está apenas neles, mas na maneira como são apreendidos pelos educandos e incorporados à sua prática. O autor afirma que “não há prática educativa, como de resto nenhuma prática, que escape a limites. Limites ideológicos, epistemológicos, políticos, econômicos e culturais” (FREIRE, 2001, p. 47).

Freire (2001) nos fala de duas perspectivas de ensino, progressista e tradicionalista, e que não se faz pesquisa, docência, extensão de forma neutra. Tal compreensão está sujeita a uma ou outra, pois “é preciso saber a favor de que e de quem, portanto contra que e contra quem, pesquisa, ensino ou me envolvo em atividade mais além dos muros da universidade” (FREIRE, 2001, p. 54). Ademais, fala da educação autoritária, domesticadora, a qual é responsável pelos interesses das classes dominantes, enquanto a prática educativa libertadora está para uma relação com a natureza humana, fazendo-se e refazendo-se na história.

Na mesma linha de estudo, temos Boaventura de Sousa Santos, sociólogo que busca discutir os desafios da universidade pública, na passagem do século XX para o século XXI, e apresentar possíveis soluções. Segundo esse autor, a perda da prioridade dessa instituição é resultado da ausência de essencialidades das questões sociais (educação, saúde e previdência) nas políticas públicas do Estado, em virtude do neoliberalismo. Além da “mercadorização” da universidade, em resposta às exigências de tal doutrina, Santos (2005) afirma estar em curso a globalização neoliberal da IES, que tem como objetivo a descapitalização e a transnacionalização do mercado universitário.

Santos (2005) informa que a crise do ensino superior, devido à falta de investimentos, é um fenômeno global, ainda que tenha consequências diferentes no centro, na periferia e semiperiferia do sistema mundial. Esse autor critica a redução do compromisso político com as IES e com a educação em geral:

A crise institucional da universidade, na grande maioria dos países, foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela conseqüente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas (SANTOS, 2005, p. 8).

Em 2002, o relatório do Banco Mundial demonstrou, de forma explícita e clara, que não iria “aumentar os recursos públicos na universidade, e que, por isso, a solução estaria na ampliação do mercado universitário, combinada com a redução dos custos por estudantes e com a eliminação da gratuidade do ensino público” (SANTOS, 2005, p. 14).

Outro pilar do projeto neoliberal para universidade foi a transnacionalização do mercado de serviços universitários, em que o acesso à IES é visto como um ganho econômico. Tal projeto já vem sendo anunciado pelos analistas financeiros desde o início da década de 1990 e eles têm destacado o potencial de a educação se transformar em um dos maiores e vibrantes negócios do século XXI.

Em alguns países, havia uma tradição de universidade privadas sem fins lucrativos, as quais, aliás, com o tempo, tinham assumido funções muito semelhantes as públicas e gozavam e gozam de estatuto jurídico híbrido, entre o privado e público. Também elas foram objeto da mesma concorrência por se considerar que a sua

natureza não lucrativa não permitia a sua expansão, a opção foi, pois, pela mercadorização da universidade (SANTOS, 2005, p. 10).

Temos observado que no Brasil existe um esforço para descredibilizar a IES pública, assim como acontece com outros órgãos estatais com intuito de privatizá-los. Santos (2018) afirmou que a universidade, apesar de continuar sendo uma instituição de excelência de conhecimento científico, perdeu a hegemonia que tinha e está se transformando em um alvo fácil de crítica social. Contudo, esse autor nos conclama a contrapor uma globalização alternativa, contra-hegemônica, uma reforma que tem por objetivo responder às demandas sociais, buscando a democratização do ensino superior e colocando um fim a uma história de exclusão de grupos sociais e de seus saberes, que perdura ao longo do tempo.

De acordo com Santos (2005), a IES se especializou no conhecimento científico, o que é válido, mas não é o único. O autor ressalta a valorização dessa etapa de ensino, contudo é necessário que, além desse tipo saber, a universidade possa credibilizar outros aprendizados e possa ser mais notável na sociedade. Com relação ao acesso à universidade, Santos (2005) relata que em muitos países são fatores de discriminação: a classe, a raça, o sexo ou a etnia, fazendo com que a admissão seja uma mistura de mérito e privilégio.

No Brasil, as políticas de ações afirmativas ganharam vulto, em resposta à pressão dos grupos sociais, especialmente do movimento negro, pela democratização do ensino superior. Através desses programas nas universidades públicas, podemos observar a “transformação” do perfil dos alunos.

Em 2004, o governo lançou o Programa Universidade para Todos, que preconiza uma política baseada em critérios raciais e socioeconômicos, no entanto há uma crítica no que se refere à reforma da universidade como um bem público. Santos (2005) afirmou que compete ao Estado fomentar a educação superior na rede pública, mas não na privada. A relação do governo com esta deve ser de regulação e fiscalização.

Ademais, destacou que a IES pública tem que permanecer gratuita e aos estudantes das classes trabalhadoras devem ser concedidas bolsas de manutenção e não empréstimos, para que o endividamento dos estudantes não se torne uma “bomba-relógio” (SANTOS, 2005).

Estamos a lançar no mercado de trabalho, cada vez mais incerto, uma população onerada pela certeza de uma dívida que pode levar 20 anos a saldar. As bolsas devem ser concedidas mediante contrapartidas de trabalho nas atividades universitárias no campus ou fora do campus, como por exemplo, estudantes de licenciatura poderiam oferecer algumas horas semanais em escolas públicas, como tutores, ajudando alunos com dificuldades de aprendizagem (SANTOS, 2005, p. 49-50).

Além disso, Santos (2018) ressaltou a questão da entrada dos alunos por ações afirmativas, em que a universidade deve visar não só o acesso, como também o acompanhamento, sobretudo durante os primeiros anos, nos quais, muitas vezes, são altas as taxas de abandono.

A evasão é um problema real e objeto de preocupação. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é ampliar o investimento do governo em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, e o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio. A vinculação de um percentual do PIB para o financiamento das metas do PNE é indispensável para garantir o acesso, a permanência e o processo de organização e gestão direcionados à efetivação de uma educação pública de qualidade no Brasil.

Analisando o contexto da educação em um cenário internacional, Ball (2014) afirmou que a política neoliberal se apresenta como uma oportunidade de lucro para o “edu-business” mundial. O autor enfatizou que as próprias medidas globais se tornaram uma mercadoria, um negócio, um objeto de venda, de exportação ou importação, comercializado por empresas nacionais e multinacionais. Tais mecanismos podem ser comprados, consumidos e/ou incorporados como políticas de educação próprias de cada estado nacional, destacadamente pelos países mais pobres.

Ball (2014) relatou ainda sobre o discurso da “crise política do Estado”, do “público” e da “educação pública”, em que o mercado se aproveita, com uma declaração salvadora que promete libertar as escolas, os professores e alunos do fracasso e dos terrores da incerteza. Em oposição à crise do Estado, o privado aparece como “exemplo de excelência e eficiência”, considerado como a única forma de solucionar os problemas da educação pública, através de diferentes produtos, como materiais didáticos (apostilas, kits, livros), consultorias e treinamentos. Em vista disso, as empresas privadas têm percebido nos mercados de serviços educativos uma grande oportunidade de investimento.

Segundo Freire (1987), a educação no Brasil reproduz a desigualdade. Ele afirma que ensinar a não pensar é algo planejado pelos que estão no poder, para que possam ter o controle de uma grande quantidade de oprimidos. Faz ainda uma crítica, pois os que “ensinam” também são os que oprimem. Para Freire (1987), o ato de levar o aluno a refletir e problematizar sobre a sua realidade é a forma correta de se produzir conhecimento, uma vez

que é a partir desse momento que o educando terá a capacidade de se compreender como ser social. No entanto, o sistema educacional de hoje continua a disseminar a opressão, não por causa do professor, mas pelas condições de trabalho que lhes são impostas (FREIRE, 1987).

No tocante à expansão de vagas na universidade pública, Saviani (2010) afirmou que 90% da ciência produzida no Brasil são de responsabilidade dessas instituições. Dessa forma, a ampliação das vagas acarretará a formação de maior número de profissionais bem qualificados, repercutindo positivamente no desenvolvimento do país. Contudo, a fim de não prejudicar a qualidade do ensino, ressalta a necessidade de acompanhamento da melhoria das instalações, das condições de trabalho e do acréscimo de docentes.

Além de enfatizar os aspectos de produção científica, Saviani (2010) ratificou que a universidade pública tem um papel importante no crescimento do Brasil, principalmente no que tange à elevação cultural da população, certamente refletindo no grau de consciência política e no exercício da cidadania.

Gadotti (1988) afirmou que ter consciência é apenas condição, não é uma garantia. Logo, não basta saber que existe o problema. É preciso intervir para transformar, pois o ato educativo é, sobretudo, decisão. Sendo assim, podemos observar que a educação há tempos encontra-se em crise. Destaca a tradição elitista das nossas universidades, ressaltando que é um tipo de educação que exclui e hostiliza o povo.

É preciso acabar com essa tradição elitista de elaborar leis e projetos em gabinetes, vencer essa crise de confiança na capacidade da população manifestar-se sobre seus próprios problemas. Nesse momento, a Universidade deveria promover um grande debate nacional sobre a escola pública, sobre sua concepção básica, exercendo sua função de consciência crítica da nação. Precisamos rediscutir as diretrizes e bases da educação nacional, em função da nova realidade social e política que vivemos. Nesse sentido, a universidade está em débito com a sociedade. O que significa hoje o modelo de publicitação da educação criado pela Revolução Francesa? O que significa hoje o “direito da educação?” o que significa hoje os princípios da universalidade, da gratuidade, da obrigatoriedade e da laicidade da educação? (GADOTTI, 1988, p. 106).

Gadotti (1988), já chamava atenção para um dos grandes desafios daquela época que perdura até os dias de hoje que é a busca de um padrão de educação para aqueles que trabalham, pois o modelo educacional vigente privilegia, em sua grande parte, alunos que não precisam exercer uma atividade remunerada, na maioria das vezes aqueles de classe mais favorecida. Há cursos que são integrais e a realidade de muitos jovens é a necessidade de trabalhar para se manter na faculdade ou até mesmo ajudar em casa.

Além disso, as graduações, até mesmo as que não ocupam os dois turnos, demandam tempo do aluno para se dedicar aos estudos e ainda existe o período de deslocamento, o que se torna mais difícil para os educandos que precisam se dividir entre trabalho e aprendizado.

Apesar de ser um texto escrito há 32 anos, podemos observar que muitas coisas não mudaram, no que tange a crítica de Gadotti (1988) sobre a universidade estar isolada da educação básica, preocupada apenas em fornecer um diploma. Destaca que não há um interesse com as crianças e os jovens que entrarão no ensino superior, nem com o destino de seus egressos. É possível pensar em novas políticas e programas de ação para que as IES e as escolas possam se aproximar, com o objetivo que a universidade deixe de ser vista como um lugar elitista.

## 6 MÉTODO

### 6.1 LOCAL DE ESTUDO: BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO DA UFRJ <sup>2</sup>

O Instituto de Nutrição Josué de Castro é uma unidade de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Criado em 1946, a partir da incorporação do patrimônio do Instituto de Tecnologia Alimentar à Universidade do Brasil, por iniciativa do professor Josué de Castro, que se tornou seu primeiro diretor. Constitui uma das unidades acadêmicas do Centro de Ciências da Saúde, localizada no prédio sede deste Centro, no campus Fundão da UFRJ, na Cidade Universitária, no Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que o INJC é sede de dois cursos de graduação (Nutrição e Gastronomia), dois programas de pós-graduação stricto sensu e atividades de pós-graduação lato sensu (cursos de especialização e residências multiprofissionais). Às atividades de ensino, somam-se ações de pesquisa vinculadas ou não aos programas de pós-graduação stricto sensu e de extensão, em todas as modalidades (projetos, cursos e eventos).

Em 1948, o então Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil inaugurou o curso de dietistas, com duração de 2 anos, tendo a primeira turma colado grau em 1949. O nutricionista é um profissional de saúde, graduado em nível superior, responsável por planejar, organizar, coordenar, comandar, supervisionar e avaliar políticas de alimentação e Nutrição em todas as esferas, tanto no setor público quanto no privado. O curso de graduação em Nutrição da UFRJ inclui a formação de um profissional crítico, com embasamento teórico e conhecimento técnico, capacitado e habilitado para o desenvolvimento de atividades relacionadas à condição de saúde e nutricional do ser humano.

Nesse curso, são oferecidas 45 vagas semestrais, com duração de, no mínimo, oito períodos e, no máximo, doze, em período integral. Atualmente, existem 431 alunos com matrícula ativa. A entrada no curso ocorre, majoritariamente, por meio do Enem, mas existem outras modalidades de ingresso como: I. Mudança de Curso (destinada aos alunos regularmente matriculados em qualquer curso de graduação da UFRJ); II. Transferência Externa (estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação em Nutrição oferecidos por outras instituições de ensino superior públicas ou privadas); III. Transferência

---

<sup>2</sup> A base dessas informações foi extraída do site do Instituto de Nutrição Josué de Castro. Disponível em: <http://graduacao.nutricao.ufrj.br/index.php/2016-04-13-02-11-42>. Acesso em: 9 de mar. 2020.

ex-offício<sup>3</sup> (é dada ao discente matriculado no curso de Nutrição em uma instituição pública de ensino, por ser servidor público federal civil ou militar, ou ao seu dependente). IV. Convênio Cultural Internacional e Cortesia (a matrícula por essa modalidade poderá ser concedida a educandos estrangeiros, beneficiados por convênio internacional na forma da lei, a funcionários estrangeiros de missões diplomáticas, de Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e a seus dependentes que venham servir no Brasil).

O coordenador é docente do próprio curso, nomeado pela direção da Unidade e tem mandato de 4 anos, podendo haver recondução no cargo. Suas funções são: acompanhar as atividades acadêmicas do curso; convocar e presidir as reuniões de Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) e do Núcleo Docente Estruturante (NDE); instaurar procedimentos administrativos e disciplinares em seu âmbito de poder; participar dos processos de avaliação do curso; responsabilizar-se pela inscrição dos alunos no Exame Nacional de Desempenho de estudantes (Enade), segundo orientações específicas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A COAA é composta por, no mínimo, 3 professores e 1 representante discente. Essa comissão se reúne uma vez por mês e é responsável pelo acompanhamento do aluno e de seus atos acadêmicos. Além disso, é de sua competência: (1) organizar e coordenar o corpo de professores orientadores (CPO); (2) distribuir os estudantes, desde seu primeiro período letivo, pelos orientadores; (3) realizar, pelo menos, uma reunião por período com o corpo de professores orientadores para avaliação de procedimentos de acompanhamento de educandos e seus resultados; (4) discutir com o orientador e aluno medidas capazes de viabilizar a superação das dificuldades diagnosticadas, permitindo desenvolvimento acadêmico adequado. Nesse caso, a justificativa pode ser a inclusão na resolução CEG 2/97, que dispõe sobre cancelamento de matrícula por insuficiência de rendimento acadêmico, ou a apresentação de outras situações especiais; (5) emitir parecer, quando solicitado, sobre o desempenho acadêmico dos discentes sob sua responsabilidade; (6) coordenar processo de suspensão de cancelamento de matrícula por insuficiência de rendimento acadêmico, de acordo com o art. 7º da Resolução 2/97.

É assegurada ao aluno a obtenção de qualquer parecer emitido sobre desempenho acadêmico, bem como o sigilo em relação ao acesso de terceiros, não diretamente envolvidos em acompanhamento.

---

<sup>3</sup> Deverá comprovar necessidade de remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para o município do Rio de Janeiro ou para localidade mais próxima.

Existe também o Núcleo Docente Estruturante, que integra a organização de gestão acadêmica, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do curso de Nutrição. São atribuições do NDE: (1) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular; (2) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; (3) programar e supervisionar formas de avaliação e acompanhamento do curso; (4) Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares; (5) acompanhar as atividades do corpo docente.

Desde o ano de 2014, o curso de Nutrição vem discutindo a reforma curricular, a fim de atender as Diretrizes Curriculares Nacionais e integrar as práticas do curso às teorias que fundamentam as áreas de atuação desse profissional. Atualmente, o novo currículo encontra-se em fase final do processo de tramitação administrativa, com previsão para a implantação após a pandemia do COVID 19.

## 6.2 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

No que concerne aos aspectos éticos, o projeto de pesquisa foi submetido à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), através da Plataforma Brasil. O trabalho foi aprovado pelo comitê de ética do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC) da UFRJ, com o parecer n. 2.938.910 (ANEXO 1) e somente teve início após a sua aprovação.

Além disso, a fim de atender a Resolução do CONEP n. 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), os sujeitos foram esclarecidos de que se tratava de um estudo com o objetivo de identificar os motivos que pudessem levá-los à evasão. Os alunos ainda foram assegurados do sigilo e da privacidade dos dados pessoais na divulgação dos resultados e estavam cientes de que a participação na pesquisa não era obrigatória, mas que seria muito importante, já que poderia trazer melhoria para a condução acadêmica do curso.

Os estudantes que aceitaram participar desta etapa da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e somente após o lerem, compreenderem e assinarem foram incluídos nesse estudo (APÊNDICE A).

## 6.3 A PERSPECTIVA QUALITATIVA

Quanto ao aspecto metodológico dessa investigação, adotou-se uma perspectiva de abordagem qualitativa, buscando compreender e interpretar os dados coletados. De acordo com Minayo (2010), esse método pode ser definido como

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina *et. al* 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análise de discursos e de documentos (MINAYO, 2010, p. 57).

O levantamento de informações foi desenvolvido através da realização de entrevistas semiestruturadas que, segundo Minayo (2010), é acima de tudo uma conversa a dois, destinada a construir referências pertinentes para um objeto de pesquisa. Minayo (2012) afirma que o movimento, responsável por informar qualquer abordagem ou análise se baseia em três verbos: compreender, interpretar e dialetizar. Destaca ainda que o verbo principal da investigação qualitativa é compreender.

Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere (MINAYO, 2012, p. 623).

Esta pesquisa adota, portanto, uma perspectiva compreensiva no intuito de analisar o problema da evasão universitária a partir da fala dos sujeitos que evadiram do curso, buscando caracterizar, a partir de suas falas, como o problema da evasão afeta suas experiências de vida e como a cultura organizacional do INJC impacta em suas decisões.

#### 6.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Buscando identificar e caracterizar os fatores relacionados à evasão, realizamos entrevistas com onze alunos (n = 11), que evadiram do curso de Nutrição entre os anos de 2012 e 2018. Foi elaborado um roteiro (APÊNDICE C) que abordava as seguintes questões norteadoras:

- O curso de Nutrição foi sua primeira opção?
- Você buscou informações sobre o curso antes de fazer sua escolha?
- Você ficou reprovado em alguma disciplina?
- Em caso afirmativo, qual?
- Em algum momento você trancou a matrícula?
- Quantos períodos você cursou?
- Você consegue descrever o(s) motivo(s) da sua saída do curso?
- Você está matriculado em outro curso?
- Você recebia alguma ajuda de custo da universidade?
- Onde e com quem você morava quando cursava Nutrição? Como era sua relação com os colegas de turma?
- Qual o sentimento de não concluir o curso?
- O que acha da implementação de um núcleo pedagógico no INJC?

Foi solicitada à secretaria do curso de Nutrição uma relação de alunos, contendo seus respectivos contatos, que tivessem evadido no período estabelecido pela pesquisa. Em posse desse documento, realizamos ligações em busca de ex-alunos que tivessem tempo e vontade de participar desse estudo. Alguns haviam mudado de número e outros não tinham interesse e/ou disponibilidade. Marcamos um encontro presencial com aqueles que se mostraram interessados, em salas previamente agendadas na própria UFRJ, totalizando seis entrevistas.

No intuito de aumentar o universo de sujeitos entrevistados, foram enviados vários e-mails em busca de participação na pesquisa, desta forma, mais cinco pessoas concordaram em participar da pesquisa, porém, existia a impossibilidade de um encontro presencial, fosse pela distância ou pelo horário. Dessa forma, as cinco entrevistas foram realizadas por telefone, através da utilização do programa de gravação de chamadas ACR e do gravador digital.

Em todas as entrevistas, os indivíduos foram informados sobre o objetivo da pesquisa, que era identificar e caracterizar os motivos que os levaram a evadir do curso de Nutrição. Avisamos que o sigilo e a privacidade dos resultados estavam garantidos na divulgação e solicitamos autorização para que a conversa fosse gravada. Enviamos o TCLE por e-mail e somente após a assinatura desse documento incluímos os dados no estudo.

Para análise dos dados qualitativos, adotou-se a Análise de Conteúdos de Bardin (2016), que é um conjunto de técnicas de investigação das comunicações. Tal instrumento utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e, segundo a autora, se faz na prática. No que tange à aplicação, Bardin (2016) cita como exemplo o exame da entrevista, que é conceituada como um método de investigação específico e é classificada como diretiva ou não diretiva, ou seja, fechada ou aberta. Além disso, afirma que a análise de conteúdo em entrevista é algo complexo.

Bardin (2016) apresenta critérios de organização de uma análise, a qual se organiza em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser estudado, com o objetivo de torná-lo operacional. Para isso, após realização das entrevistas com os evadidos, houve a contratação de um serviço de transcrição. Após a entrega do material transcrito, foi feita a leitura do documento em conjunto com o áudio para verificar a veracidade do conteúdo. Assim, selecionamos os documentos, ou seja, demarcamos o que seria analisado.

A exploração do material é a etapa que possibilita as interpretações e inferências ao corpus. Aqui ocorre o recorte dos textos em unidades de registro, fazendo a classificação e a categorização, de acordo com a definição de tipos temáticos.

No tratamento dos resultados, inferência e interpretação ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas apreciações inferenciais. Ademais, é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Neste estudo, foram entrevistadas onze pessoas que evadiram do curso de Nutrição entre os anos de 2012 a 2018, destas, sete eram do gênero feminino e quatro do masculino. Todos ingressaram em algum outro curso de graduação, como pode ser observado no quadro 4. Apenas quatro alunos não continuaram na UFRJ.

**Quadro 4 — Categorização dos 11 participantes da pesquisa**

Código do sujeito	Gênero	Tempo de permanência no curso	Curso de graduação atual
Sujeito 1	Feminino	2 períodos	Serviço Social - UFRJ
Sujeito 2	Feminino	3 períodos	Nutrição - UNIRIO
Sujeito 3	Feminino	2 períodos	Gastronomia - UFRJ

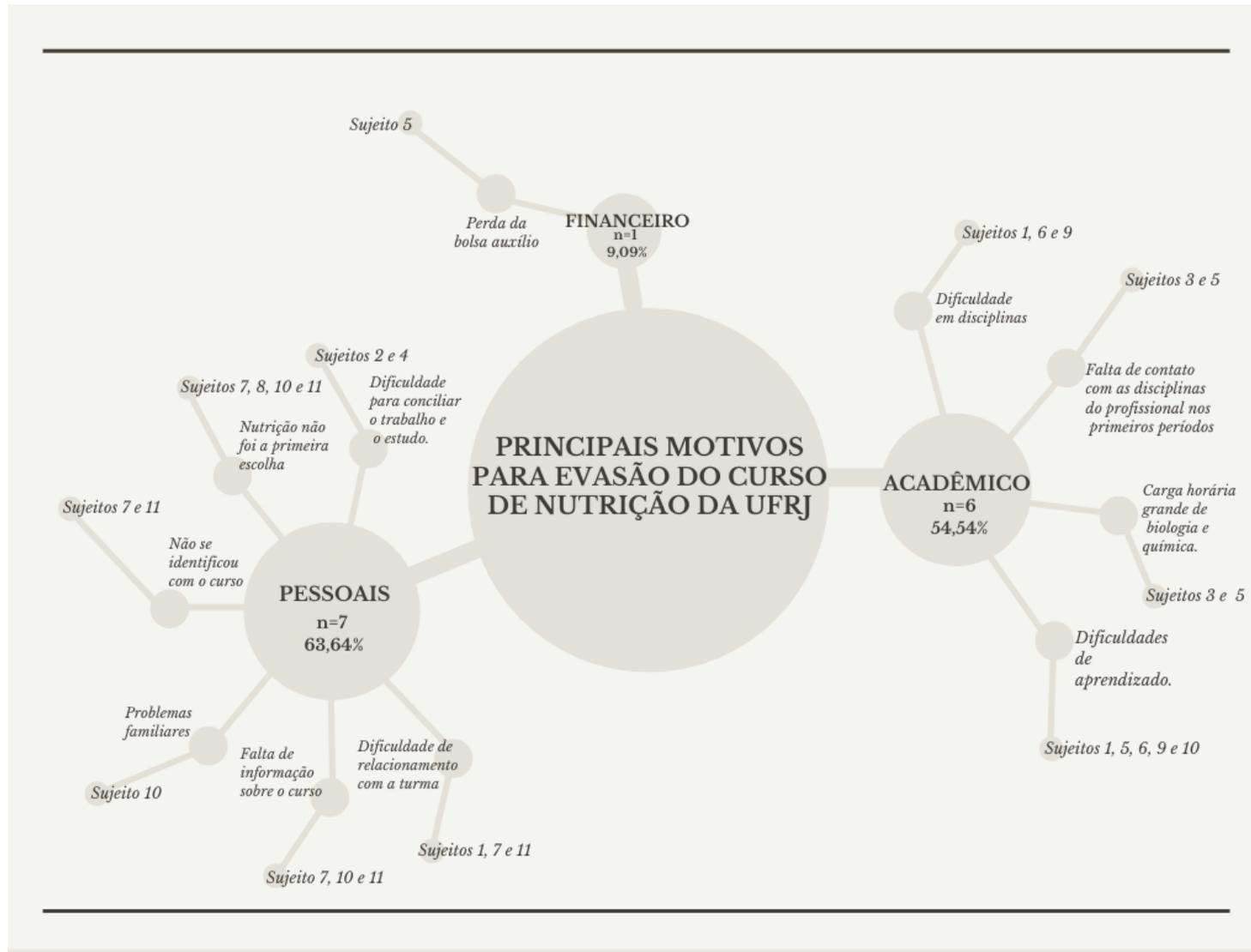
Sujeito 4	Masculino	1 período	Geografia - UERJ
Sujeito 5	Masculino	3 períodos	Administração - Estácio de Sá
Sujeito 6	Feminino	4 períodos	Contabilidade - UFRJ
Sujeito 7	Masculino	1 período	Odontologia - UFRJ
Sujeito 8	Feminino	4 períodos	Enfermagem - UFRJ
Sujeito 9	Feminino	3 períodos	Educação Física - UFRJ
Sujeito 10	Feminino	2 períodos	Direito - UFRJ
Sujeito 11	Masculino	5 períodos	Educação física - UFRJ

Fonte: elaboração própria dos autores (2020).

## 7.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EVASÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO DA UFRJ

Na presente pesquisa, as questões acadêmicas, financeiras e pessoais foram motivos para a evasão do curso de Nutrição. Os sujeitos 9 e 10 não evadiram por perda da bolsa, mas relataram da importância da bolsa-auxílio para permanecerem no curso, pois sem esse auxílio não seria possível. No que tange aos desafios relacionados ao ensino e à aprendizagem, a revisão de literatura Vitelli (2016); Nagai e Cardoso (2017); Santos (2016); Lobo (2012); Vivas (2011) indica o baixo desempenho no ensino médio refletindo no desempenho insatisfatório das disciplinas iniciais no curso superior e resultando em abandono nos primeiros semestres. Os sujeitos 1, 5 e 9 são oriundos de escolas públicas e relataram muitas dificuldades para acompanhar as disciplinas de biologia e química, em virtude de não terem aprendido no ensino médio. Os sujeitos 6 e 10 não são oriundos de escolas públicas, mas relataram muita dificuldade em química.

Figura 1: Esquema com a síntese dos múltiplos fatores de evasão no curso de Nutrição da UFRJ



Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados empíricos da pesquisa, 2020.

Com relação aos critérios de acesso e às condições de permanência na universidade, a revisão de literatura Nagai e Cardoso (2017); Vitelli (2016); Gomez e Torres (2015); Tontini e Walter (2013); Rodriguez (2012) abordam políticas públicas de acesso, mas que não garantem a permanência desse aluno até a diplomação. Nas entrevistas, o sujeito 5 relata que a perda da bolsa-auxílio foi o motivo que o levou a sair do curso de Nutrição.

Na categoria sobre a falta de informação sobre os cursos de graduação na área da saúde, trabalhos da revisão de literatura Souza, Silva e Gessinger (2016); Gurgel (2011); Bardagi e Hutz (2009); Gilioli (2016) apontam pressão sofrida pelo jovem para ingressar na universidade, que muitas vezes faz a escolha do curso sem o conhecimento necessário. Esta pesquisa nos mostrou que apenas 3 sujeitos (7, 10 e 11) tinham pouco conhecimento do curso de Nutrição, os outros sujeitos (1, 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 9) afirmaram que tinham informação sobre o curso. No entanto, quando ingressaram não se identificaram. Dos 11 sujeitos entrevistados, 5 (45,45%) sujeitos escolheram a Nutrição como a primeira opção no Enem e 3 (27,27%) possuíam outro curso de nível superior (sujeitos 2, 3 e 4).

No que se refere à evasão como indicador de qualidade e os desafios institucionais, trabalhos de Ambiel (2015); Gilioli (2016); Santos (2016); Lobo (2012); Baggi e Loppes (2011); Bardagi e Hutz (2009) afirmam que um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas podem auxiliar na diminuição da evasão. Ao perguntar aos evadidos sobre o que achavam da criação de núcleo pedagógico no INJC para atendimento ao aluno, todos relataram acreditar ser importante, apenas o sujeito 5 relatou que, se na época tivesse esse núcleo, poderia tê-la ajudado a tomar uma decisão melhor.

Após as entrevistas acrescentamos outras duas categorias que não faziam parte da revisão de literatura, por observar que se repetiam e julgamos importante, que são o relacionamento com a turma e os sentimentos em não ter concluído o curso. No que se refere ao relacionamento com a turma, 8 (72,72%) relataram ter bom relacionamento com os seus grupos. Com relação ao sentimento em não ter concluído o curso os sujeitos 1 e 5 disseram ter sido a melhor decisão, o sujeito 3 diz não se arrepende, os sujeitos 4, 7 e 11 relataram tranquilidade, o sujeito 6 relata ter sentido alívio, o sujeito 8 se sentiu mal, porque já poderia estar formado, o sujeito 9 relatou culpa por não conseguir se formar, o sujeito 10 relatou frustração.

### 7.3 OS PRINCIPAIS MOTIVOS DE ABANDONO

Um dos motivos para a evasão do curso de origem pode ser o desestímulo com o curso ou a falta de conhecimento prévio sobre a carreira escolhida, como o caso do sujeito 1, que, durante o curso, percebeu que a área de saúde não era a sua pretensão, decidindo, então, por mudar de curso.

Eu larguei o curso porque **eu não gostava da área da saúde** e porque depois de estar dentro do curso eu continuei não sentindo nenhuma afinidade com a área. (...) Percebi que ia demorar muito, muito para talvez trabalhar numa área e que eu não ia querer me aprofundar em nada, porque de fato eu não gosto de área biológica, tanto que eu mudei pra humanas (sujeito 1).

Gadotti (1988) faz uma crítica sobre a universidade estar isolada da educação básica, preocupada apenas em fornecer diploma, sem levar em consideração as crianças e os jovens que entrarão no ensino superior e o destino de seus egressos. De acordo com Gadotti (1988), se houvesse melhor interação entre a escola e a IES, o sujeito saberia o que iria estudar no curso de Nutrição e qual seria a sua área de atuação profissional, proporcionando maior dedicação ao ensino. De acordo com Vitelli (2016) e Rodriguez (2012), a falta de afinidade com a carreira pode influenciar na evasão. Souza, Silva e Gessinger (2016) apontaram que a questão financeira é um desses fatores, mas não a principal causa.

Outro motivo identificado para a evasão do curso de Nutrição da UFRJ foi a incompatibilidade de horário do trabalho com o curso oferecido em horário integral, como pode ser observado na fala dos sujeitos 2 e 4.

Eu já tenho outro nível superior concluído. Eu sou advogada. Então eu tinha o horário flexível. Daí eu me interessei por fazer o Enem. Mas na UFRJ o curso de Nutrição é turno integral. Eu fiz um processo seletivo para uma empresa e fui chamada. Então não dava mais para eu cursar uma faculdade integral. (...) Aí eu fiz o Enem de novo e entrei pra UNIRIO, que é a única que tem Nutrição à noite. Hoje eu trabalho em horário comercial e faço a faculdade à noite. O meu motivo de ter saído da UFRJ foi esse, entendeu? (sujeito 2).

Foi o problema do horário. Foi exatamente isso. (...) das três Instituições que têm Nutrição em ensino público no Rio de Janeiro - a UFRJ, a UNIRIO e a UERJ - a única das três que tem o curso à noite é a UNIRIO, embora o curso lá seja de seis anos no período noturno. (...) Infelizmente a Nutrição aqui na UFRJ ela não tem o turno noturno, ela é integral se eu não me engano manhã e tarde. Na época que eu vim para cá, no meu trabalho eu consegui uma mudança de horário, de turno lá. Então eu conseguia trabalhar mais para o meio da tarde e à noite ou aos fins de semana, e eu conseguiria vir alguns dias aqui na parte da manhã ou alguns dias na parte da tarde. Então quer dizer pelo que eu fiz aqui fiz um período só. Eu só fiz um período e não consegui completar todas as disciplinas justamente por isso. A minha expectativa era que eu conseguisse, mas depois infelizmente eu tive que trocar o setor lá no trabalho e ficou impraticável vir para cá. Eu ia puxar uma ou

duas disciplinas, entendeu? Ia me arrastar muito tempo e de certa forma ia tomar a vaga de alguém que quisesse entrar. Por isso eu abdiquei, vim e fiz o cancelamento (sujeito 4).

Gadotti (1988) afirma que um dos grandes desafios nos dias de hoje é a busca de padrão de educação para os estudantes que trabalham, pois o modelo educacional vigente privilegia alunos que não precisam exercer atividade remunerada, ou seja, aqueles de classe mais favorecida, na maioria das vezes.

Há muitos cursos que possuem grade de disciplina em horário integral, no entanto, muitos jovens precisam trabalhar para se manter na faculdade ou até mesmo ajudar em casa. De acordo com Vivas (2009), muitos estudantes precisam trabalhar, sem poder se dedicar exclusivamente aos estudos, o que pode prejudicar muito o seu engajamento acadêmico ou até mesmo a escolha de sua carreira, já que não conseguem conciliar a esfera acadêmica à profissional.

Figueiredo e Orrillo (2020) afirmam que o papel da universidade não se resume, apenas, em desenvolver habilidades técnicas. Ela também deve estimular o pensamento, a busca pelo conhecimento, a emoção e a crítica. Paulo Freire sustenta a educação como prática de liberdade, como transformação do seu mundo. Vivas (2011) associou a evasão à pouca identificação com o curso, justamente o motivo apresentado pelo sujeito 3, que não queria fazer o curso sem ter certeza de que realmente, era aquilo que gostaria para a sua vida.

**Foi realmente essa falta de paixão. Eu não me sentia apaixonada pelo curso**, e eu gosto de fazer tudo com muita intensidade. Então falei assim “não, eu não quero passar aqui quatro anos nessa dúvida”. Daí que eu decidi sair do curso (sujeito 3).

O sujeito 5 apontou mais de um motivo por ter evadido do curso de Nutrição, relatou problemas financeiros para se manter no ensino superior, dificuldade com a grade curricular e com a aprendizagem, por falta de base no ensino médio.

**O primeiro motivo para eu cancelar a matrícula foi a bolsa**, porque, quando eu entrei em 2015/2, a gente entrava recebendo aquela bolsa de auxílio, né? (...) Quando eu fiz a matrícula e entreguei a documentação, a pessoa lá da Reitoria me falou que a bolsa teria validade de um ano. Eu só teria que renovar após um ano. **Quando foi no próximo período [2016/1] a minha bolsa foi suspensa, porque não me avisaram que a regra havia mudado e que eu teria que ter renovado a bolsa.** Aí, voltei na Reitoria e a pessoa nem estava lá mais, não tinha nem como contestar. (...) Resumindo, não foi só eu que fui afetado, outras pessoas também foram afetadas. **Só que eu... minha mãe e meu pai não trabalham. Então, não trabalhavam na época. Então, a única renda que eu tinha, mesmo sem meu pai e minha mãe poderem me ajudar, era essa bolsa. Quando eu tinha bolsa, eu comprei livros. E têm as nossas necessidades mesmo, né? E eu não precisava pedir nada para os meus pais. Aí eu fui, né? Perdi a bolsa e ainda fiquei indo um pouquinho sem dinheiro mesmo, só que é chato “Ah mãe, me dá dez reais? “Ah mãe, me dá cinco reais para eu poder almoçar no bandeirão**

e tal?”. Eu já era maior de idade. E é uma coisa minha, eu me sentia mal de ficar pedindo aos meus pais (...).

(...) O que agravou mais ainda foi a minha dificuldade com a grade de estudos, com a grade do curso. Por quê? Primeiramente, eu não tive nenhum contato com a área da saúde assim que eu entrei. No primeiro, no segundo e acho que até no terceiro período não tem nenhuma aproximação com a área de Nutrição e isso para mim, além da bolsa, esse foi o segundo fator que mais me desanimou. Porque era só ciência, ciência, só química, biologia. (...) E eu vim de escola pública, tinha uma dificuldade muito grande em biologia e química, muito mais em química. (...) Eu não tinha um apoio nessa área de biologia e química e creio que a universidade não tem que dar, né? Você já tem que chegar com isso. Então, juntando a minha falta de conhecimento nos assuntos básicos, ficou um pouco desmotivador. Eu não tinha nada que me fizesse continuar, entendeu? Eu não tinha dinheiro. Tipo, para quem já tem dinheiro então, ele continua e faz, entendeu? Ah, eu não tenho dinheiro.

(...) depois que eu larguei a faculdade fiquei uns meses em casa, sem fazer nada, e depois arrumei um emprego. E aí nisso que eu arrumei um emprego, mesmo que só de meio período, eu fui e tranquei a faculdade. (...) Acho que o bandeirão [restaurante universitário] poderia ser mais barato ou não efetuar pagamento, ter isenção para quem não tem muito dinheiro. Porque eu, por exemplo, terça, quarta e sexta era das 8 às 17h, e a pessoa tem que comer, né? (...) Acho que é dois reais, não é? Então, para mim dois reais não faziam falta, mas muita gente eu creio que não tenha, entendeu? Não faz falta agora, porque na época fazia sim! Mas acho que poderia ser o almoço, poderia não pagar ou ser mais barato. (...) Em questão de material, tinha muita xérox. Os professores passavam muitas xérox e não tinha como. Quem não tinha dinheiro era um pouco difícil estudar sem o material. (...)

**Quando a pessoa perde a bolsa. Isso poderia ter... o almoço não era uma coisa que fez eu desistir, foi o dinheiro num todo, né? A bolsa num todo. Mas, por exemplo, passagem já tinha o cartão, era só comer mesmo e me manter, né? Manter minha vida sem auxílio.**

(...) Outro problema é a questão da grade, de não ter contato com a Nutrição. (...) A pessoa fica desanimada com tanta ciência, tanta química, tanta biologia. Ela se perde que está fazendo Nutrição. Então, se ela tivesse, tipo assim, **Introdução à Nutrição lá no primeiro período, que ela pudesse ter contato com a Nutrição, entender que ela é dividida em áreas, na área tal você faz isso, na área tal você faz X, outra área faz Y. Isso teria me ajudado e muito. Eu teria um norte do porquê eu estou estudando isso tudo, né?** (...) Agora quem não tem nada, que não tem nenhum conhecimento, que não tem uma base que faça aquela associação, aquela integração, a pessoa não souber, ela não... ela acaba ficando sem norte nenhum, **ela vai estudando sem saber para o que está estudando** (sujeito 5)

De acordo com Santos (2005), a universidade se especializou no conhecimento científico, que é válido, mas não é o único. Santos (2018) também destaca a entrada dos alunos por ações afirmativas, que devem visar não só o acesso, como também o acompanhamento, sobretudo, durante os primeiros anos, momento em que por vezes ocorrem as altas taxas de abandono.

Nagai e Cardoso (2017); Gilioli (2016); Souza, Silva e Gessinger (2016); Vitelli (2016); Rodriguez (2012); Vivas (2011) atribuem os principais fatores de evasão à falta de recurso financeiro para se manter na faculdade e à dificuldade na aprendizagem. Segundo Mello (2014 apud NAGAI; CARDOSO, 2017), uma das ações apontadas para diminuir a

saída dos estudantes é a bolsa de permanência. Tal assistência pode contribuir para que o aluno, que não tem condições de se manter em uma IES, continue seus estudos. Cabe lembrar que, apesar de pública, a universidade não exclui gastos com transporte, alimentação, material escolar etc.

Os cortes de bolsa-auxílio, em alguns programas, vêm trazendo consequências, principalmente, aos educandos de camadas sociais menos favorecidas, que conquistaram o direito de ingressar na universidade, seja por meio das cotas ou do Reuni. Tais iniciativas permitiram a expansão do acesso ao nível superior. É necessário, então, que também ocorra a garantia de uma política de assistência estudantil para subsidiar a permanência no ensino superior.

Na concepção de Saviani (2010), as exigências para a escola formar um cidadão crítico e participativo implicam em um currículo adequado, no que diz respeito à seleção dos conteúdos, à distribuição do tempo, aos métodos e materiais didáticos. Gilioli (2016) aponta como indicadores da evasão a colocação profissional, a vocação do aluno e a disponibilidade de tempo para estudo.

Nessa mesma perspectiva, os motivos apresentados na entrevista do sujeito 6 são a insatisfação com a grade curricular, a quantidade exagerada de horas da mesma disciplina, o distanciamento entre a teoria e a prática, a questão do cansaço devido ao curso integral e a conciliação da obrigação do trabalho com outras atividades cotidianas.

Eu cheguei a um ponto que **para mim era muito desgastante. Tinha aulas muito pesadas. Microbiologia foi uma aula que acho que eram quatro horas direto e, assim, você ter quatro horas de biologia na cabeça assim direto.** E Nutrição eu senti que era muita teoria por muito tempo. **Era muita teoria e a gente começava a ver a prática só no final.** E aí no final você vê só a prática, mas é só muito no final. Então, assim, eu sempre fui muito ansiosa, né? Eu queria ver as coisas acontecendo logo, eu queria produzir logo. (...) **Acho que talvez isso tenha me desanimado um pouquinho: não poder começar a mexer com as coisas da Nutrição, de verdade, logo.**

(...) **Sendo que além disso, o curso ainda é integral. Agora, eu estou fazendo contabilidade na UFRJ mesmo, mas não é integral.** Agora, é só um período do dia. Eu ainda tenho o resto do dia para malhar, para fazer estágio, para outras coisas, entendeu?

(...) Tiveram uns motivos. Um, **eu realmente não gostava das matérias, não gostava. Eu vi que talvez ser nutricionista não era exatamente o que eu queria. As matérias eram muito, muito maçantes para mim, eram muito desgastantes para mim ir para aula. E acabou que eu fui ficando um pouquinho infeliz, eu estava sempre muito cansada, não tinha energia para fazer nada, porque era muita aula o dia inteiro. E eu não via as coisas acontecendo, era muita teoria. Então, acho que foi isso mesmo.**

(...) **Outro motivo muito forte foi o mercado de trabalho, porque eu percebi que a área que eu ia querer trabalhar era muito difícil, que ia ter que ter um investimento muito grande de início para eu conseguir chegar numa qualidade de vida tranquila. Isso me influenciou bastante.** (...) Eu realmente percebi que não estava no curso certo. (sujeito 6).

O abandono também pode ser motivado pela dúvida de se ver atuando em uma profissão inadequada e, assim, possibilitar um recomeço, conforme foi observado na entrevista do sujeito 7

O primeiro período eu, particularmente, achei que foi bem cansativo, uma vez que a gente tem aula de psicologia e **a gente se desloca para ir para Praia Vermelha. Tem a questão do tempo, muitas vezes a gente não almoçava.** Porém, eu não me identifiquei com algumas coisas no curso. Essa questão de muitas vezes a gente ficar corrido em relação ao deslocamento dentro dessa disciplina. (...) O fato de muitas vezes você sair de uma aula e você ficar dez horas na fila do micro-ondas para você esquentar comida e você não ter tempo de almoçar, porque você tem aula uma hora e o professor faz chamada uma hora e se você não chegou uma hora você ganha falta e se você tiver muitas faltas você é reprovado. Tudo isso mexe muito com o psicológico das pessoas. E quando chegou no meio do ano, eu me questioneei sobre a minha permanência no curso, sobre de fato eu gostaria de estar ali, se eu me veria como um futuro profissional de Nutrição e eu cheguei à conclusão de que se eu estava indeciso em relação a isso é porque talvez não era, de fato, o que eu gostaria muito de fazer. Então, eu decidi me dar a oportunidade de começar algo novo, aí foi quando eu entrei no meio do ano para odontologia. (...) Não que na odontologia tenha sido diferente, porque realmente não foi. Mas aí entra em uma outra coisa, entra nos relacionamentos também. **Quando você se relaciona bem com aquelas pessoas as coisas se tornam um pouco mais fáceis, né? E eu me senti nessa questão do relacionamento, mesmo com essa pressão no curso que eu estou, pareceu um pouco mais fluido.** (sujeito 7).

Paulo Freire (2001) defende a educação como uma prática de liberdade, capaz de transformar o mundo e superar as mais diversas condições, acreditando que, através dela, homens e mulheres podem se fazer e refazer. Embora o processo educacional busque o desenvolvimento individual, ao mesmo tempo contribui para que o sujeito possa atuar de forma coletiva na sociedade.

Fazer o curso que se deseja e atuar na profissão almejada proporcionam ao indivíduo mais felicidade. Nagai e Cardoso (2017) consideram fatores psicológicos, sociológicos, organizacionais e interacionais como influenciadores sobre a decisão do aluno em deixar seu curso.

No caso do sujeito 8, o curso de Nutrição não foi sua primeira opção e com o passar do tempo percebeu que, mesmo cuidando do paciente, a profissão iria se restringir à área da alimentação e não era isso que ele desejava. Souza, Silva e Gessinger (2016) apontam que um dos principais fatores da saída do aluno pode ser o desestímulo com o curso.

**Primeiramente, eu queria medicina e aí como segunda opção eu escolhi Nutrição. O Enem coloca a gente nessa posição de, às vezes, escolher, né? Por ter duas opções no SISU.** (...) Aí eu escolhi e não passei na medicina, passei para Nutrição. Vim de coração aberto para conhecer, aí fiz três períodos, quando chegou no terceiro (...) eu comecei a ver que talvez eu tenha começado a me sentir meio

**restrita só na área da alimentação.** (...) Acabei percebendo que talvez eu não fosse lidar com o cuidado dos doentes, como eu queria anteriormente, mais diretamente assim a questão do cuidar não só apenas na questão da alimentação. Aí eu comecei a pesquisar e aí eu pensei em tentar a medicina de novo, aí eu tranquei um ano. Fiquei trancado o ano todo, porque eu voltei a estudar para o vestibular. Mas não passei para medicina de novo, falei: “Vou voltar para Nutrição”. Aí destranquei e fiz o terceiro período de Nutrição. **Quando eu terminei o terceiro período, aí eu pensei: “Realmente não é o que eu quero!”.** Aí eu fui, puxei só algumas matérias, três matérias só e voltei a estudar para o Enem. (...) **Ano passado descobri que realmente eu não queria medicina, descobri quem fazia essa coisa do cuidado do paciente era a enfermagem e vi que era isso o que realmente me tocava. Aí eu passei no Enem para enfermagem.** Fui lá no CCMN fiz opção de curso, e aí eu troquei para Enfermagem e foi isso. (...) talvez eu ia me sentir infeliz se eu tivesse terminado, por me sentir restrita à questão da alimentação. Hoje, estou muito feliz no meu curso. (sujeito 8).

As reprovações também podem ocasionar a falta de motivação para continuar, conforme observado na entrevista do sujeito 9.

Quando eu fiz o Enem, na época, Nutrição era minha primeira opção. Tinha Nutrição ou fisioterapia, mas aí escolhi Nutrição, pois achei que seria a melhor opção para mim. **Conforme eu fui fazendo os períodos, eu fui vendo que eu não estava indo muito bem nas matérias, principalmente de química, e que eu não tinha tanto suporte da faculdade para minhas dificuldades.** (...) **E por conta de eu vir de escola pública eu tive um ano inteiro sem química e foi também uma das causas de eu não ter conseguido um melhor rendimento.** (...) Fiquei reprovada em embriologia, em química eu também fiquei, química orgânica, se não me engano, e química analítica. (...) Aí eu me decidi assim... foi me desestimulando. Então, foi basicamente isso, **pelo meu baixo rendimento nas matérias e aí eu fui me sentindo desanimada porque não estava conseguindo acompanhar o rendimento da turma.** E aí decidi optar por fazer um outro curso, talvez fiquei pensando que talvez poderia não ser o melhor para mim naquele momento e aí eu decidi cancelar. (...) Eu fui pesquisando outro curso e eu me interessei por educação física que também tá ligado um pouco à área de Nutrição. Hoje, eu sei que educação física é o que eu gosto e aí eu decidi sair do curso de Nutrição, cancelar a matrícula e no período seguinte eu já entrei para educação física (sujeito 9).

Saviani (2010) critica o caráter mecânico da transmissão dos conhecimentos, ou seja, o fato de ser feita desligada das razões que a justificam. Ele afirma que, na medida em que os professores conseguem distinguir o que é pedagogicamente relevante e o que não é, o ensino deixa de ser mera propagação e passa a fazer mais sentido para o aluno.

No tocante ao currículo oculto, o qual nos ensina que a não-assimilação do conteúdo é nossa culpa, Paulo Freire (2001) sustenta a educação como transformação do seu mundo, mas certas vezes o ambiente educacional não facilita essa modificação, tendo em vista a ausência de consideração da realidade do sujeito. O autor ainda afirma que o aluno chega à escola levando uma cultura que não é melhor, nem pior do que a do professor.

Autores como Nagai e Cardoso (2017); Gilioli (2016); Souza, Silva e Gessinger (2016); Vitelli (2016); Rodriguez (2012); Vivas (2011) atribuem a evasão às dificuldades na aprendizagem e, para Gilioli (2016), sucessivas reprovações no início do curso podem ser modificadas através de revisão curricular, mudança na metodologia do ensino e implementação de um sistema eficaz de orientação acadêmica ao aluno.

Nutrição como segunda opção, reprovação no ciclo básico e questões familiares são motivos que ficaram bem explícitos na entrevista do sujeito 10, como a causa da evasão.

**Eu já entrei muito frustrada, porque eu tinha iniciado um curso de graduação que era uma segunda opção.** (...) Eu achei que ia conseguir ficar temporariamente no curso de Nutrição, porque eu só queria entrar para a UFRJ. Era a instituição que até então sempre foi a melhor para mim, né? Na minha vista. (...) Apesar de ter sido a minha segunda opção, eu estava disposta a continuar e formar até, e depois seguir outro curso que eu queria, trabalhar na área para fazer dinheiro para fazer o curso que eu realmente queria.

(...) **A reprovação em disciplinas do curso básico me influenciou bastante. Quando eu tive a primeira reprovação, aí foi um baque, porque eu fui entrar na faculdade para saber o que era uma reprovação. Eu achava que era uma aluna boa, porque eu nunca tinha reprovado na vida e entrei na faculdade para pegar a primeira reprovação. É bem difícil.**

(...) **mas o motivo principal foi uma questão familiar mesmo, a separação dos meus pais que foi de uma forma extremamente litigiosa.** Então, me fez com que saísse da faculdade. (...) Na verdade, **várias coisas pesaram, a reprovação que eu te falei, a dificuldade com a disciplina de química... isso tudo só acrescentou um pouquinho na minha decisão,** mas o motivo principal mesmo foi familiar, a separação dos meus pais mesmo (sujeito 10).

Lobo (2012) afirma que a situação financeira não deve ser considerada como um fator primário, como muitos pontuam, mas a considera como uma soma, ou seja, é um obstáculo a mais a ser superado para permanecer estudando. Paulo Freire (2001) fala da educação como possibilidade, reconhecendo que se ela não pode tudo, pode alguma coisa. Por isso, observamos o esforço de muitos para continuar estudando, mesmo diante de tantas dificuldades, e por acreditarem que é através da educação que se pode transformar o seu mundo.

Para Freire, ensinar a pensar e problematizar sobre a sua realidade é a forma correta de se produzir conhecimento, pois é a partir daí que o educando terá a capacidade de se compreender como um ser social. As vivências, com outras pessoas e em ambientes diversificados, nos ajudam a fazer escolhas e, às vezes, refazer um caminho é selecionar a melhor opção. Vitelli (2016) e Rodriguez (2012) destacam a questão da falta de maturidade como um dos fatores para evasão.

Eu estava muito na dúvida do que eu realmente queria... Se eu queria a parte de Nutrição ou coisas do gênero. Em farmácia você também pode trabalhar com a parte de manipulação de alimentos. Eu pensei no começo um pouco por conta disso, **mas aí pensei: “Pô, eu não quero trabalhar com isso, eu quero trabalhar**

**mais com o corpo, parte do movimento”. E foi daí que eu vi que o que eu queria era educação física. (...) Então, aquela coisa, você saiu muito novo ainda do ensino médio. (...) Eu acho que essas vivências que eu tive, tanto em Nutrição, farmácia, acho que foram válidas até para o meu amadurecimento e para chegar e falar assim: “Agora eu estou decidido”. Com educação física eu amo realmente (sujeito 11).**

No tocante aos principais motivos de abandono, os sujeitos relataram: desestímulo com o curso; falta de afinidade com a área; incompatibilidade de horário do trabalho com o curso, em virtude de ser integral; falta de paixão pelo que estava fazendo; questão financeira, perda da bolsa-auxílio; grade curricular pesada com muita química e biologia, não ter contato com a área de Nutrição no início do curso; grade curricular extensa, muitas horas de aula da mesma disciplina; distanciamento entre teoria e prática, pois a prática só ocorre nos períodos finais; mercado de trabalho, preocupação em se ter o retorno desejado; deslocamento entre campus, tendo em vista que a disciplina de psicologia é na Praia Vermelha; intervalo pequeno entre uma disciplina e outra, com pouco tempo para almoçar; Nutrição como segunda opção; reprovações no ciclo básico; questões familiares.

#### 7.4 OS CRITÉRIOS DE ACESSO E AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

De acordo com Santos (2018), há uma correlação entre a identidade étnica e a condição socioeconômica, bem como em relação às possibilidades de acesso à universidade, que foi ampliado a partir de programas de ações afirmativas, tais como a reserva de vagas destinadas a alunos oriundos do ensino público e com identidade étnica. A implementação de políticas para expandir o ensino superior aumentou o número de matrículas de pretos, pardos e indígenas nos espaços universitários.

No entanto, não basta dar condições de acesso, é necessário que o educando permaneça, conforme destaca Santos (2018). Logo, a entrada dos estudantes por meio dessas medidas deve visar não só o ingresso, mas também o acompanhamento, sobretudo, durante os primeiros anos, nos quais, por vezes, ocorrem altas as taxas de abandono. No que se refere ao acesso à universidade, Santos (2005) afirmou que, em muitos países, são fatores de discriminação: a classe, ao gênero ou raça, o que torna o ensino superior uma mistura de mérito e privilégio.

Nagai e Cardoso (2017); Gilioli (2016); Souza, Silva e Gessinger (2016); Vitelli (2016); Rodriguez (2012); Vivas (2011) atribuem os principais fatores de evasão à falta de recurso financeiro para se manter na faculdade e à dificuldade na aprendizagem. Nagai e Cardoso (2017) afirmam ainda que alunos de classificação socioeconômica mais baixa, quando recebem apoio da assistência estudantil, apresentam altos índices de conclusão.

Segundo Mello (2014 apud NAGAI; CARDOSO, 2017), uma das ações apontadas para diminuir a saída dos estudantes é a oferta de bolsa de permanência. Tal assistência pode contribuir com aquele educando que não tem condições de estudar em uma universidade que, embora, seja pública, possui muitos gastos com transporte, alimentação e material acadêmico.

Tontini e Walter (2013) relatam que alunos com situações financeiras desfavoráveis têm a possibilidade reduzida de continuar na IES, pois sofrem com ansiedade e estresse, enquanto estudantes de nível socioeconômico mais elevados possuem a predisposição a permanecer. Por isso, ressalta-se a importância da existência de políticas que se voltem para a permanência do estudante nas universidades, como o fortalecimento de apoio financeiro aos que mais precisam.

Santos (2005) critica a redução do compromisso político com o ensino superior e com a educação, em geral. Para esse autor, a crise institucional da universidade, na maioria dos países, foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público nas políticas educacionais e pela, conseqüente, secagem financeira e descapitalização das instituições públicas de ensino.

O primeiro motivo para eu cancelar a matrícula foi a bolsa, por quê? Quando eu entrei em 2015.2, a gente já entra recebendo aquela bolsa de auxílio né? Ingressante que tem a validade de um ano se entra .1 e quem entra no segundo semestre recebe só seis meses. Aí como eu fiz a matrícula e entreguei a documentação, a pessoa lá da Reitoria me falou que a bolsa tem validade de um ano! Eu só teria que renovar após um ano e eu entrei em .2. Quando foi no próximo período 16.1 a minha bolsa foi suspensa porque como eu entrei em .2 duraria só seis meses. Aí voltei na Reitoria a pessoa nem estava lá mais, não tinha nem como contestar. E aí eu tinha que ter me inscrito naquele processo que faz avaliação da bolsa todo ano. Não me inscrevi, não sabia. (sujeito 5).

Sou cotista, mas não entrei pela cota de renda. Mas mesmo, às vezes, a gente tendo a renda um pouco a mais de um salário-mínimo por pessoa, nem sempre é tão fácil. Então, realmente foi em 2015 mesmo, quando eu comecei o segundo período, **meu pai teve um problema e tive que ter ajuda dos meus amigos para conseguir vir para faculdade, porque ficou bem complicado porque são quatro passagens.** (...) O segundo período eu achei bastante pesado, que a gente fazia acho que oito matérias, eu acho. Foram bastantes matérias. Tinha uma na Praia Vermelha, que é Comunicação. Assim, **sentia pesar também por morar longe, né? Aí tem que ficar o dia todo, ir para casa duas horas, chegar para estudar e voltar no outro dia. E tendo a bolsa não foi um problema. Mas como eu te falei, se eu não tivesse a bolsa aí realmente eu teria que optar por uma... Que seria o curso à noite, né? Ou outra universidade que me permitisse um período, um horário mais flexível** (sujeito 9).

Eu tinha bolsa (...) não sei se é o termo correto baixa renda mas, assim, **meu pai era o único que estava trabalhando no momento e só ele tinha um salário para cinco pessoas. No caso, meu irmãozinho era bebê, tinha uma irmã pequena, e tal. (...) Eu consegui me manter com ajuda de uma tia para morar na casa dela e com a bolsa também, né? Conseguia me manter. Isso para pegar ônibus, para comer lá no restaurante da universidade.** Porque ela me ajudava muito, já me dava casa, me dava as outras coisas, comida todo dia, lugar para dormir. Não era só com a bolsa que eu fazia tudo que precisa para gente continuar estudando aqui (sujeito 10).

São notórios o acesso e a permanência de estudantes de classes menos favorecidas nas universidades públicas a partir de política de ações afirmativas, a fim de garantir menores desigualdades socioeconômicas e educacionais. Como relatado pelos sujeitos acima, a bolsa-auxílio para se manter em um curso integral, em que não há possibilidade de conciliar estudo e trabalho é muito importante para aqueles que não têm os pais ou algum familiar para arcar com as despesas de condução, alimentação, material. Atualmente, dos 435 estudantes matriculados no curso de Nutrição da UFRJ, 198 (45%) entraram por cota.

## 7.5. DESAFIOS RELACIONADOS AOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A maioria das escolas públicas tem o ensino deficiente no que se refere a alguns assuntos, conforme observado na entrevista dos sujeitos 1, 5, 9 e 11. Essa lacuna pode prejudicar a aprendizagem do aluno em determinadas disciplinas do nível superior, tendo em vista que na universidade existe o pressuposto de que o aluno deve ingressar com certos conhecimentos adquiridos no ensino médio.

**Eu odeio química com todas as minhas forças e eu não consigo mesmo aprender química por deficiência do ensino médio. E eu vi que eu ia ficar ali naquele ciclo básico para sempre** (sujeito 1).

**Eu vim de escola pública tinha uma dificuldade muito grande em biologia e química, muito mais em química. Tanto é que a matéria que eu reprovei no primeiro período foi química.** E chegou no segundo período tinha bioquímica, então (...) eu não tinha um apoio nessa área de biologia e química (sujeito 5).

Por conta de eu vir de escola pública eu tive um ano só de química e foi também **uma das causas de eu não ter conseguido um melhor rendimento.** Foi me desestimulando e eu fui pesquisando outro curso (sujeito 9).

**Eu tive uma boa base assim, acho que isso ajuda muito em muitas matérias. Até o fato de ter tido uma boa base consegui levar muitas matérias.** Mas acho que cheguei sim a reprovar em Anatomia, mas assim agora eu não estou lembrado, mas eu cheguei a reprovar sim. **São muitas disciplinas ao mesmo tempo, no mesmo período** (sujeito 11).

Freire (2001) afirma que, por mais fundamentais que sejam os conteúdos, a sua importância efetiva não está apenas neles, mas na maneira como são apreendidos pelos educandos e incorporados à sua prática.

Nagai e Cardoso (2017) afirmam que o baixo desempenho no ensino médio reflete em dificuldades nas primeiras disciplinas da graduação, acarretando reprovações e resultando no abandono ainda nos primeiros semestres do curso.

Vitelli (2016) afirma que a defasagem existente entre a formação ideal dos alunos na educação básica, com consequência direta no nível superior, mostra que os níveis de ensino precisam se preocupar em proporcionar uma maior integração entre essas etapas.

Em alguns casos, o aluno se sente culpado por não conseguir acompanhar os conteúdos ministrados e o currículo oculto contribui com isso, através de atitudes e comportamentos. Santos (2005) ressalta que a valorização do ensino superior é essencial, de forma que possa credibilizar outros saberes e adquirir mais presença na sociedade.

Vivas (2011) destaca a importância que o acesso aos níveis mais altos de escolarização requer dos estudantes, como a aquisição de linguagens, códigos e competências básicas condizentes com o universo cultural, acadêmico, tecnológico e profissional a que terão contato após o ingresso na educação superior. Muitas vezes, esses educandos não têm assegurado no ensino médio os conhecimentos básicos compatíveis com essa etapa, tampouco a maturidade intelectual e profissional que se espera deles quando ingressam na universidade, como pode ser observado na entrevista do sujeito 9.

Na época de Nutrição eu não, **eu acredito que não me dediquei tanto quanto eu poderia e já em educação física eu tive uma maturidade maior.** Então eu acho que **tive muita dificuldade com a defasagem que eu tinha.** Eu corria atrás, pedia ajuda de outros professores de cursinho, assistia aulas de cursos online para ter um melhor rendimento (...), **mas eu acho que foi falta minha por não ter essa base que a UFRJ exige para você passar nas disciplinas.** Talvez eu não tenha podido me dedicar tanto quanto eu poderia (sujeito 9).

Os sujeitos entrevistados relacionam seus desafios de aprendizagem à deficiência que traziam consigo do ensino médio, por serem de escola pública e terem tido uma defasagem no ensino de biologia e química principalmente, disciplinas que são do ciclo básico do curso de Nutrição. Podemos observar também um sentimento de culpa, em virtude dessa defasagem proveniente do ensino médio por não conseguirem êxito nas disciplinas e obterem a aprovação.

## 7.6. A FALTA DE INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

A evasão é um problema real e objeto de preocupação, mas neste estudo observamos que, na maioria das vezes, foi um momento de buscar algo melhor para si, como pode ser observado na entrevista dos sujeitos 1, 3 e 5. Gadotti (1988) afirma que o ato educativo é, sobretudo, decisão, principalmente porque moldará o nosso futuro.

Nutrição foi minha primeira opção. Eu até tinha conhecimento sobre as matérias que seriam das áreas biológicas, mas **não era o que eu queria de fato, foi mais por pressão da família que eu fui fazer Nutrição.** (sujeito 1).

Eu já tenho uma formação. Sou formada pelo SENAC como chefe executivo de cozinha. Quando eu vi essa oportunidade de fazer Nutrição, é uma forma de complementar as áreas gastronomia com Nutrição. Então, foi a partir daí que me interessou, eu pensei: “Vou ter mais conhecimento, **vou poder unir as duas áreas**”. Então, foi assim. Eu tinha pesquisado um pouco, **eu gostaria de ter conhecimento de Nutrição de produção, saber um pouco mais dos alimentos, né? Principalmente, saber explicar o potencial nutricional de cada um** e foi por esse motivo eu ter escolhido Nutrição para fazer aqui na UFRJ (sujeito 3).

Eu tinha informações sobre o curso sim. Eu fiz um pré-vestibular social e eles tinham um acompanhamento assim psicológico-pedagógico e uma vez por semana a gente se reunia para conversar sobre os cursos e nossas aptidões profissionais. E sempre, sempre, eu sempre quis fazer Nutrição, eu já cheguei com esse curso na cabeça que eu queria fazer Nutrição. Durante o curso sempre apontava administração, ciências contábeis, mas eu sempre ignorei porque eu sempre quis fazer Nutrição, então sempre ignorei essa parte de Negócios, Administração então eu conheci mais da profissão. O curso levou algumas pessoas que já eram da área para conversar com a gente, então assim não foi nenhuma influência. As pessoas me influenciaram a escolher outra coisa, mas eu queria escolher Nutrição e foi o que eu escolhi mesmo na época. Pode ser que eu me formaria em administração, sim! Mas na época eu queria Nutrição (sujeito 5).

Ocasionalmente, opta-se por algo em que se acredita como sendo a melhor escolha no primeiro momento, mas depois essa decisão passa a não fazer tanto sentido. Por isso, a importância de seguir por outros caminhos, o que alguns podem considerar como loucura, mas que trarão felicidade, mesmo que não seja a profissão melhor remunerada ou que tenha posição de destaque na sociedade. Gilioli (2016) aponta como um dos motivos para evasão o descontentamento com a profissão escolhida e as dificuldades de adaptação ao curso.

Ao ingressar na graduação, acredita-se que se conhece o curso, mas a prática pode ser bem diferente, pois muitas vezes há uma ideia romantizada da profissão. Gadotti (1998) faz uma crítica sobre a universidade estar isolada da educação básica e acredita que uma maior interação pudesse contribuir para que os alunos do ensino médio conhecessem um pouco melhor o nível superior, os cursos oferecidos e sua atuação no mercado de trabalho. Gurgel

(2011) afirma que a escolha da carreira causa dúvidas, pois, na maioria das vezes, a decisão é tomada de forma imatura e, além disso, pode ser associada à falta de conhecimento sobre a área escolhida. Ainda aponta como motivos de evasão o fato de o aluno não conseguir obter pontuação para a primeira opção de curso, o que acarreta uma matrícula para uma graduação escolhida como segunda opção. Para Bardagi e Hutz (2009), a desorientação e o desamparo na chegada à universidade e ao curso, a falta de informação, o despreparo para lidar com a diferença entre o ensino médio e o ensino superior, a dificuldade de acesso aos professores e a superficialidade nos contatos interpessoais podem motivar a evasão.

**Eu acho que Nutrição era uma parte muito importante da minha vida naquela época. Eu ia em nutricionista e eu adorava a minha nutricionista, minha “ídola” número um. E aí eu acho que isso me influenciou muito, porque eu achava a minha nutricionista muito maravilhosa e eu tinha muito interesse sobre alimentos. Eu gostava de saber como me alimentar bem.** (...), mas na minha cabeça eu pensei mais no que ia aprender sobre Nutrição, e não do que eu ia ser na minha vida (...) na profissão mesmo, entendeu? No que eu ia fazer sendo nutricionista. Talvez, eu ache que isso tenha sido o grande problema.

E eu não me informei o suficiente sobre como era o curso. Eu sabia que ia ter muita biologia, ia ter química, mas eu não tinha noção do quanto ia ser. **E eu acho que têm coisas que você só aprende entrando na faculdade mesmo, por exemplo, eu gostava de biologia no colégio, no ensino médio, no pré-vestibular. Só que quando eu entrei aqui era uma biologia muito a fundo, era uma biologia muito específica** para coisas muito pequenas, muito específicas e isso não foi uma parte que me interessou (sujeito 6).

**Eu tinha um conhecimento muito básico sobre a profissão do nutricionista,** porque quando a gente entra aqui é uma outra coisa completamente diferente. Você tem contato com pessoas que são de outros períodos. Essas pessoas de outros períodos compartilham as experiências deles com a gente sobre o curso, alguma disciplina específica. Então a visão que eu tinha do colégio e a visão que tinha na faculdade assim ampliou bastante (sujeito 7).

**Eu conhecia pouco,** mas assim a minha questão era mais relacionada a essa área esportiva, não seria tanto a área clínica, de hospital, eu pensei de fazer Nutrição mais por essa área mesmo esportiva, entendeu? (sujeito 9).

**Não tinha muita informação sobre o curso, tanto que eu fui muito surpreendida que eu tinha uma dificuldade muito grande, porque eu sempre tive dificuldade numa disciplina específica que era química.** Então eu tive que batalhar muito para conseguir tirar boas notas e tal no ensino médio, mas aí quando chegou na faculdade primeiro ano de Nutrição é praticamente só química. **Então eu tive uma dificuldade muito grande, tive que fazer de novo a mesma disciplina que é química analítica experimental, eu e mais umas acho que mais umas trinta alunas que também reprovaram na disciplina** (sujeito 10).

**Eu tinha assim muito pouca informação do curso de Nutrição, acho que entrei mais pela vivência que eu tinha, que eu gostava dessa parte de alimentação, cuidar do corpo, mas não estava certo, não fui a fundo no curso. Minha primeira opção mesmo foi engenharia. Entrei e fui parar em farmácia, não gostei de farmácia. Foi um processo de descobrimento, eu acho.** (...) acho que valeu a pena a vivência. Tipo algumas matérias que eu fiz, as poucas amizades e

tal, mas eu acho que eu entrei assim já com a cabeça meio em educação física (...) foi minha mãe mesmo quem comentou faz então educação física.

**Estava numa mentalidade muito assim que tem que ter um diploma**, tal, um pouco da sociedade, essa coisa de ter diploma né, aí você sai do ensino médio sabendo que você precisa entrar numa faculdade, que precisa do diploma. (...) É uma cobrança dos pais, dos amigos, e da sociedade.

Você entra e fica meio perdido, né? Eu acabei me descobrindo dentro da faculdade mesmo. Acho que teria ajudado ter um momento, sei lá, de ter tempo pra pensar e saber melhor o que você quer ser... Teve momentos que eu fiz, tipo assim, na Nutrição que às vezes eu tranquei o período, foi um momento mais ocioso, mas aí você vai vendo onde você quer trabalhar. **Foi um processo de descobrimento**, né? (sujeito 11).

Grande parte dos sujeitos entrevistados tinha alguma informação sobre o curso de Nutrição, uns mais, outros menos; aqueles que escolheram Nutrição como primeira opção tinham mais informações sobre o curso. As outras escolhas se deram por vários motivos, como pressão familiar, admiração pela nutricionista ou ideia romantizada do curso. Vale destacar que, mesmo se tendo um conhecimento prévio sobre, só se sabe, de fato, o que é o curso quando se está cursando, pois só então se vê o grau de dificuldades, os desafios, as perspectivas. A partir disso, surge o embasamento para a tomada de decisão em permanecer ou não.

## 7.7 A EVASÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE E AS NECESSIDADES DE MUDANÇA NA CULTURA INSTITUCIONAL

Os serviços prestados pela instituição podem fazer muita diferença na vida do aluno, através do acolhimento e da orientação, pois eles interferem na decisão do aluno sobre evadir ou não do curso. E ainda que opte pela evasão, um corpo técnico capacitado pode conceder orientações ao discente sobre o aproveitamento de disciplinas, a realização de uma transferência interna ou até mesmo a disponibilização de outras informações. É necessário que o servidor público tenha a consciência da sua missão e atenda com qualidade o público. Freire fala que as relações precisam ser afetivas e democráticas.

Lutar por uma instituição de ensino superior pública e de qualidade é investir também no seu corpo técnico. A crise do ensino universitário, por via da descapitalização, é um fenômeno global, afirma Santos (2005), que afeta a universidade com um todo, trazendo prejuízos aos discentes, docentes e técnicos e gerando perdas à qualidade da instituição. Bardagi e Hutz (2009) ressaltam que a evasão é um aspecto negligenciado pelas IES e que tem sido atribuída tal responsabilidade totalmente aos alunos.

Na pesquisa realizada por esses autores, estudantes declararam desconhecer alguns serviços que a universidade pudesse lhes oferecer após a entrada no curso, mas sugeriram outros, tais como a oferta de orientação de carreira, a concessão de informações sobre as regras de trancamento de matrícula, a disponibilização de pessoas que pudessem auxiliá-los no momento em que pensam em abandonar o curso. Os alunos verbalizaram que a instituição não se interessa por suas dificuldades durante a graduação e nem se preocupa em identificar os motivos de saída ou em auxiliar no processo de transferência ou reopção, causando frustração. Relatam ainda o descaso com que a universidade trata esse problema, a partir do momento que consideram a evasão como uma questão individual sobre a qual não pode interferir:

[...] quando eu fui lá para cancelar, eles só perguntaram o motivo pelo qual tu quer cancelar, tu risca ali 'descontentamento'... tu só risca...eles podiam pelo menos ver o que tá acontecendo, pô, tu tá há dois anos no curso, quer sair e ninguém pergunta nada...isso aí não teve preocupação deles... (BARDAGI; HUTZ, 2009, p.100).

De acordo com Gilioli (2016) a integração à vida acadêmica, o aprimoramento de currículos e percursos formativos, os programas de assistência estudantil, as bolsas e os acompanhamentos mais sistematizados de docentes junto aos alunos com dificuldades são algumas das medidas que dependem, prioritariamente, das IES para diminuir a evasão. É no

âmbito da autonomia administrativa e pedagógica das universidades públicas que a maior parte das ações podem ser tomadas e ter efetivo impacto para combater a evasão estudantil. Bardagi e Hultz (2009) concluem que esse problema é uma consequência de múltiplos fatores e um deles é a instituição se considerar como responsável pela permanência do educando. Dessa forma, poderia desenvolver estratégias pedagógicas e bem-estar psicológico, através da criação de um espaço para o atendimento da comunidade discente.

**Eu fui muito bem acolhida, principalmente pelas meninas da secretaria. A coordenadora do curso também me ajudou bastante, me orientou. E assim, graças a Deus, eu fui muito bem acolhida nesse processo todo e orientada também, né?** Porque eu não me precipitei, elas foram muito importantes, falaram: “Experimenta isso, procura esse tal professor para você fazer essa disciplina, né?”. **Então, foi graças a Deus. Eu passei por um bom processo na minha escolha, fui muito apoiada pela faculdade** (sujeito 3).

As meninas da secretaria sempre me trataram muito bem, **sempre tive bastante apoio, acolhimento, momento de conversa.** Foram conversas informais, não era nenhum tipo de grupo, de orientação, nada disso. Eram conversas informais mesmo e nessa troca de informações (...), obviamente que eu já estava um pouco mais decidido sobre isso, até por questões que eu não ia largar o trabalho para dar sequência aqui ao curso, né? No momento não era possível financeiramente fazer isso.

Se não fosse essa orientação, talvez eu teria cancelado a matrícula logo no início, né? Ao invés de trancar. **Talvez a orientação delas: "Em vez de você cancelar, não quer pensar em trancar o período? Você tem a possibilidade de trancar. Tranca o período, vê se as coisas não vão mudar lá ou se não vai mudar aqui".** Até porque, na época, estava uma movimentação grande em relação à mudança de currículo aqui no instituto, que talvez pudesse ser criado um curso noturno. Na época, se discutia esse tipo de situação com o corpo discente, com o corpo docente também, tinha um grupo que realmente se mobilizava e tratava sobre esse tema de currículo, alteração de currículo e de possibilidade de curso noturno. Como isso estava sendo discutido no momento de eu trancar, o que me fez trancar e já não cancelar o curso foi justamente isso. Esperar esse tempo para ver se ia ter alguma alteração. Como não teve e eu também ia dar outro direcionamento na minha vida, eu preferi vir aqui e fazer o cancelamento.

Meu caso era muito específico, acredito que um acolhimento, talvez, eu não sei, se aqui há possibilidade de... se fosse possível isso, mas se tivesse um grupo de aconselhamento, ou um grupo de acolhimento que pudesse ver ou chegasse na conclusão de que aqui você não tem condição de continuar, porque o currículo é dessa forma, porque o horário é esse. Mas a UNIRIO ela tem. O que aqui a gente pode fazer é um encaminhamento para UNIRIO para, por exemplo, uma transferência externa, uma transferência entre campus, uma mobilidade acadêmica, alguma coisa nesse sentido pudesse ser feito, né? Porque tem disciplinas que, por exemplo, não sei se lá vão aceitar as que eu cursei aqui. Enfim, se tivesse uma interação maior entre as instituições poderia sim, por exemplo, como uma parceria, talvez, eu não sei. Como a UFRJ não tem o curso noturno, os alunos que ficaram preso em uma, duas, três disciplinas ou que, por exemplo, durante um ano e não têm condições de assistir as aulas aqui por causa de um trabalho, qualquer coisa, mas à noite ele teria, se tivesse, uma parceria, de repente com a UNIRIO. E olha 10%, 20% de disciplinas lá... da vaga de determinada disciplina é para pessoas da UFRJ na parte noturna. Então, **seria interessante essa mobilidade, se tivesse essa possibilidade de contato de uma instituição com outra.** (sujeito 4).

Olha, eu fui à Secretaria, esqueci o nome dele, é um menino muito simpático, esqueci o nome dele. Ele trabalhava lá no instituto. (...) Aí ele ainda falou comigo: “Mas por que você vai trancar?”. Eu cheguei e falei: “Quero cancelar minha matrícula”. Aí ele foi e falou: “Olha, para cancelar a matrícula é lá no protocolo”. Esqueci o nome do lugar, mas era perto daquela estátua lá da UFRJ. Aí ele falou assim: “Ah, mas por que você quer trancar o curso? Você tem certeza disso? Não sei o quê...”. Eu falei: “Sim!”. Não dei muito papo também não. Eu só queria cancelar e pronto, então eu nem quis responder muito, fiquei mais na minha. Mas ele fez umas perguntas sim, ele perguntou “Por que você vai trancar?”, **se eu tinha certeza de que ia conseguir outra coisa, outra faculdade...** Aí foi só isso, não teve nenhuma coisa assim... Uma conversa, um auxílio. Falaram que ia ter apoio pedagógico. Eu nunca vi! (sujeito 5).

**Eu acho que o primeiro ponto é essa questão de acolhimento. A forma como a gente recebe os novos alunos, acho isso importante.** (...) Acho que um pouco de compreensão por parte dos professores, se o aluno atrasa dez minutos porque ele estava almoçando. Um pouco mais de empatia com as dificuldades dos alunos, né? (sujeito 7).

**Quando eu vim para perguntar como eu faria para cancelar não teve nenhum acolhimento, nem essa questão da pergunta de “por que?” ou uma conversa de o que a gente pode fazer para melhorar, não houve.** (...) Embora no meu caso não teria ajudado muito, porque era questão de não ter tido afinidade mesmo com o curso. Mas eu conheci pessoas que tiveram problemas financeiros ou que tiveram problemas com o modo fechado como a grade era organizada. E acho que, por exemplo, se essas pessoas tivessem tido esse acompanhamento... alguma pessoa lá para conversar e estar lá presente para conversar, talvez a pessoa não desistiria. (sujeito 8).

**Eu acho assim, foi como eu até tentei na época conversar com uma das moças da secretaria: “Eu sei que é um pouco absurdo o que eu estou falando, mas assim, não tem como eu transferir o curso pelo menos só esse ano para o Norte? Até que eu consiga... eu sou a única filha mulher da minha mãe, eu preciso voltar para Belém. Eu tenho que resolver essa situação, sou a única pessoa que enfrenta meu pai”. E ia acontecer realmente. Minha mãe saiu de lá, hoje ela vive bem, mora comigo, enfim... Eu consegui resolver a situação porque ela é aquela mulher que, aquela pessoa que sofreu a vida inteira que não ia tomar atitude nunca, nunca ia sair da agressão, então só eu podia fazer isso. Quando eu me afastei que eu morei fora um ano, que não tinha ninguém para proteger e ela se viu só, aí ela entrou em desespero, tive que voltar para fazer isso.** Fui na secretária, expliquei toda minha situação disse que queria transferir o curso para UFPA, a federal de lá do Pará, e só até eu me estruturar, a gente vê como ia morar, se manter, todas essas questões e depois eu ia querer voltar para UFRJ ou então que **queria trancar o curso, resolver a situação que eu tinha para resolver e levá-la pro Rio,** entendeu? Só que aí eu não consegui fazer isso. Eu acho que se a instituição poderia fazer algo... Poderia ter facilitado a minha vida nesse momento. Só que eu entendo que eram questões de normas e tal, que eu não cumpri todas as regras. Tinha que cumprir pelo menos três períodos, eu acho. Não me lembro agora, tinha que ter uma comprovação, alguma coisa assim e foi só isso mesmo. Mas respondendo a sua pergunta “Se a instituição poderia fazer alguma coisa para que eu não sáísse?”, eu acho que era isso: **ter deixado eu transferir ou então ter trancado o curso para voltar depois que eu tivesse resolvido a minha vida, né? Com as questões pessoais...** (sujeito 10).

Você vê no primeiro período muitas pessoas novas chegando, com a mentalidade da escola, com essa coisa do Enem. Eu não sei como está agora, mas na época **eu percebia muitas pessoas que queria medicina e foi parar em Nutrição como segunda opção. Ou que queria primeiro, tipo farmácia... Você via muita gente**

**que queria uma outra coisa e por conta do SISU foi parar lá. (...) acho que seria válido e toda essa coisa de apresentar o curso.** Ver se realmente a pessoa está decidida no que ela quer.

**(...) Acho que poderia, assim, ter mais matéria... apoio para matérias difíceis, tipo bioquímica, anatomia, de poder montar um suporte, grupos de estudo. Acho que seria válido e, também, toda essa coisa de apresentar o curso** (sujeito 11).

Imputar a responsabilidade da evasão totalmente aos alunos, como se fosse um problema individual sobre o qual a instituição não pode interferir é um erro, pois autores como Bardagi e Hultz (2009) e Gilioli (2016) afirmam que a criação de um espaço para o atendimento da comunidade discente, pode contribuir com o bem estar psicológico e de forma pedagógica para o estudante.

Alguns sujeitos relatam terem sido muito bem acolhidos pela coordenadora do curso e pelos servidores que trabalham na secretaria do curso de graduação, onde obtiveram informações, orientações, apoio, momentos de conversa, mesmo que informais. Outros relataram a falta de acolhimento na hora em que foram comunicar sua decisão de sair do curso. Acreditam que é necessário um melhor acolhimento na recepção dos alunos, uma apresentação do curso quando ingressam, um pouco mais de empatia dos professores com os alunos e ainda um suporte para matérias nas quais a maioria mais apresenta dificuldades.

Gilioli (2016) afirma a responsabilidade do governo federal em promover políticas e estímulos contra a evasão, mas ressalta que iniciativas de caráter unicamente nacional não são suficientes, tendo em vista a realidade local de cada instituição, de cada indivíduo. Por isso, é preciso que a instituição realize o acompanhamento de seus discentes.

## 7.8 RELAÇÕES INTERPESSOAIS E O RELACIONAMENTO COM A TURMA

Os Relatos dos evadidos, sujeitos 1, 3, 6, 7, 10 e 11 demonstram que o relacionamento com os colegas de turma pode influenciar na permanência no curso e alguns autores afirmam que o maior índice de evasão ocorre nos primeiros anos da graduação.

**Eu detestava a minha turma também. Só gente metida, todo mundo muito riquinho,** numa turma de quarenta, fiz três amigas, que eram daqui do meu bairro (sujeito 1).

Não tinha problema algum, **era ótimo.** Me relacionava super bem com a turma, com os professores também. (sujeito 3).

**Eu acho que eu demorei mais a sair do curso por isso, sinceramente. Eu acho que foi uma coisa que me prendeu muito. (...) Eu não queria sair porque eu gostava muito de ter minhas amigas aqui, e gostava muito da rotina de estar com os meus amigos. E aí acho que foi por isso que eu enrolei mais um pouquinho para sair, tive um pouquinho mais de receio de sair.** Mas sim, eu tenho as minhas amigas daqui até hoje, estava falando com elas agora. (sujeito 6).

**Eu acho que pode influenciar muito o relacionamento que você tem com a turma. Eu senti isso porque na minha sala no primeiro período tinha uma menina que ela era do Acre, não do Acre não, de... Ela era de onde? Ah ela era peruana. Ela era peruana! E aí assim ela tinha muita dificuldade. Ela tinha muita dificuldade de se inserir.** E assim ela era ótima, ótima em questão de estudo e tudo o mais, mas ela tinha muita dificuldade de se inserir sabe. Então ela estava sempre perdida, perguntando alguma coisa para alguém. Não sei se ela continuou ou se ela saiu, mas ela tinha bastante dificuldade. **Era uma turma muito dispersa, as pessoas trabalhavam muito independentemente,** pouquíssimas pessoas trabalhavam um pouquinho em grupo, específicos, enfim... (sujeito 7).

Olha, por eu ser do Pará, e acho que eu era a única pessoa que era do Norte naquele semestre ali, né? **E eu acabei ficando um pouco mais retraída, porque estranhavam muito o sotaque: “Ah você fala assim?”, “No Pará tem isso?”, “No Pará tem aquilo?”, (...) rolava bullying, tinha umas brincadeiras um tanto pesadas, então eu acabei me afastando de mais da metade da turma. Fiz amizade desde o início com pouquíssimas pessoas que são minhas amigas até hoje, amigas mesmo e uma delas foi até minha madrinha de casamento. Foi aí que eu conheci, consegui acho que conhecer o lado podre do Rio, dos riquinhos na sala também.** Sempre tem gente para atrapalhar, jogar areia no seu olho, mas tem gente para estar ali contigo, para te apoiar. (...) Eu não poderia ter escolhido pessoas melhores para ser minhas amigas e me acompanhar nesse um ano que eu passei lá, um pouco mais de um ano. Já estava entrando no terceiro período, mas são, assim, pessoas que me fizeram... que me sustentaram, né? Eu só consegui ficar por tanto tempo por conta delas. Motivos maiores, como eu já disse, me fizeram sair, mas elas foram fundamentais (sujeito 10).

Eu acho que também foi minha mentalidade, quando eu entrei já não estava querendo tipo... eu estava na dúvida ainda se realmente era isso, fui vendo as matérias. Foi através das matérias... Umas eu gostei, outras eu vi que realmente que, profissionalmente não é isso assim. Eu queria começar do zero. Mas assim, agora eu criei um vínculo de amizade. Estou gostando. Agora estou levando muito mais tranquilo o curso. Mas eu acho que se tivesse entrado em Nutrição e falado “eu quero realmente Nutrição desde o começo” Eu acho também que desde o

começo eu teria criado vínculo, teria feito amizades. **Porque realmente faz uma diferença incrível ter amizades** (sujeito 11).

Santos (2018) ressalta que a entrada dos alunos através de ações afirmativas deve visar não somente o acesso, como também o acompanhamento, sobretudo, durante os primeiros anos onde são, por vezes, altas as taxas de abandono. Figueiredo e Orrillo (2020) afirmam que o papel da universidade vai além do desenvolvimento de habilidades técnicas nos estudantes e também deve estimular o pensamento, a busca pelo conhecimento, a emoção e a criticidade, enfatizando que as relações humanas não podem ser desvinculadas do seu contexto social. Mello *et al.* (2012) apontam como um dos pontos de evasão a relação entre os alunos, o curso e os docentes.

Grande parte dos sujeitos entrevistados relata ser importante ter um bom relacionamento com a turma. Há relatos de que se detestava a turma, pois era “um bando de metidos”; que a turma era muito dispersa, em que poucas pessoas trabalhavam em grupo; relato de *bullying*, em virtude de ser de outro estado e ter um sotaque diferente, mas há também relato de que as amizades foram o motivo de não ter deixado o curso antes.

Ter um convívio agradável no ambiente em que se passa tantas horas do dia, por alguns anos da sua vida, faz diferença. Os grupos normalmente são criados por afinidade, e neles ora se encontra apoio, ora se dá apoio, nesse período tão importante da vida em que se está decidindo seu futuro profissional. Algumas vezes são amizades que ficam para vida, mesmo que o curso não seja levado adiante, como podemos observar em alguns relatos.

## 7.9 SENTIMENTOS DOS ALUNOS RELACIONADOS À EVASÃO

A evasão é vista por muitos de maneira negativa. Estudos realizados por Gilioli (2016) demonstram o relato de entrevistados em relação à fragilidade na escolha do curso. Tal situação pode vir a contribuir para o processo de evasão, podendo repercutir em falsas expectativas que, ao não serem atendidas, contribuem para o surgimento de sentimentos de decepção, desmotivação, perda do entusiasmo e frustração.

Bardagi e Hutz (2009) relatam que os alunos demonstram tristeza, solidão, vergonha, culpa e raiva após a saída do curso. No entanto, outros estudantes apontam alívio e satisfação após a evasão. Esses autores ainda afirmam que o abandono é algo positivo, quando resulta de um amadurecimento pessoal e vocacional, culminando na troca de curso e na opção por uma carreira que se aproxima mais do seu ideal.

Podemos observar que todos os entrevistados, após a saída de Nutrição, se matricularam em outro curso, retomando os estudos universitários. Paulo Freire sustenta a educação como prática de liberdade, como transformação do seu mundo. Para ele, ensinar a pensar e problematizar sobre a sua realidade é a forma correta de se produzir conhecimento, pois é a partir daí que o educando terá a capacidade de se compreender como um ser social.

**Sair da Nutrição foi a melhor coisa que eu fiz** (sujeito 1).

**Assim eu vejo assim, não me arrependo, sabe? Porque eu estou muito mais feliz no lugar onde eu estou, sou muito grata por esse curso que eu escolhi.** Aprendi, estou aprendendo bastante, estou tendo inúmeras oportunidades na Universidade sabe. (...) **nenhum arrependimento porque eu estou feliz onde eu estou** (sujeito 3).

**Olha, eu não tenho nenhuma frustração não. O único pensamento foi que, por exemplo, se eu tivesse continuado, se eu tivesse tido a possibilidade de continuar na época que eu comecei, se tivesse dado sequência agora eu já estaria, se não me engano, finalizando o curso.** (...) Mas não estou frustrado não, pelo contrário, eu estou muito tranquilo e obviamente quem sabe mais pra frente eu até busque fazer Nutrição, (...) mas agora eu não penso. Talvez no futuro até possa vir a pensar nisso novamente, mas dificilmente seria aqui por questão do horário que é impraticável pra mim e pra meu atual momento de vida, questão de trabalho e horário (sujeito 4).

**Olha no início eu pensei que eu fosse ficar triste, mas hoje em dia eu não fico não porque eu não estava bem, eu estava triste, eu estava pra baixo e se eu continuasse ia ficar pior, entendeu? Então eu acho que cada um trilha o seu caminho de forma diferente entendeu? Hoje eu faço outra faculdade, tenho trabalho, estou crescendo no lugar que estou, então acho que foi a melhor decisão que eu tomei naquele momento** (sujeito 5).

**Para mim é tranquilo.** Quando eu saí e ainda não tinha entrado em outro, eu ficava nervosa, sinceramente. **Eu ficava nervosa com o fato de não estar cursando uma faculdade naquele momento porque sempre foi muito claro para mim qual seria o trajeto que eu iria seguir. Ensino médio... Ensino fundamental, médio, faculdade é o mínimo. Isso me deixava nervosa, mas o fato de sair da Nutrição não. Eu acho que foi um acerto, eu acho que eu realmente não me encaixava e agora eu achei um lugar que eu me encaixo melhor. E eu estou bem, estou feliz e eu acho que é isso assim...** Eu andei agora pelo CCS, aí eu vi várias salas que eu tive aula e eu não senti um sentimento de “nossa, fiz besteira”, foi um sentimento de “ah, foi um parte da minha vida, mas não deu, eu fiz o eu dava pra fazer, segui minha vida e agora eu estou bem, agora tá tudo bem”, entendeu? (sujeito 6).

**Acho que me traz felicidade assim, felicidade por elas, porque eu lido com isso como se fosse uma vitória. Tanto uma vitória para elas obviamente, para família e para mim porque acho que quando a gente gosta de alguém a gente deseja que ela seja feliz.** Então assim, fiquei muito feliz por elas. A Talita eu me lembro que quando a gente entrou aqui ela morava em Niterói, ela estava até nessa dúvida ‘saio no meio do ano pra ir pra UFF ou não saio?’, porque ela tinha nota pra ir pra UFF, só que ela preferiu ficar aqui porque a universidade era melhor. Ela sai de Niterói todo dia e ela reclamava que a cada dia que ela saía de Niterói para vir para cá era uma dificuldade, sabe? Principalmente de sexta-feira que teria para frente de um feriado porque véspera de feriado ela não chegava em casa. Mas, aí eu fui me lembrando dessas coisas e eu pensei ‘cara que bom que ela conseguiu’, eu fico muito feliz por ela. (sujeito 7).

**Eu acho que mais por ver as pessoas... As pessoas que entraram comigo tão se formando exatamente agora (...) eu os vi postando as fotos, vai ter a colação deles e tal. E eu me senti mal porque já poderia estar me formando, mas também outra coisa, será que eu estaria feliz me formando em Nutrição? Então eu penso desse lado né. Eu poderia estar sim feliz por já estar me formando e estar indo pra outra fase da vida, mas também seria uma coisa ruim por não estar amando, né? (...)** Então eu acho que é uma área que eu poderia ser bem sucedida, mas acho que se eu pensasse só nisso eu não seria feliz. não me arrependo nem um dia de ter ido para lá. Vejo que eles realmente amam, daí eu fico feliz por eles tarem se formando numa coisa que eles realmente amam. Porque eu os vejo, encontro, converso pela internet também e eu vejo como eles amam. Aí eu penso eles estão no lugar certo deles. Eu agora estou no meu lugar certo. (sujeito 8).

**Eu acho que levei isso bem tranquilo,** o fato de ter largado porque eu fui conhecendo também no meio da Nutrição pessoas de Educação Física, as matérias, fui trocando essas vivências. Eu não vi assim como uma forma ruim. (...) Também eu acho que na Nutrição desde que eu entrei eu não criei um grupo, um vínculo muito forte de amizade, eu acho que eu saí assim... passei despercebido. (sujeito 11).

Para a maior parte dos entrevistados, a saída da graduação de Nutrição foi a melhor decisão. Mas como apontam Bardagi e Hutz (2009), alguns alunos relataram, inicialmente, sentimentos como tristeza, solidão, vergonha, culpa e raiva. No entanto, não existe um culpado pela evasão. Essa questão é multifatorial, mas em virtude de termos uma educação superior elitista, um sistema meritocrático, um currículo oculto que contribui com o pensamento de que a evasão é um problema do estudante, é normal o surgimento de culpa e fracasso, a partir do momento em que o educando não consegue se manter em um determinado curso universitário.

**Eu sinto porque é uma área que eu também me interessava, mas assim eu sinto que pouco foi culpa minha mesmo de não ter me dedicado tanto quanto eu poderia. E aí quando eu mudei de curso eu tive mais maturidade pra ter notas melhor, ter um maior rendimento e conseguir concluir, mas se eu tivesse a mesma maturidade de hoje em dia eu não teria trocado, eu teria concluído e após terminar o curso eu faria Educação Física, mas não iria parar.** (sujeito 9).

**Ai meu Deus. Sim, essa que é a minha melhor amiga né, que foi minha madrinha de casamento, quando foi levar as fotos da formatura né e eu não pude ir também, aí teve toda aquela questão emocional né, por eu não tá lá com ela e ao mesmo tempo também uma questão muito pessoal de frustração ainda maior, eu fiz tanta coisa, foi um gasto tão grande pra ir, tive ajuda das minhas tias, o mais difícil eu consegui, eu já estava lá, já estava me mantendo e bateu uma frustração muito grande, só não fiquei mais mal porque o que mais pesou a minha saída não foi porque eu quis. Foi uma questão mesmo de vida ou morte, sabe. Da relação dos meus pais, era um pai extremamente agressivo, abusivo, então eu tive que voltar pra ficar com a minha mãe pra tirar ela mesmo dessa situação, enfim, foi isso mesmo que me fez sair, mas se não fosse isso, qualquer outra dificuldade eu tinha continuado. Então quando eu vi as fotos dela eu fiquei... Eu me senti muito mal, me senti muito mal mesmo porque era para eu estar... Era para eu ser formada, né?! (...)** Tinha coisa que eu amava estudar, eu amava estudar anatomia, eram coisas maravilhosas. Então quando eu vi as fotos da formatura eu fiquei muito feliz por ela, mas também fiquei com meu coração muito frustrado né? Eu queria, era para eu ser nutricionista hoje. (sujeito 10).

Podemos notar sentimentos diversos quando se trata de não ter concluído o curso. Para alguns dos sujeitos entrevistados, a saída do curso trouxe um sentimento de frustração em ver os colegas se formando e não estar presente; culpa por não ter se dedicado tanto quanto poderia; tristeza em não ter conseguido terminar. No entanto, outros sujeitos apontam alívio e satisfação, relatando que não houve arrependimento. Pelo contrário, a saída do curso trouxe felicidade e certeza de que foi a melhor decisão. Bardagi e Hutz (2009) afirmam que o abandono para alguns é algo positivo, quando resulta de um amadurecimento pessoal e vocacional, culminando na troca de curso e na opção por uma carreira que se aproxima mais do seu ideal.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Freitas (2016); Gilioli (2016); Vitelli (2016); Souza, Silva e Gessinger (2016); Ambiel (2015); Tontini e Walter (2013); Lobo (2012); Gurgel (2011); Bardagi e Hutz (2009); Campelo e Lins (2008), a evasão é vista como um problema que acarreta perdas sociais, acadêmicas e econômicas para a instituição e para todos os sujeitos envolvidos.

Nesta pesquisa, diferenciamos as três formas de evasão e acreditamos que a evasão do sistema representada pela saída de um discente do ensino superior, seja ela definitiva ou temporária, de fato causa prejuízo a todos os envolvidos. Prejuízo financeiro, no que tange os recursos investidos na IES, mas não gera o retorno esperado na sociedade. No âmbito pessoal, as consequências podem vir em sentimentos de frustração, incapacidade intelectual, insegurança, medo e fracasso. Com relação aos aspectos socioeconômico, poderá encontrar mais dificuldade em ingressar no mercado de trabalho e ampliar a desigualdade social, segundo Nagai e Cardoso (2017).

Entretanto, abordamos a evasão de curso definida como a saída do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo, e a evasão de instituição quando o estudante se desliga da instituição, mas se mantém matriculado na educação superior. Nesse aspecto, Bardagi e Hutz (2009) afirmam que a saída de um curso sem terminá-lo pode ser positiva, que a vida pode melhorar após a evasão, que há alívio por não ter que lidar com os aspectos estressores do curso, proporcionando possibilidades de tempo e liberdade para pensar em outras coisas. Colocam a evasão como um processo gradual de afastamento, desinteresse e busca por novas atividades.

Atualmente, vivemos em um período de grande retrocesso no contexto político, econômico, social e cultural do Brasil, devido ao surgimento de um pensamento conservador, de extrema direita, baseado em um discurso autoritário, machista, racista e homofóbico. Tal situação está totalmente em desacordo com a Constituição Federal, que em seu art. 5º determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e que no art. 3º proíbe qualquer preconceito em virtude “de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Estamos diante de um governo autoritário, que defende a intervenção militar e o fechamento do Congresso. Não podemos ficar indiferentes a esses casos, pois fatos assim representam perigo ao nosso regime democrático e colocam em risco nossos direitos, conquistados ao longo dos anos, como políticas públicas que asseguram às classes menos favorecidas, o ingresso em uma universidade e a concessão de condições de permanecer nela.

Observamos ao longo do tempo em que desenvolvemos nosso estudo a implantação de um governo com uma cultura anti-intelectualista, onde se entende como verdade aquilo que lhe é conveniente, ignorando estudos e fatos, descredibilizando a ciência, a pesquisa, a universidade pública.

Recentemente, no dia 1º de setembro de 2020, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP, 2020) emitiu uma nota de preocupação com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2021. O documento enviado ao Congresso Nacional apresentou o mesmo perfil dos anos anteriores, contendo cortes de investimentos em diversos ministérios, inclusive no Ministério da Educação, o que afeta especialmente o orçamento das universidades federais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O FOPROP (2020) entende que se tais restrições forem implementadas, poderá haver comprometimento da capacidade científica e de inovação do país.

Ao longo da pesquisa que desenvolvemos nesta dissertação de mestrado, verificamos que as causas da evasão expandiram a ideia inicial de nossa hipótese, a qual indicava a situação financeira como elemento determinante. Constatamos no decorrer desse trabalho que a saída do curso é de característica multifatorial, perpassando o aspecto pessoal, cultural, social e econômico.

A literatura atribui determinados motivos que podem promover a evasão, considerando-os, algumas vezes, como prejuízos materiais e imateriais. Fala-se em danos para o Estado, para a instituição e para os alunos, mas raramente se pensa nesse conceito como uma escolha. Esta pesquisa apontou que, para alguns discentes, a decisão de abandono ocorre pela sua entrada na universidade sem conhecimento prévio do curso, como por exemplo sua grade curricular. Os sujeitos relataram que os conteúdos das disciplinas de química e biologia são extensos, tornando o curso pesado e acarretando reprovações.

Para alguns, que traziam a deficiência dessas disciplinas do ensino médio, isso foi um fator que corroborou para evasão. Além de um ciclo básico distante do contato com a área de Nutrição, dessa forma causando desânimo. Em detrimento desse distanciamento com a área, faltava uma perspectiva profissional.

Outra questão relatada pelos sujeitos que contribuíram para sua saída foi o fato de o curso ser integral e não permitir conciliar com o trabalho. A perda da bolsa-auxílio também foi motivo para evasão, pois sem a bolsa e sem possibilidade de conciliar estudo e trabalho ficou inviável a permanência no curso. Não ter o curso de Nutrição como primeira opção também é um fator que contribui para essa saída, além de motivos familiares.

Não podemos negar o elitismo existente na educação superior, bem como a manutenção do status quo proporcionado por ela. No entanto, o espaço universitário é composto pela diversidade, por alunos que moram em diversos lugares, educandos que tiveram acesso a um excelente ensino básico e outros que não desfrutaram do mesmo privilégio. Esses elementos refletem no desenvolvimento do discente, no acompanhamento das aulas e das matérias.

Alguns discursos afirmam que estudantes oriundos de cotas são menos capazes de acompanhar o nível de exigência que se requer em uma graduação, sem ao menos verificar a origem desse indivíduo. É importante lembrar que dentro de uma sala de aula os alunos são homogeneizados e, na maioria das vezes, quando eles não conseguem acompanhar o rendimento da turma acreditam que são culpados, fracassados, pois o currículo oculto legitima essa perspectiva.

Apesar de não ser o único fator, não podemos negar que a questão econômica frequentemente pode contribuir para o processo de evasão do discente, como verificamos nessa pesquisa. A bolsa-auxílio tem contribuído bastante para a permanência de alunos matriculados nas IES. Por essa razão, políticas de ingresso e permanência na universidade pública devem continuar existindo para os menos favorecidos, a fim de que o ensino superior deixe de ser menos elitista e que pessoas de classes sociais distintas possam ter direito a uma educação de qualidade, a qual possibilite uma mudança na sua vida financeira, intelectual e social.

Acreditamos que a entrada em uma universidade, a conclusão de uma graduação e o ingresso no mercado de trabalho constituem o sonho de muitos jovens, mas, infelizmente, essa realidade não é para todos. Observamos, neste estudo, que a satisfação dos estudantes está relacionado a questões muito além da obtenção de um diploma, isto é, consiste em fazer o que lhes traz felicidade e, se para isso for necessário sair de um curso e iniciar outro, assim o farão.

A entrada na universidade por meio do SiSU não contribui para essa perspectiva, pois estimula que os estudantes ingressem em outros cursos de graduação que não estão necessariamente associados aos seus desejos e sonhos de vida. Assim, entrar na universidade acaba se tornando uma oportunidade e uma experiência pessoal de vida. No entanto, ao se deparar com a realidade da organização dos cursos em disciplinas teóricas distanciadas da prática profissional, com um currículo pouco integrado e com uma instituição que não oferece o adequado suporte para os jovens que ingressam na Instituição, muitos estudantes

abandonam o curso em que inicialmente matricularam e fazem novos processos seletivos ou transferências para outros cursos em busca de seu projeto pessoal de vida. A falta de indicadores precisos sobre a evasão na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como a imensa dificuldade de acessar essas informações.

Note-se que, mesmo em um estudo como este, caracterizado por ser um projeto fundamentalmente institucional, desenvolvido por uma servidora, Técnica de Assuntos Educacionais, no âmbito de um Programa de Qualificação Institucional e de um programa de pós-graduação da própria universidade, não nos foi permitido acessar os dados da universidade, mesmo depois de inúmeras tentativas junto à pró-reitoria e aos fóruns colegiados.

Embora tenhamos insistido em acessar as informações, todas as nossas tentativas foram negadas, o que nos impossibilitou de fazer uma análise mais ampla do problema para além do curso de Nutrição. Esta postura política de omissão dos dados e de burocratização do acesso a essas informações revela certamente o temor dos dirigentes universitários em encarar o problema de frente, já que é informalmente conhecido no interior da universidade que os índices de evasão são alarmantes e que muitos dos problemas relacionados à evasão se deve à cultura institucional burocratizada, retrógrada, hierarquizada e ineficiente da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

De fato, as políticas públicas e o atual governo não favorecem o enfrentamento do problema da evasão. Não podemos deixar de fazer a autocrítica e assumir nossa responsabilidade enquanto instituição pública federal, de pensar alternativas à estrutura fixa dos cursos e dos currículos que aprisionam os estudantes em "grades horárias" nada flexíveis e não estabelecem programas de ensino que articulem, de forma mais apropriada, os conteúdos teóricos com a expectativa de atuação na prática por parte dos estudantes.

Podemos observar, no relato de alguns sujeitos, o desejo de ter permanecido no curso, mas que por motivos, familiares, incompatibilidade de horário com o trabalho, perda da bolsa, dificuldades de aprendizado não foi possível. Essas circunstâncias causam, para alguns, um sentimento de incapacidade por não conseguir terminar o curso, tristeza por ver a turma se formar e não estar presente, sentimento de culpa por não ter se dedicado o suficiente para concluir o curso. Para outros, porém, a saída do curso trouxe alívio, trouxe a descoberta de algo novo, uma oportunidade de escrever uma nova história, uma mudança de caminho, um recomeço, proporcionando felicidade.

Em seu e-book “A cruel pedagogia do vírus”, Santos (2020) faz uma comparação do pedagogo com o coronavírus, nos levando a refletir sobre as lições que iremos tirar dessa pandemia que estamos enfrentando, que não ensina falando, mas sim infectando, matando. Portanto, é uma cruel pedagogia. Como a universidade irá se posicionar diante dessa crise? Santos (2020) destaca em seu livro que a vida planetária não é composta somente pelos seres humanos e que tais indivíduos representam apenas 0,01% da vida existente na Terra. Ressalta ainda a necessidade de uma conduta diferente por parte da humanidade, considerando que o planeta irá reagir, como verificamos nos últimos anos.

Estudos apontam como a Covid-19 agravou a desigualdade econômica, em que a maior taxa de mortalidade foi na classe social menos favorecida. Contudo, Santos (2020) enfatiza que em meio a tantos desastres, há também ações positivas, as quais podem ser observadas através do trabalho de solidariedade comunitária, de arrecadações, doações de alimentos, campanhas de distribuição de máscaras e produtos de limpeza, atendimento psicológico, entre outras ações. Qual lição iremos tirar diante disso tudo?

Perante isso tudo, Santos (2020) aponta três cenários para o futuro:

- 1º) Nada vai mudar;
- 2º) Alguma coisa vai mudar para que tudo fique na mesma;
- 3º) Uma possibilidade de alternativa civilizacional.

Segundo esse autor, apesar desse último contexto ser o menos provável, precisamos nos conscientizar sobre a necessidade de um novo modelo civilizatório, em que priorizaremos o cuidado em relação à natureza. No entanto, para que isso aconteça, é imprescindível a criação de um outro tipo de economia.

Santos (2020) nos questiona por onde vai a universidade, por qual caminho a educação segue. Ele destaca que o ensino superior é o único lugar em se pode discutir, argumentar e estudar o terceiro cenário, através do conhecimento plural, crítico, livre e independente. Essa mudança de paradigma que Santos (2020) nos propõe sobre uma conscientização de um novo modelo civilizatório, em que a universidade é o lugar para se construir esse cenário, corrobora com a ampliação do acesso ao nível superior.

No entanto, além do acesso, é necessário dar condições de permanência. Para isso, o aumento de políticas governamentais pode contribuir e auxiliar para que mais pessoas que queiram permanecer em um determinado curso, mas não têm condições de se manter, seja por motivo econômico ou pedagógico. É fundamental que haja uma política de assistência

visando essa permanência e que busque diminuir a repetência e a evasão, seja através de programas do governo, da universidade ou da própria instituição, pois a universidade pública tem o papel de elevação cultural da população, como afirma Saviani (2010). Desse modo, o modelo de educação também precisa ser revisto, pois como afirma Gadotti (1988), a educação há tempos encontra-se em crise.

Segundo Giannotti (1998), no seminário "Brasil 500 — Como se Muda um País Através da Educação", há um verdadeiro processo de sucateamento da universidade pública no país, não apenas no que se refere aos salários, mas também no que se refere a manutenção de sua infraestrutura. O autor afirmou ainda que sem um projeto para a universidade como um todo e sem um plano de ação das universidades públicas, não se pode ter projeto de nação.

A evasão a de um aluno do ensino superior pode acarretar a ele perdas sociais, culturais e econômicas, no entanto dar condições de permanência a esse aluno até concluir o curso pode evitar tais prejuízos. Além de Políticas públicas voltadas ao interesse de formação do sujeito para contribuir para diminuição da evasão, também é necessário que a instituição, o instituto tenha conhecimento do problema e a partir de então, vontade de resolvê-lo, acreditando que a partir do momento que a evasão se torna um problema para o aluno, acarretando prejuízos, esse não é um problema unicamente dele.

No Instituto de Nutrição Josué de Castro, responsável pela oferta do curso de graduação em Nutrição, segue na tentativa de fazer a reforma curricular do curso de forma a flexibilizar a matriz curricular, para que os alunos tenham mais espaços livres e um encadeamento entre as disciplinas do ciclo básico e profissional.

Além disso, o perfil da UFRJ mais direcionado à pesquisa, frequentemente faz com que o ensino e a extensão sejam de certo modo relegados a segundo plano. Isso não quer dizer que não existam professores preocupados com a qualidade do ensino e com a qualidade do curso. Ao contrário, é visível o comprometimento e o esforço do corpo social do Instituto de Nutrição em oferecer um curso de qualidade, entretanto, os mecanismos de reprodução e de contenção de projetos inovadores nas universidades públicas, muitas vezes, paralisa qualquer desejo de mudança.

Podemos observar ao longo do trabalho que os principais motivos de abandono destacados por Nagai e Cardoso (2017); Gilioli (2016); Souza, Silva e Gessinger (2016); Vitelli (2016); Rodriguez (2012); Vivas (2011) são: relacionamento entre o estudante e o professor, método de ensino e qualidade didática dos professores, estrutura curricular, convívio entre os próprios alunos, prestígio do curso, escolha inadequada do curso, ausência

de vocação para a carreira escolhida, alteração de curso, dificuldades para se manter em uma nova cidade, problemas em se adaptar a uma nova cidade, , problemas para conciliar estudo com trabalho, dificuldades em se manter somente estudando, localização da instituição, sobrecarga de atividades, instalações inadequadas, greve, gravidez, doença, casamento, oferta de emprego ou promoção, poucas opções de trabalho, expectativa de baixa remuneração após a conclusão do curso, acúmulo de reprovações, dificuldade de aprendizado, sendo os principais motivos este último e dificuldades financeiras para se manter na universidade.

Desses pontos que os autores relatam, os que mais observamos na fala dos sujeitos entrevistados que evadiram do curso de Nutrição da UFRJ foram: **escolha inadequada do curso, ausência de vocação para a carreira escolhida, problemas para conciliar estudo com trabalho, reprovações no ciclo básico, ensino tradicional causando dificuldades de aprendizado, limitação financeira em se manter na universidade, e o curso de Nutrição como sendo uma segunda opção do estudante.** A desistência de um curso universitário pode trazer prejuízos a vida do evadido, pois um indivíduo com nível superior tem mais possibilidades de obter um emprego com melhores salários, ter mais condições de participar da vida política da sociedade, como afirmam Nagai e Cardoso (2017), por esse motivo temos a visão da evasão somente como um problema, como perda.

Entretanto, neste estudo podemos verificar também que todos os sujeitos entrevistados evadiram do curso de Nutrição da UFRJ, mas não do sistema de ensino, ou seja, continuaram matriculados em outro curso de nível superior, ou ainda no mesmo curso, de Nutrição, mas em outra universidade. No entanto, ainda que todos permaneçam matriculados em algum curso de nível superior, esse processo de evasão do curso e/ou instituição foi doloroso para alguns, pois gostariam de permanecer, mas naquele momento da sua vida não foi possível, seja por um problema familiar, em que sua presença fosse necessária e para isso teve que deixar o curso; seja por perda da bolsa-auxílio, pois apesar de estarmos falando de uma faculdade pública e gratuita, existem outros gastos que para alguns sem essa bolsa não é possível sua permanência; seja pela dificuldade em compreender os conteúdos de determinadas disciplinas, causando reprovações que lhe dão sentimento de incompetência, acarretando na saída do curso; todavia para alguns a saída do curso de Nutrição foi um verdadeiro alívio.

De certo modo, podemos concluir que, o que é um problema para a universidade, pois a evasão representa, na maioria das vezes, um fracasso da instituição, com um alto custo

econômico e impacto na função social da universidade, nem sempre é um problema para os estudantes, mas sim uma solução para o problema concreto que enfrenta enquanto sujeito submetido às regras pouco flexíveis e pouco compreensivas da instituição universitária com suas tradições, normas e incapacidade de dar suporte às necessidades específicas dos estudantes que não conseguem se adaptar facilmente às "grades" curriculares.

Eu, como parte dessa universidade, como Técnica em Assuntos Educacionais do INJC, por meio dessa pesquisa, busquei compreender o fenômeno da evasão no curso de Nutrição na UFRJ, assim como, compreender os motivos daqueles que tem o direito e o desejo de concluir essa graduação, mas se sentem impedidos. Podemos constatar que a saída dos alunos se dá por um conjunto de fatores, porém é preciso haver um interesse da instituição para saber o que se passa com cada estudante. É necessário entender que algumas vezes ele se sente oprimido demais para poder falar, pois considera os professores mais um agente opressor atuando por meio do currículo oculto da instituição.

A criação de um espaço em que os alunos tivessem maior acolhimento poderia ser um caminho, uma vez que eles revelariam suas dificuldades e teriam melhores orientações antes de evadir. A COAA não necessariamente é o melhor lugar para isso, embora tenha funcionado como um importante dispositivo de escuta das necessidades de estudantes com dificuldades, não é percebido pelos estudantes como um ambiente seguro de apoio, mas como mais uma forma de controle e vigilância sobre seu rendimento pessoal. Além disso, individualizar o problema e colocá-lo sob responsabilidade única do estudante, faz com que muitas vezes a instituição permaneça reproduzindo sua cultura indefinidamente, sem um olhar crítico sobre os fatores internos à instituição que colaboram para a evasão. Nesse sentido, acaba sendo no balcão da secretaria de graduação onde os estudantes revelam seus sentimentos, seus problemas, seus medos e suas angústias diante da estrutura pouco acessível da Instituição universitária.

Todos os educandos entrevistados nessa pesquisa, ao saírem da Nutrição, ingressaram em outro curso de nível superior. Dessa forma, no que tange ao capital cultural e social, para uma parcela deles, houve melhoria das condições de salário, aumento da consciência política e de seu lugar no mundo para uma maior intervenção na sociedade. A vivência da experiência da evasão, embora seja frequentemente retratada como um trauma para a subjetividade dos estudantes, é também muitas vezes um alívio diante de toda opressão que o sistema de ensino representa para o indivíduo. Para evadir, é também preciso a coragem de querer ser livre,

fazer as próprias escolhas, não se acomodar ao sistema e enfrentar a burocracia com a sua própria história.

Foi frequente na fala de muitos dos entrevistados esse orgulho de ter tido a coragem de assumir o seu desejo de mudança e a felicidade decorrente dessa escolha. Não podemos negar que a saída da evasão foi realmente a melhor opção para alguns. Entretanto, para alguns outros, nem tanto, pois nesses casos a evasão se deu por situações que extrapolavam sua própria vontade, como dificuldades financeiras, conciliação entre trabalho e estudo, motivos familiares, reprovações sucessivas, resultando em frustração e até mesmo na ideia de incapacidade.

A parte mais notável da universidade é geralmente vista com bastante glamour. Ouve-se sobre as conquistas, comemorações, os sucessos, mas também existe um outro lado no percurso do estudante universitário que é frequentemente ignorado pela maior parte das pesquisas até por professores muito comprometidos com seu trabalho e conscientes de seu compromisso social ao atuar em uma universidade pública. Para muitos estudantes, a universidade também representa solidão, angústia e sofrimento. Podemos observar esses sentimentos negativos em inúmeros trechos de nossas entrevistas, o que demanda certamente um olhar mais sensível do que acontece no cotidiano das salas de aula e dos corredores da universidade.

É preciso que a instituição de ensino também reflita sobre sua função de adaptação, controle e reprodução. Somente encarando o problema de frente e ampliando os fóruns de discussão sobre as questões relacionadas ao currículo oculto e à cultura organizacional é que poderemos pensar estratégias que coloquem em prática o belo discurso da educação superior, principalmente na área da saúde. A graduação não pode, portanto, ser somente um local de transmissão de conhecimentos como já denunciava Freire desde a década de 1960 quando cunhou a expressão "educação bancária".

A universidade não pode mais, quase cinquenta anos depois, continuar agindo como se os estudantes fossem uma conta bancária em que os professores fazem os seus depósitos. A universidade pública precisa tomar a frente e se reinventar, principalmente num momento em que o ensino superior encontra-se sob forte ataque, abandonar práticas de ensino tradicionais e concepções ultrapassadas de educação pode ser a única saída. É preciso transformar a universidade em um ambiente de construção, no qual o professor atua como mediador, priorizando o respeito, a história de vida dos estudantes e a liberdade de expressão e o discente não pode mais continuar a ter medo e receio de ser rechaçado. Nesse ponto,

precisamos ressaltar que muitas vezes percebemos o desejo dos professores em transformar a universidade, mas como a burocracia institucional e a tradição hierárquica funcionam por meio das normas e regulamentos como um mecanismo de contenção das mudanças, muitos acabam por desistir de enfrentar a estrutura de reprodução e, simplesmente se adaptam.

Esta dissertação integra um conjunto de estudos que faz parte do projeto de pesquisa “Avaliação Participativa da Qualidade de Cursos de Graduação e da Formação Superior na Área da Saúde”. Nosso estudo não termina aqui e nem tenho a pretensão de dar soluções para os problemas referentes a evasão, mas tão somente contribuir para a reflexão e para dar visibilidade a esse tema também a partir da perspectiva dos estudantes que vivenciaram essa experiência, perspectiva que é ainda pouco estudada no ensino superior. Pretendemos também compartilhar os resultados com o corpo social do INJC através de um seminário, propondo a construção de um espaço de acompanhamento discente por meio da formação de um núcleo pedagógico no Instituto, já que os relatos dos sujeitos apontam a importância de receber esse tipo de apoio e orientação pedagógica.

Neste estudo, tratamos da evasão de curso e da instituição, ou seja, todos os sujeitos entrevistados fizeram ou estão fazendo outro curso de graduação. Esse fato, porém, não significa que a tomada de decisão tenha sido fácil, até mesmo para aqueles que acreditam ter tomado a decisão correta e relataram estar mais felizes no novo curso. Em outras palavras, pude observar, ao longo das entrevistas e na análise das falas transcritas, que tomar a decisão de sair de um curso para iniciar outro é um processo de amadurecimento.

Podemos observar, que a dificuldade nas disciplinas do ciclo básico contribuiu e muito na evasão dos sujeitos entrevistados, pois como relataram era maçante, cansativo, nenhuma disciplina falava sobre o curso em si, causando desinteresse, culminando em reprovações que causou sofrimento, sensação de incapacidade.

Desse modo, a criação de um núcleo pedagógico no INJC pode contribuir na tomada de decisão desses alunos, para que a decisão seja consciente, menos dolorosa e talvez ajudar em questões que possa impedir a evasão, quando for possível, através de apoio pedagógico, psicológico, financeiro, pois a universidade oferece diversos serviços, que algumas vezes o aluno desconhece. Nas entrevistas, os sujeitos afirmaram que um núcleo de apoio aos estudantes seria de grande importância para atendimento dos alunos em suas dúvidas e para orientação sobre o funcionamento do curso. Segundo esses relatos, a entrada na universidade se dá quando os alunos ainda são muito jovens e suas decisões mudam com o tempo. Houve

relato de que se houvesse um núcleo de apoio ou o conhecimento dele, poderia ter ajudado a tomar uma decisão melhor na época.

É preciso também considerar que ao longo dos anos estudantes tem obtido conquistas dentro da UFRJ, como por exemplo a criação de uma Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR7), voltada especificamente às políticas estudantis, que visam a permanência com qualidade dos estudantes na universidade até a conclusão do curso. Criada em 2018, após anos de luta do movimento estudantil e demais segmentos da comunidade universitária na gestão do Reitor Roberto Leher.

Observamos que a evasão é um fenômeno multifatorial, perpassando o aspecto pessoal, cultural, social e econômico. Algumas vezes, tal fenômeno não é levado em conta por alguns autores e pesquisadores da área. Nesse sentido, conseguimos, com os sujeitos dessa pesquisa, algumas sugestões que poderiam ser implementadas para diminuir a evasão no curso de Nutrição da UFRJ, tais como: a possibilidade de um curso vespertino; mudança na grade curricular para que haja uma maior aproximação com a área de Nutrição nos primeiros períodos, buscando aproximar o estudante com a profissão; um tipo de reforço nas matérias de maior dificuldade, como por exemplo química; apoio pedagógico; isenção de pagamento no restaurante universitário para alunos que não possuem bolsa; uma cota de fotocópia gratuita para alunos que não tem condições de pagar por elas; diminuição da quantidade de horas seguidas da mesma disciplina; aumento do horário de almoço, tendo em vista que a fila do restaurante universitário e a fila para esquentar a comida no refeitório do CCS são grandes; mais de empatia e compreensão com atraso dos alunos por parte do professor ter um pouco; melhor acolhimento aos novos alunos; mais informação sobre o curso através de uma melhor apresentação do mesmo aos novos ingressantes; demonstração de como o curso é dividido em áreas de atuação do nutricionista; informações por e-mail do que o curso e a universidade oferecem; aumento da formação para cinco anos, para diminuir a sobrecarga de disciplina por semestre, com alguns horários vagos na semana proporcionando ao aluno um tempo maior para estudar e aumentar seu o rendimento do aluno.

Nagai e Cardoso (2017) afirmam que dificuldades de ordem institucional como grade curricular extensa, rígida, estratificada, conservadora e desatualizada, contribuem para evasão do aluno. Indo ao encontro dessa questão, podemos observar nos relatos dos sujeitos entrevistados, insatisfação a respeito dos primeiros períodos do curso, em que não se via conteúdo referente a Nutrição. Em 2014, o INJC iniciou um processo de reforma curricular

que se encontra em andamento, no qual a grade curricular passará por alterações em que o ciclo básico será alternado com disciplinas específicas da área de Nutrição desde o primeiro período. Dessa forma aproximando o aluno da carreira que poderá exercer e apresentando as diferentes áreas de atuação que o curso proporciona. Entretanto, até o presente momento, já em 2020, ainda não existe uma previsão de quando o novo currículo será realmente implementado na prática.

Diante do conjunto de propostas pelos sujeitos entrevistados, acreditamos que a criação de um núcleo pedagógico é uma maneira de se importar com os alunos e afirmar que nos importamos com cada um deles, pois a universidade é composta de seus alunos, professores e técnicos. Dessa forma, construindo um lugar de escuta, em que propostas possam ser construídas para desenvolvimento de ações e programas de assistência estudantil, como sugerido por Gilioli (2016), que afirma a responsabilidade do governo federal em promover políticas e estímulos contra a evasão, mas também diz que iniciativas de caráter unicamente nacional não são suficientes, em virtude da realidade local de cada instituição, de cada indivíduo, por isso é necessário que a instituição realize o acompanhamento de seus discentes.

Ribeiro e Moraes (2020) relatam que em 2009 a Universidade Federal da Bahia (UFBA) criou uma nova modalidade de curso, Bacharelado Interdisciplinar, como alternativa para minimizar o problema da escolha profissional, pois o jovem ingressaria na universidade em um desses curso, mas faria a opção por um curso profissionalizante, somente mais tarde, quando estivesse mais maduro. Acredita-se que essa modalidade de bacharelado interdisciplinar produziria um efeito sobre as escolhas profissionais dos alunos, dando-lhes maior liberdade de escolher e organizar sua formação universitária, além de promover o vínculo com a instituição, com grupos profissionais e, ainda, uma forma de corrigir a situação criada pela forma de ingresso pelo SiSU, em que o aluno pudesse reorientar sua escolha durante o curso. Os autores julgam ser necessário nos primeiros semestre do curso tratar de questões relacionadas ao projeto de vida e desenvolvimento da carreira profissional, promover a filiação institucional, em que o aluno se sinta pertencente a comunidade universitária, ampliando sua rede de suporte social, proporcionar experiências que os aproximem da sua prática profissional, dessa forma facilitando o vínculo com a sua profissão.

Este estudo apresentou algumas limitações, pois o trabalho de entrevistas com alunos evadidos não é fácil, pois depende da vontade e disponibilidade deles de um encontro presencial. Alguns tinham interesse em participar da pesquisa, mas não tinham

disponibilidade de um encontro, por esse motivo não foi possível realizar todas as entrevistas pessoalmente, sendo assim, cinco entrevistas foram realizadas por telefone, sendo todas gravadas e autorizadas através do TCLE.

Outra dificuldade encontrada foi no acesso aos dados de evasão da UFRJ. Fizemos contato com a PR1, através de e-mail, informando da nossa pesquisa e solicitando os dados de evasão da graduação na UFRJ para que pudéssemos fazer uma contextualização. Nos solicitaram uma carta do orientador, o projeto do trabalho e o documento de aprovação do comitê de ética. Realizamos o envio de toda documentação, mas o nosso pedido foi negado de forma injustificada. Fizemos algumas outras tentativas, mas sem nenhum êxito, o que nos faz supor que essa caixa preta esconde segredos que podem ser devastadores para a credibilidade da universidade e, por isso mesmo, acaba sendo guardado debaixo de sete chaves, impossibilitando uma reflexão mais aprofundada com base nos dados concretos. Negar acesso aos dados é também uma política institucional, pois é omitir a realidade, é esconder a verdade da sociedade, é manter o tema como tabu e, assim, perpetuar ideologias que supervalorizam a instituição e insistem em afirmar sua qualidade, indiferente à realidade dos dados.

Como dito anteriormente, não temos a pretensão, com esse trabalho, de dizer o que fazer para acabar ou diminuir a evasão no curso de Nutrição da UFRJ, mas acreditamos que ações como a reforma curricular, que se encontra em andamento, e a criação de um núcleo pedagógico, podem sim contribuir para sanar o problema da evasão no processo educacional dentro do INJC, do CCS e até mesmo da UFRJ, trazendo o assunto ao conhecimento dos profissionais de educação, para que possamos refletir, ter possibilidades de discussão e desenvolver um plano de ação concreto sobre o problema.

É ainda preciso destacar que o período do mestrado foi um processo de amadurecimento, em que cada aula, debate e reflexão me trouxeram uma enorme aprendizagem. Nesse sentido, o Programa de Qualificação Institucional pode ser considerado uma importante ação de formação dos quadros internos da universidade e pode vir a contribuir para um enfrentamento de forma mais qualificada aos problemas relacionados à educação superior na UFRJ. As críticas e problematizações sobre a minha realidade de vida e de trabalho contribuíram na produção do conhecimento, me dando capacidade de me compreender como ser social. O resultado dessa construção exigiu tempo, o qual ocorre de forma diferente para cada pessoa. Pensar de forma coletiva contribui para diminuir o sofrimento que a vida acadêmica pode causar.

Por fim, sabemos que o enfrentamento do problema da evasão universitária não depende unicamente de políticas públicas, mas também de um processo de reflexão crítica pelos servidores da própria universidade e do desejo de implementar mudanças na cultura institucional, transformando não só os currículos formais como também o currículo oculto que se desenvolve no cotidiano dos cursos em que a relação professor-aluno tem uma importância fundamental. Não só conhecer as características da evasão na educação superior, como agir sobre os múltiplos fatores que constituem o problema são desafios que se colocam para as universidades públicas brasileiras.

O futuro não está dado. A educação pública e a formação universitária estão em disputa por projetos de poder com objetivos muito diferentes. A ação individual de cada professor, de cada técnico e de cada estudante não serão suficientes para realizar as transformações necessárias para garantir uma melhor qualidade da educação superior. Será necessário um esforço coletivo, de pensamento, ação e luta, onde os cursos da área da saúde poderão se constituir como uma relevante força progressista a partir dos princípios que orientaram a reforma sanitária brasileira. Defender a educação pública, e a saúde pública, é não mais somente uma ação importante, mas uma escolha determinante para o futuro do país, que terá consequências inequívocas para o futuro de toda a sociedade brasileira.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOS índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio, avalia ministro. BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação superior**. 2015.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 11 set. 2019.

AMBIEL, R. A. M. Construção da Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior.

**Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 41-52, abr. 2015. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v14n1/v14n1a06.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

ARGILAGA, M. T. A. Posición de la metodología observacional en el debate entre las opciones metodológicas cualitativa y cuantitativa ¿Enfrentamiento, complementariedad, integración? **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 13-27, out. 2004.

Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/193>. Acesso em: 03 nov. 2019.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal.

Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BANDUK, M. L. S.; RUIZ-MORENO, L.; BATISTA, N. A. A construção na identidade profissional na graduação do nutricionista. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, Botucatu, v. 13, n. 28, p.111-120, jan./mar. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/icse/v13n28/v13n28a10.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 355-374, mar./ago. 2011.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016, p. 93-142.

ANDIFES, A.; ABRUEM, A.; SESu/MEC. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas: resumo do relatório apresentado a ANDIFES, ABRUEM e SESu/MEC pela Comissão Especial. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 1, n. 2, 11. 1996. Disponível em:

<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/739>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2014. Disponível em:

[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 03 out. 2017.

BUENO, J. L. O. A evasão de alunos. **Paidéia**: FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, v. 5, p. 9-

16, ago. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/n5/02.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

CALMON, P. PRÓ-REITORIA de graduação analisa dados sobre o ensino brasileiro. **Conexão UFRJ**, dez. 2014. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2014/12/09/pro-reitora-de-graduacao-analisa-dados-sobre-o-ensino-brasileiro>. Acesso em jan. 2020.

CAMPELLO; A. V. C.; LINS, L. N. Metodologia de análise e tratamento da evasão e retenção em cursos de graduação de instituições federais de ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008\\_tn\\_sto\\_078\\_545\\_11614.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_tn_sto_078_545_11614.pdf). Acesso em: 11 de jul. 2020

COM evasão escolar empacada, país levaria 200 anos para incluir jovens. **Andifes**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/com-evasao-escolar-empacada-pais-levaria-200-anos-para-incluir-jovens/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

FIGUEIREDO, G. O. **Promoción del Desarrollo Humano com Jovenes em Favelas de Rio de Janeiro / Brasil: Vulnerabilidad, Resiliência e Intervención Social**. 2012. 347f. Tese (Doutorado em Psicologia da Comunicação: Interação Social e Desenvolvimento Humano) – Faculdade de Psicologia, Universidad Autónoma de Barcelona, Catalunya, 2012.

FIGUEIREDO, G. O.; ORRILLO, Y. A. D. **Currículo, política e ideologia: Estudos Críticos na Educação Superior em Saúde**. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.18, abr./jun, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v18s1/1678-1007-tes-18-s1-e0024880.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 23.)

FREITAS, R. S. **A ocorrência da evasão do ensino superior** – uma análise das diferentes formas de mensurar. 2016. 82f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/305324>. Acesso em: 07 mai. 2017.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. **FOPROF. Nota de preocupação**. 01 set. 2020. Disponível em: [https://www.foprop.org.br/uploads/downloads/2020\\_09\\_02/FOPROP-PLOA-2021.pdf](https://www.foprop.org.br/uploads/downloads/2020_09_02/FOPROP-PLOA-2021.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

GADOTTI, M. **Educação e compromisso**. Campinas: Papyrus, 1988.

GEDEON, L. Educação como um ato político (ao Mestre Paulo Freire). In: **Blog Recanto das Letras**. [s.l.], 30 mai. 2006. Disponível em:

<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/165942>. Acesso em: 27 mar. 2020.

GILIOLI, R. S. P. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: Expansão da rede, SiSU e desafios**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28239>. Acesso em: 07 mai. 2017.

GIROUX, H. A; FIGUEIREDO, G. O. **Por uma práxis radical na luta em defesa da democracia: desafios contemporâneos para a formação política e a educação crítica no século XXI**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 18 de ago. 2020.

GOMES, A. A. Considerações sobre Evasão Escolar no Ensino Superior. *Nuances*, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 90-106, out. 2000. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewArticle/113>. Acesso em: 14 de set. 2019.

GÓMEZ, M. R. F.; TORRES, J. C. Discutindo o acesso e a permanência no ensino superior no contexto do SiSU (Sistema de Seleção Unificada). *ORG & DEMO*, Marília, v. 16, n. 1, p. 69-88, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/5162>. Acesso em: 13 jan. 2019.

GURGEL, L. G. F. **Perfil dos Discentes Ingressos e Evasão Escolar nos Cursos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco**. 2011. 66f. Dissertação (Mestrado em Odontologia) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12584>. Acesso em: 27 out. 2017.

LEITE, P. CEG discute evasão de alunos. *Conexão UFRJ*, [s.l.], mai. 2013. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/ceg-discute-evas-o-de-alunos>. Acesso em: 01 jul. 2020.

LOBO, M. B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. In: HORTA, C. E. R. (org.). **Evasão no ensino superior brasileiro**. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2012. (Cadernos ABMES, v. 25, p. 9-58). Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Cadernos25.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

MEC/INEP. **Altos índices de desistência na Graduação**. Brasília: Ministério da Educação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior> Acesso em: 07 de nov., 2020.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 17, n. 3, p. 621-626. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MINISTRO quer parceria da sociedade no combate à evasão e ao baixo desempenho escolar. BRASIL. Ministério da Educação. **Notícias sobre evasão**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36066>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MOROSINI, M. C. *et al.* A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: ICLABES. PRIMERA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 2012, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: PUCRS, 2016. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8762?mode=simple>. Acesso em: 08 abr. 2018.

NAGAI, N. P.; CARDOSO, A. L. J. A evasão universitária: uma análise além dos números. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 24, n. 1, p. 193-215, 2017. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1271>. Acesso em: 07 mai. 2017.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. **Ensino superior no Brasil**: Uma visão abrangente. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 13 de out, 2020.

RAMOS, M.; MACHADO, A.; MONTEIRO, M. Ações para o combate a retenção e evasão acadêmica e qualificação do ensino da graduação em Nutrição da Universidade Federal do RS. In: VII SALÃO DO ENSINO, 7., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Lume UFRGS, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/62608>. Acesso em: 11 mar. 2019.

RANGEL, F. O. *et al.* Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 25-42, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132019000100025&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132019000100025&script=sci_arttext). Acesso em: 01 jul. 2020.

RIBEIRO, J. L. L. S; MORAIS, V. G. A possível relação entre o SiSU e a evasão nos primeiros semestres dos cursos universitários. **Rev. Bras. Educ.** vol. 25. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782020000100231#aff1](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100231#aff1). Acesso em: 30 de out., 2020.

RODRIGUEZ, A. Fatores de permanência e evasão de estudantes do ensino superior privado brasileiro – um estudo de caso. **Caderno de Administração**: Revista da Faculdade de Administração da FEA. v. 5, n.1, s/p. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br//index.php/caadm/article/view/9009>. Acesso em: 07 mai. 2017.

RODRIGUEZ, A. **Fatores de Permanência e Evasão de Estudantes do Ensino Superior brasileiro — um estudo de caso**. Caderno de Administração. Revista da Faculdade de

Administração da FEA, 2012.

SAKURADA, P. K. C. O sucateamento da Universidade Pública: a realidade dos cursos de Serviço Social da UFES e UFF. **Universidade e Sociedade**, Brasileira. v. 59, p.70-81.

2017. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1079279714.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2020.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, B. S. **70 anos. Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Palestra na Universidade Federal do Espírito Santo. UFES, 2018. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=omTmcC\\_2e4&list=PLqhsTiIIAr3zBm2fUVCVZ5pMljj0WnWx&index=2&](https://www.youtube.com/watch?v=omTmcC_2e4&list=PLqhsTiIIAr3zBm2fUVCVZ5pMljj0WnWx&index=2&). Acesso em: 12 de dez., 2018.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. 2019. **Políticas de assistência estudantil**.

Disponível em: <http://politicasesudantis.ufrj.br/index.php/politica-de-assistencia-estudantil>. Acesso em: 24 de out. 2020.

SANTOS, P. K. Evasão na educação superior: uma análise a partir de publicações na ANPED e CAPES (2000 a 2012). In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR (CLABES), 3., 2013, Panamá.

**Anais...** Panamá: Universidad Tecnológica de Panama, 2016. Disponível em:

<https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/894>. Acesso em: 24 de out. 2020.

SANDER, B. **Políticas públicas**: e gestão democrática da educação. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SAVIANI, D. **Interlocuções pedagógicas**: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação).

SILVA, G. P. Análise de evasão no ensino superior: Uma proposta de diagnósticos de seus determinantes. **Avaliação**, Campinas. v. 18., n. 2. Sorocaba, 2013. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772013000200005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200005).

Acesso em 20 de out. 2020.

SILVA, F. B. Filósofo afirma que falta ao governo política para a universidade e que, sem isso, não há projeto para a nação. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 1998. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff16049818.htm>.

Acesso em: 28 de out. 2020.

SOUZA, C. T.; SILVA, C.; GESSINGER, R. M. Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR (CLABES), 2., 2012, Panamá.

**Anais...** Panamá: Universidad Tecnológica de Panama, 2016. Disponível em:

<https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/868>. Acesso em: 23 out. 2018.

TONTINI, G.; WALTER, S. A. Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos?: ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior.

**Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 89-110, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v19n1/05.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2020.

UFRJ tem nova política de assistência estudantil. **Conexão UFRJ**, mar. 2019. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2019/03/12/ufrj-tem-nova-politica-de-assistencia-estudantil>. Acesso em: 03 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. **Resolução N° 02/2019, de 14 de fevereiro de 2018**. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Conselho Universitário, 2019. Disponível em: <https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2019/03/resolucao-politicas-estudantis-ufrj.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Regulamento sobre a Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) do Instituto de Nutrição**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://graduacao.nutricao.ufrj.br/index.php/2016-04-13-02-11-42>. Acesso em: 09 mar. 2020.

VIVAS, M. I. Q. Evasão na educação superior: uma aproximação com o fenômeno na universidade pública. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., 2011, Florianópolis. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/25942>. Acesso em: 21 dez. 2018.

VITELLI, R. F. Evasão em cursos de graduação: Fatores intervenientes no fenômeno. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR (CLABES), 2., 2012, Panamá. **Anais...** Panamá: Universidad Tecnológica de Panama, 2017. Disponível em: <http://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/863>. Acesso em: 7 mai. 2017.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar do projeto de pesquisa **“Características da evasão na educação superior em saúde: uma análise a partir do curso de graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro.”**, cujo objetivo é conhecer o perfil dos estudantes dos cursos de graduação em Nutrição e Gastronomia do INJC/UFRJ, assim como, detectar os motivos que têm levado à evasão dos alunos. Acreditamos que esta pesquisa seja importante porque permitirá conhecer melhor as necessidades dos nossos alunos e desenvolver estratégias para diminuir a evasão.

#### PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A sua colaboração no referido estudo ocorrerá por meio de uma entrevista, no que diz respeito a escolha do curso, aspecto financeiro, familiar, moradia e afetividade.

Buscaremos desenvolver proposta para criação de um setor de acompanhamento pedagógico.

#### RISCOS E BENEFÍCIOS

Esperam-se alguns benefícios, tais como: a) um mapeamento do perfil dos alunos do INJC e de suas necessidades para um bom desempenho no curso; b) a oportunidade de colaborar com informações que permitam construir mecanismos que diminuam a evasão dos alunos; c) a possibilidade de participação dos alunos no grupo da pesquisa, caso tenham interesse, podendo desenvolver projetos de iniciação científica ou trabalhos de conclusão de curso relacionados ao tema da pesquisa. Quanto aos riscos relacionados a participação dos alunos na pesquisa são mínimos já que o sigilo na divulgação das respostas será garantido.

#### SIGILO E PRIVACIDADE

A privacidade do aluno será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado, ou elemento, inclusive fragmentos de discurso que possam identificá-lo, serão mantidos em sigilo. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados. Os dados serão armazenados em mídia digital que ficará sob responsabilidade dos integrantes da pesquisa, sendo mantido o sigilo e confidencialidade das informações contidas.

#### AUTONOMIA

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o aluno queira saber antes, durante e depois da sua participação poderá ser esclarecido pelo contato com os pesquisadores por meio dos canais de comunicação identificados abaixo. O aluno pode se recusar a participar do estudo sem precisar justificar e poderá abandonar o estudo a qualquer momento sem sofrer qualquer prejuízo nas suas atividades.

#### RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Não está previsto qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, tais como transporte, alimentação, entre outros. Além disso, caso ocorra algum dano decorrente da sua participação no estudo, poderei ser devidamente indenizado, conforme determina a lei.

### CONTATO

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Aline Mello (INJC/UFRJ), Avany Fernandes Pereira (INJC/UFRJ), Ceci Figueiredo de Moura Santiago (INJC/UFRJ), Darlene Francisco de Brito Cruz (INJC/UFRJ), Glória Valéria da Veiga (INJC/UFRJ) e Gustavo de Oliveira Figueiredo (NUTES/UFRJ). O aluno poderá manter contato pelos telefones: 3938-6599 (INJC) / 3938-6347 (NUTES) e pelos e-mails: [alinemello@nutricao.ufrj.br](mailto:alinemello@nutricao.ufrj.br) / [anyfer@nutricao.ufrj.br](mailto:anyfer@nutricao.ufrj.br) / [cecisantiago@gastronomia.ufrj.br](mailto:cecisantiago@gastronomia.ufrj.br) / [darlene@nutricao.ufrj.br](mailto:darlene@nutricao.ufrj.br) / [gfigueiredo.ufrj@gmail.com](mailto:gfigueiredo.ufrj@gmail.com) / [gveiga@nutricao.ufrj.br](mailto:gveiga@nutricao.ufrj.br)

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) tem como objetivo garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. O CEP tem a responsabilidade de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada de forma adequada ou que está sendo prejudicado(a) de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (CEP IESC/UFRJ) pelo telefone (21)2598-9293 ou endereço Praça Jorge Machado Moreira, 100 /Sala 15 Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ.

### DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de esclarecer as informações deste termo. Todas as minhas dúvidas foram respondidas e eu estou consciente de minha participação no processo.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
E-mail:	

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor deste termo e havendo compreendido a natureza do estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador  
Responsável

## APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA

### Roteiro da entrevista

#### **1. Curso**

- O curso de Nutrição foi sua primeira opção?
- Você buscou informações sobre o curso antes de fazer sua escolha?
- Você ficou reprovado em alguma disciplina? Em caso afirmativo, qual?
- Em algum momento você trancou a matrícula?
- Quantos períodos você cursou?
- Você consegue descrever o(s) motivo(s) da sua saída do curso?
- Você está matriculado em outro curso?

#### **2. Financeiro**

- Você recebia alguma ajuda de custo da universidade?

#### **3. Moradia**

- Onde e com quem você morava quando cursava Nutrição?

#### **4. Aspecto subjetivo**

- Como era sua relação com os colegas de turma?
- Qual o sentimento de não concluir o curso?
- O que acha da implementação de um núcleo pedagógico no INJC?

## ANEXOS

### ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFRJ - INSTITUTO DE  
ESTUDOS E SAÚDE COLETIVA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PERFIL DISCENTE E FATORES DE EVASÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E GASTRONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

**Pesquisador:** DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 93880518.1.0000.5286

**Instituição Proponente:** NUCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A SAUDE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.938.910

##### Apresentação do Projeto:

O Projeto-PERFIL DISCENTE E FATORES DE EVASÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E GASTRONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, visa analisar os fatores de risco que levam a evasão escolar dos alunos dos cursos de Nutrição e Gastronomia do Instituto de Nutrição Josué de Castro da UFRJ. Será utilizada metodologia qualitativa e quantitativa.

A autora irá consultar documentos acadêmicos dos cursos, busca bibliográfica de livros, dissertações, teses, artigos científicos relacionados ao tema. Pretende aplicar um questionário em cerca de 560 estudantes, que serão analisados estatisticamente com auxílio do Software SPSS 17.0. Para tal serão "aplicados testes de frequência simples para traçar o perfil dos estudantes, bem como a realização do cruzamento de dados com o teste Quiquadrado e Correlações de Pearson." Por fim, informa que irá entrevistar 20 alunos, sendo dez de cada curso que evadiram da INJC, nos últimos 5 anos. Esses alunos serão contactados por telefone e convidados a retornarem ao INJC, para serem entrevistados.

##### Objetivo da Pesquisa:

Tem como objetivo conhecer o perfil dos discentes dos cursos de gastronomia e nutrição mapeando os fatores de risco à evasão. Também tem a intenção de conhecer a narrativa dos alunos que já evadiram, refletindo sobre seus motivos.

Endereço: Praça Jorge Machado Moreira, nº 100-Prefeitura Universitária  
Bairro: Ilha do Fundão CEP: 21.941-598  
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO  
Telefone: (21)3938-2598 Fax: (21)1270-0097 E-mail: cep.iesc@gmail.com

Continuação do Parecer: 2.938.910

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O risco de constrangimento, foi apontado mais de uma vez na segunda versão, entretanto não explicita como os pesquisadores vão lidar com isso. A opção apresentada é explicar que o aluno não precisa responder as perguntas que causem constrangimento.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Esta é a versão 2 com as respostas às pendências apontadas por esse CEP em 09 de agosto de 2018.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

No termo de participação dos pesquisadores, passou a constar o respeito aos princípios do sigilo e confidencialidade.

**Recomendações:**

--

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto está aprovado

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_1135897.pdf	28/08/2018 17:38:43		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_unidade.pdf	28/08/2018 17:37:12	DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/08/2018 16:28:52	DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Gustavo.pdf	28/08/2018 16:28:22	DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Gloria.pdf	28/08/2018 16:28:10	DARLENE FRANCISCO DE	Aceito

Endereço: Praça Jorge Machado Moreira, nº 100-Prefeitura Universitária  
Bairro: Ilha do Fundão CEP: 21.941-598  
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO  
Telefone: (21)3938-2598 Fax: (21)1270-0097 E-mail: cep.iesc@gmail.com

**UFRJ - INSTITUTO DE ESTUDOS E SAÚDE COLETIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL**



Continuação do Parecer: 2.938.910

Declaração de Pesquisadores	Gloria.pdf	28/08/2018 16:28:10	BRITO CRUZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Darlene.pdf	28/08/2018 16:27:07	DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Ceci.pdf	28/08/2018 16:26:11	DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Avany.pdf	28/08/2018 16:25:40	DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Aline.pdf	28/08/2018 16:25:15	DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	12/07/2018 14:00:57	DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	12/07/2018 13:55:16	DARLENE FRANCISCO DE BRITO CRUZ	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 04 de Outubro de 2018

Assinado por:  
**Maria Izabel de Freitas Filhote**  
 (Coordenador(a))

Endereço: Praça Jorge Machado Moreira, nº 100-Prefeitura Universitária  
 Bairro: Ilha do Fundão CEP: 21.941-598  
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO  
 Telefone: (21)3938-2598 Fax: (21)1270-0097 E-mail: cep.iesc@gmail.com